

138

BAB

A CHINA POPULAR

jacques guilhermaz



138

Biblioteca ARCÁDIA de Bolso



Secção III — História e Geografia

A CHINA POPULAR

JACQUES GUILLERMAZ

*Director de Estudos na
Escola Prática dos Altos Estudos (VI Secção)
Director do Centro de Documentação sobre o Extremo-Oriente*

**EDITORA ARCADIA, S.A.R.L.
Campo de Santa Clara, 160 — Lisboa**



Título original
LA CHINE POPULAIRE

Publicado originalmente na colecção
QUE SAIS-JE?

© by PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE

Tradução de
MARIA DO CARMO PIZARRO

Orientação gráfica de
MENDES DE OLIVEIRA

O povo é o que há de mais nobre, em seguida vêm os espíritos e os produtos da terra, o soberano é o que menos conta.

Mencius

O que é proveitoso a uma nação não são as riquezas, é a justiça.

Confúcio

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo isolada do mundo ocidental, tanto pelos seus preconceitos tradicionais como pelo seu afastamento, a China abordou a era moderna com o século XX. Desde então conheceu um ciclo de três grandes revoluções: a revolução política de 1911, a revolução nacional de 1927 e a revolução social e económica de 1949.

As duas primeiras são sobejamente conhecidas mesmo em França, onde o estudo da China poucos o da China contemporânea. Em contrapartida, as origens, o desenvolvimento e os caracteres específicos do movimento comunista, que triunfou há mais de 20 anos, continuam de modo geral, ignorados, facto este que, por vezes, ocasiona graves erros na apreciação dos acontecimentos actuais.

Por esta razão, este volume que, como é evidente, não pode constituir mais que uma breve

clássica dispõe de tantos elementos e de tão introdução à China presente, divide-se em duas metades:

— uma história do movimento comunista e do governo popular, desde 1921 a 1 de Março de 1971;

— uma revisão das transformações realizadas, em curso, ou projectadas, nos grandes sectores da vida nacional chinesa.

O autor esforçou-se por manter o meio termo entre o conhecimento indispensável dos factos e a explicação não menos indispensável dos mesmos. Finalmente, impôs-se uma objectividade tanto mais rigorosa quanto, pelos seus dados muito particulares, o problema chinês deve passar despercebido a toda a assimilação ou comparação precipitadas, a todo o julgamento passional.

Seja como for, a China de hoje exige a nossa atenção:

- pelo carácter único de uma experiência que pretende transformar um país de velha civilização imóvel numa jovem nação totalitária e dinâmica;
- porque, durante muito tempo, fechada, durante muito tempo ocupada a restaurar a sua unidade, aparece por fim e pela primeira vez na cena mundial e será inevitavelmente um elemento capital da história de amanhã.

* *
*

Nota sobre a transição dos nomes próprios chineses

A transcrição inglesa dita «Wade» foi empregada, de preferência às outras, dado o leitor francês⁽¹⁾ não especializado ter-se habituado mais a este sis-

⁽¹⁾ E o português também (N. Ed.)

tema, na leitura dos telegramas de imprensa, sistema esse, aliás, que certas administrações chinesas utilizaram por muito tempo.

Sabe-se que existe, desde há pouco, um novo sistema de transcrição oficial dito *p'ing yin tze mu*, mas, mais destinado a chineses do que a estrangeiros, tem o inconveniente de afastar-se consideravelmente da leitura francesa e, por conseguinte, de requerer o conhecimento de numerosas convenções de pronúncia.

PRIMEIRA PARTE

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

CAPÍTULO I

As origens do partido comunista chinês e o período de colaboração com o Kuomintang.

(1921-1927)

Se o nosso partido não souber, aliar-se à burguesia, em certos períodos, não poderá progredir e a revolução não poderá desenvolver-se.

(MAO TSÉ-TUNG)

Nas suas origens, o movimento comunista chinês surge como um puro movimento de intelectuais. Na China tradicional, os letrados, classe coerente e consciente da sua missão, tinham desempenhado o grande papel político e social que se conhece e beneficiado de um prestígio incon-

testado. Após a revolução anti-dinástica de 1911, professores e estudantes tinham, em larga medida tomado o seu lugar. Na anarquia política que se seguiu à queda do Império, num país onde a burguesia era fraca e inexperiente, enquanto o proletariado urbano começava apenas a nascer e os camponeses continuavam ignorantes e dispersos, eles encarnaram a consciência nacional. Melhor que as outras categorias sociais, avaliavam o atraso técnico da China, deploravam as suas divisões e sofriam com o estatuto internacional inferior que lhe valiam os «tratados injustos». Enfim, muito naturalmente, estavam também mais a par das grandes correntes políticas e filosóficas vindas do estrangeiro.

Os intelectuais haviam já fornecido os melhores representantes do movimento reformista de 1898, dado os seus quadros ao movimento nacionalista que triunfara momentaneamente em 1911; era, pois, natural que fossem, na China, os primeiros a descobrir o comunismo.

Todavia esta descoberta foi tardia pois o marxismo, antes de Lenine, estava prometido aos países capitalistas chegados ao termo do seu desenvolvimento industrial e, ainda por cima, esbarrava com certos conceitos tradicionais; é bem sabida a ideia confusa que o próprio Sun Yat-sen, embora revolucionário de profissão, fazia do socialismo em geral.

Dois acontecimentos maiores vão favorecer a aparição e a difusão das ideias comunistas: um deles é o «Movimento de 4 de Maio de 1919», o outro, a «Revolução russa de Outubro de 1917». Ambos se situam numa extraordinária fermentação de ideias políticas e sociais, acompanhada por uma revolução linguística e literária julgada indispensável à difusão das ideias novas, isto é, ocidentais.

Ch'en Tu-hsiu, fundador do Partido Comunista Chinês, nascido em 1879, no seio de uma família de mandarins, professor de letras na Universidade de Pequim, formado no Japão e depois em França, de 1907 a 1910, achava-se precisamente envolvido nesse poderoso movimento de renovação do pensamento e da língua. Profundamente oposto às ideias e aos costumes tradicionais, marcado de liberalismo francês, ia fundar em 1915 uma revista célebre, *Juventude Nova*, cuja divisa «Ciência e democracia», como tal primeiro apelo, traduzem eloquentemente o espírito:

«Devemos pôr de parte os nossos velhos usos, devemos fundir as ideias dos grandes pensadores da história antiga e moderna com as nossas próprias experiências, criar novas ideias em política, em economia, em moral... Devemos criar um novo espírito e construir uma sociedade nova. A nossa sociedade ideal será honesta, progressista, positiva, livre, igua-

litária, criadora, bela, boa, pacífica, cooperativa, laboriosa e feliz para a maioria... Oh, jovens, sereis capazes de compreender-me?

Certos colaboradores de *Juventude Nova* e, em particular, Li Ta-chao, futuro director da Faculdade de História da Universidade de Pequim, virão a ser com Ch'en Tu-hsiu os primeiros membros do Partido Comunista chinês.

O «Movimento de 4 de Maio de 1919», que surge nesta atmosfera carregada, exprime as violentas e tumultuosas reacções dos meios universitários de Pequim e em breve do grande público de certas cidades contra as disposições da Conferência da Paz que transferiam para o Japão os direitos alemães na província de Shantung (art.ºs 156 e 157 do Tratado de Versalhes). Esta primeira grande manifestação de nacionalismo à nossa moda, foi acompanhada por uma viva hostilidade em relação às potências ocidentais e virou, por consequência, um certo número de intelectuais para a Rússia nova. Do mesmo modo, a partir de 15 de Julho desse mesmo ano, esta apressava-se a mandar renovar solenemente por Karakhan, comissário adjunto para os Negócios Estrangeiros, a declaração Tchitcherine de 4 de Julho de 1918, pela qual os Sovietes renunciavam, em princípio, a todos os privilégios especiais adquiridos na China, pelos seus antecessores czaristas.

Quanto à própria Revolução russa, pareceu, quando se tornou melhor conhecida, trazer a solução de problemas análogos aos que se punham na China: feudalismo dos generais, opressão dos proprietários de bens de raiz, emancipação das massas populares curvadas sob o conservantismo e a ignorância, desenvolvimento de uma economia moderna. Enfim, Lenine, seu artífice, completara Marx, afirmando que a destruição do feudalismo e do imperialismo devia ser obra comum de todas as classes patriotas e não mais apenas do proletariado.

Na Primavera de 1918, funda-se uma «Sociedade para o Estudo do Marxismo» na Universidade de Pequim. Li Ta-chao, Chang Kuo-t'ao, Mao Tsé-tung, então ajudante bibliotecário do primeiro, são hoje seus membros célebres. Todavia, só em 1919 ou talvez só em 1920, Ch'en Tu-hsiu, ainda «democrata de tipo radical», será realmente conquistado à causa do marxismo e só depois desta conversão ultrapassará as ideias do seu meio. Como se disse excelentemente a seu respeito e ao de Li-Ta-chao, «o leninismo desviará mais a sua atenção para o proletariado do que o proletariado para o leninismo» ⁽¹⁾. Se é verdade que «as salvas da revolução de Outu-

⁽¹⁾ SCHWARTZ, *Chinese Communism and the Rise of Mao*, Harvard University Press.

bro levaram o marxismo à China» (Mao Tsé-tung), foi primeiramente aos intelectuais que o levaram e não à classe operária, como a história oficial o repete com demasiada frequência.

No mês de Junho de 1920, Gregori Voitinsky, delegado do Komintern, chega a Pequim de onde partirá para Xangai ao encontro de Ch'en Tu-hsiu. A sua missão é depurar e reformar os pequenos grupos de diversas tendências socialistas ou anarquistas ali constituídos e preparar a reunião de um I Congresso encarregado de organizar formalmente o Partido. Este congresso que se realiza no dia 1 de Julho de 1921, na concessão francesa de Xangai, agrupa apenas uma dúzia de membros representativos de meia centena de comunistas. Muito poucos fundadores do novo partido irão permanecer-lhe fiéis até final.

Ao mesmo tempo que nomeia um secretário geral, Ch'en Tu-hsiu, o Partido Comunista Chinês cria um Comité Central e designa os seus representantes nalgumas províncias. Em breve será reforçado por elementos regressados da Europa, da França, onde Chu En-lai, Li Li-san, Ts'ai Ho-sheng, Li Wei-han, etc., tinham organizado um grupo comunista, mas também da Alemanha como Chu Teh, Kao Yü-han, da Rússia como Ch'ü Ch'iu-pai. Até à cooperação com o Kuomintang, o Partido Comunista Chinês permanecerá numericamente fraco, não ex-

cedendo 300 membros, 90 % dos quais intelectuais. Contudo, a partir de então guiado do exterior e mais consciente da sua missão, mostrava-se já capaz de dirigir a sua atenção para um proletariado nascente. É assim que organiza a partir de 1921 um Secretariado dos Sindicatos e que, em 1 de Maio do ano seguinte, dirigirá a primeira conferência geral dos sindicatos, em Cantão.

Todavia, bem cedo parece que o estado «semi-feudal», «semi-colonial» da China sujeita, a este duplo título, às ditaduras dos generais e às pressões dos capitalistas estrangeiros e dos seus governos, e a inexperiência de um partido quase ignorado das massas, não autorizavam de forma alguma a esperança de uma revolução de tipo bolchevista sem que esta fosse precedida de uma revolução burguesa e nacional.

Uma aliança com todos os elementos revolucionários do país correspondia, por outro lado, às resoluções do II Congresso do Komintern: «no período imperialista, os movimentos de libertação nacional e o movimento proletário devem aliar-se».

O jovem Partido Comunista chinês tinha, sem dúvida, um interesse imediato em aproveitar a popularidade de Sun Yat-sen e do Kuomintang, «única força revolucionária organizada», para alargar a sua acção junto das massas que, de aí em diante, se apresentavam como um

bloco de quatro classes: burgueses nacionais, pequenos burgueses, operários e camponeses.

Esta colaboração, que devia durar quatro anos, foi, todavia, difícil de obter de uma e outra parte. Do lado comunista, esbarrava nas objecções de Ch'en Tu-hsiu, que, julgando severamente a imprecisão doutrinal de Sun Yat-sen, a pouca coesão do Kuomintang, pretendia deixar esse partido fazer sòzinho a sua revolução nacional e só depois empreender a revolução socialista. Chang Kuo-t'ao, um dos futuros dissidentes de importância do Partido Comunista Chinês, também se lhe opunha, julgando o proletariado o único qualificado para dirigir uma acção revolucionária de que já o considerava capaz de levar por si só a bom termo. Estes dois deviaçionismos «das direitas e das esquerdas», foram combatidos a partir do Verão de 1922 pelos delegados de Moscovo cuja tarefa foi facilitada pela atitude do IV Congresso do Komin-tern e pelo malogro sangrento das grandes greves dos caminhos de ferro de Kinhan, em 7 de Fevereiro de 1923.

O III Congresso do Partido Comunista reunido em Junho de 1923, em Cantão, decidia finalmente aceitar a constituição de uma frente unificada «ao mesmo tempo que preservando a independência do partido Comunista em matéria de política e de organização», e tornando-se

o Kuomintang «a força central da revolução cuja direcção devia assegurar».

Do lado Kuomintang, Sun Yat-sen foi sobretudo levado à colaboração pelas dificuldades com que deparava no seio do próprio partido e pelo desejo de receber um auxílio material exterior, indispensável aos seus projectos militares. Sobrevindo após muitos outros fracassos verificados desde 1911, a revolta de Ch'en Chiung-ming, que o manteve expulso de Cantão, de Junho de 1922 a Janeiro de 1923, fez-lhe desejar que o Kuomintang se organizasse segundo um molde rigoroso de que os Russos detinham o modelo. Como escreveu um autor: «Foram os Bolcheviques que mostraram a Sun Yat-sen como se transforma uma ideia em revolução.» ⁽¹⁾

A indiferença das potências ocidentais, que se tinham recusado a ajudá-lo e até a reconhecê-lo, não lhe deixava finalmente outra escolha que não fosse a do aliado soviético. A célebre declaração Sun-Joffe de 26 de Janeiro de 1923, seguida de longas conversações no Japão entre Joffe e Liao Chung-K'ai, anunciava a colaboração dos dois partidos, ao mesmo tempo que se esforçava por tranquilizar a opinião não comunista.

⁽¹⁾ Arthur Holcombe, *The Chinese revolution*, Harvard University Press, 1930.

... O Dr. Sun é de opinião que o sistema comunista e até o dos Sovietes são inaplicáveis na China. Este sentimento é inteiramente partilhado pelo Sr. Joffe que pensa que o problema mais importante e mais urgente continua a ser o da unificação e independência nacional ...

O I Congresso do Kuomintang, reorganizado por Wang Ching-wei e Hu Han-min, realizar-se-á de 20 a 30 de Janeiro de 1924 e ratificará esta cooperação. Vários comunistas importantes, de entre os quais Li Ta-chao e Mao Tsé-tung, entraram para a Administração central deste Partido ao qual todos os comunistas que o desejaram puderam aderir a título individual sem renunciar à sua primeira vinculação. Mas já algumas medidas de cooperação prática tinham intervindo. Chiang Kai-shek, enviado a Moscovo de Setembro a Novembro de 1923, documenta-se, nesta cidade, sobre o Partido Comunista russo e sobre o Exército Vermelho. Michel Borodine, ex-emigrado nos Estados Unidos, chegara a Cantão em Outubro de 1923, acompanhado de um grupo de peritos civis e militares, entre os quais o general Blücher (Galen), e, na sua qualidade de conselheiro do Comité Central executivo provisório, contribuirá grandemente para a reorganização do Kuomintang.

Os anos 1924 e 1925 verão os rápidos progressos dos dois partidos. Conselheiros soviéticos e membros comunistas vão tornar o Kuo-

mintang um instrumento revolucionário, sólido e disciplinado, desembaraçado das suas aspirações a uma democracia parlamentar irrealizável no estado da sociedade chinesa. O Governo de Cantão assim reforçado desembaraçar-se-á dos «militaristas» locais e a Academia de Whampoa, fundada no mês de Maio de 1924, será o núcleo de um exército verdadeiramente revolucionário e nacional em parte dirigido, instruído e equipado pelos Sovietes.

Por seu lado, os Comunistas infiltrados no Kuomintang, tirar-lhe-ão pouco a pouco os mais dinâmicos dos seus quadros e, associados à sua ala radical, conseguirão na sua direcção uma influência maior. Enfim, irão cada vez mais ao encontro das massas. O seu partido, até então sobretudo partido de intelectuais, cedo se tornará um verdadeiro partido de acção revolucionária, explorando a fundo os movimentos anti-estrangeiros e as greves. Os incidentes de 30 de Maio de 1925, em Xangai, e de 23 de Junho do mesmo ano, em Cantão, o despertar de um proletariado mais numeroso, o regresso dos antigos trabalhadores chineses na França, criarão condições favoráveis ao seu aumento. O Partido Comunista chinês passará de 300 membros, em 1924, para 57 900, em 1927. Verificar-se-ão os mesmos progressos no desenvolvimento do sindicalismo cujos congressos representarão 230 000 trabalhadores, em 1922, 570 000, em 1925

e 3 000 000, em Maio de 1926. O avanço será mais lento e mais tardio no seio dos camponeses e só se revestirá de verdadeira importância aquando da Expedição do Norte. Todavia, pouco antes da ruptura Kuomintang-comunista, as associações camponesas agruparão 9 500 000 membros.

O rápido desenvolvimento do Partido Comunista e do sindicalismo pró-comunista não tarda a inquietar uma fracção da ala direita do Kuomintang, representada por Hu Han-min e, mais tarde, por Chiang kai-shek. Contudo, as relações permanecerão pouco mais ou menos normais até à morte de Sun Yat-sen, em 12 de Março de 1925, e pode mesmo dizer-se que até à Expedição do Norte. O chamado grupo das Colinas do Oeste, constituído por diversos conservadores Kuomintang, durante uma sua estadia em Pequim, e que reclama abertamente a ruptura com os Comunistas, chega a ser posto em minoria no II Congresso do Partido (Janeiro de 1926).

A situação ia modificar-se progressivamente no decurso do ano de 1926. Já o assassinio de um radical Kuomintang, Liao Chung-K'ai, em Agosto de 1925, provocara a partida de Hu Han-min para o estrangeiro enquanto que se acentuava a futura rivalidade pessoal entre Wang Ching-wei, presidente do governo nacional, e Chiang Kai-shek, comandante do exército, me-

nos inclinado que o primeiro a uma colaboração cujos perigos transpareciam cada dia mais nitidamente. A descoberta de uma conspiração comunista, verdadeira ou imaginada, servia de pretexto ao generalíssimo para eliminar os Comunistas do aparelho superior Kuomintang (20 de Março). Wang Ching-wei, que não fora consultado, considerando-se humilhado e, aliás, com a saúde abalada, deixava as suas funções e partia para França. Contudo, os progressos do movimento revolucionário e das suas forças militares iam permitir ao Kuomintang lançar a «Expedição do Norte», de início, pelo menos, contra a opinião dos conselheiros russos, e contribuir assim para manter com os Comunistas um entendimento que Moscovo desejava prolongar. No mês de Julho de 1926, cinco exércitos nacionalistas dirigiam-se rapidamente para o norte em direcção a Hankéou e para o este em direcção a Nanchang. Vigorosamente apoiados por um notável aparelho de propaganda e, pelo menos, nos centros, favorecidos pelos entusiasmos da juventude, os seus progressos foram rápidos. Changsha passava para as suas mãos, em 12 de Julho, graças a T'ang Sheng-chih, um subalterno revoltado de Wu P'ei-fu. A tripla aglomeração de Hankéou — Hanyang — Wuchang caía em Outubro e Novembro, e, finalmente, em fins de Outubro, dava-se a ocupação de Nanchang,

onde Chiang Kai-shek instalava o seu quartel-general. As tropas dos feudais Wu P'ei-fu e Sun Ch'uan-fang retiravam respectivamente para o rio Amarelo e para a região de Xangai.

Este rápido triunfo que os Comunistas procuraram explorar sem demora junto das massas rurais e urbanas, punha já o problema da direcção da revolução. Vai provocar a ruptura da frente Kuomintang-comunista muito antes da reunificação nacional estar militarmente concluída. Se cada um dos dois partidos se propunha eliminar, mais tarde ou mais cedo, o seu rival, e assume a esse respeito uma igual responsabilidade, a iniciativa da ruptura cabe, sem dúvida alguma aos elementos das direitas do Kuomintang e a Chiang Kai-shek. Quanto ao Komintern, em cujo seio a questão chinesa era um elemento muito importante da rivalidade do momento entre Estaline e Trotsky, esforçar-se-á por demorá-la o mais possível para justificar a sua «linha inicial» e, finalmente, atribuirá o fracasso desta ao «oportunismo» de Ch'en Tu-hsiu.

No mês de Dezembro de 1926, o governo nacional acompanhado de Borodine, seu conselheiro, partia de Cantão para Hankeou contra a opinião de Chiang Kai-shek que preferia tê-lo instalado em Nanchang. Composto de radicais hostis ao poder exclusivo de Chiang Kai-shek

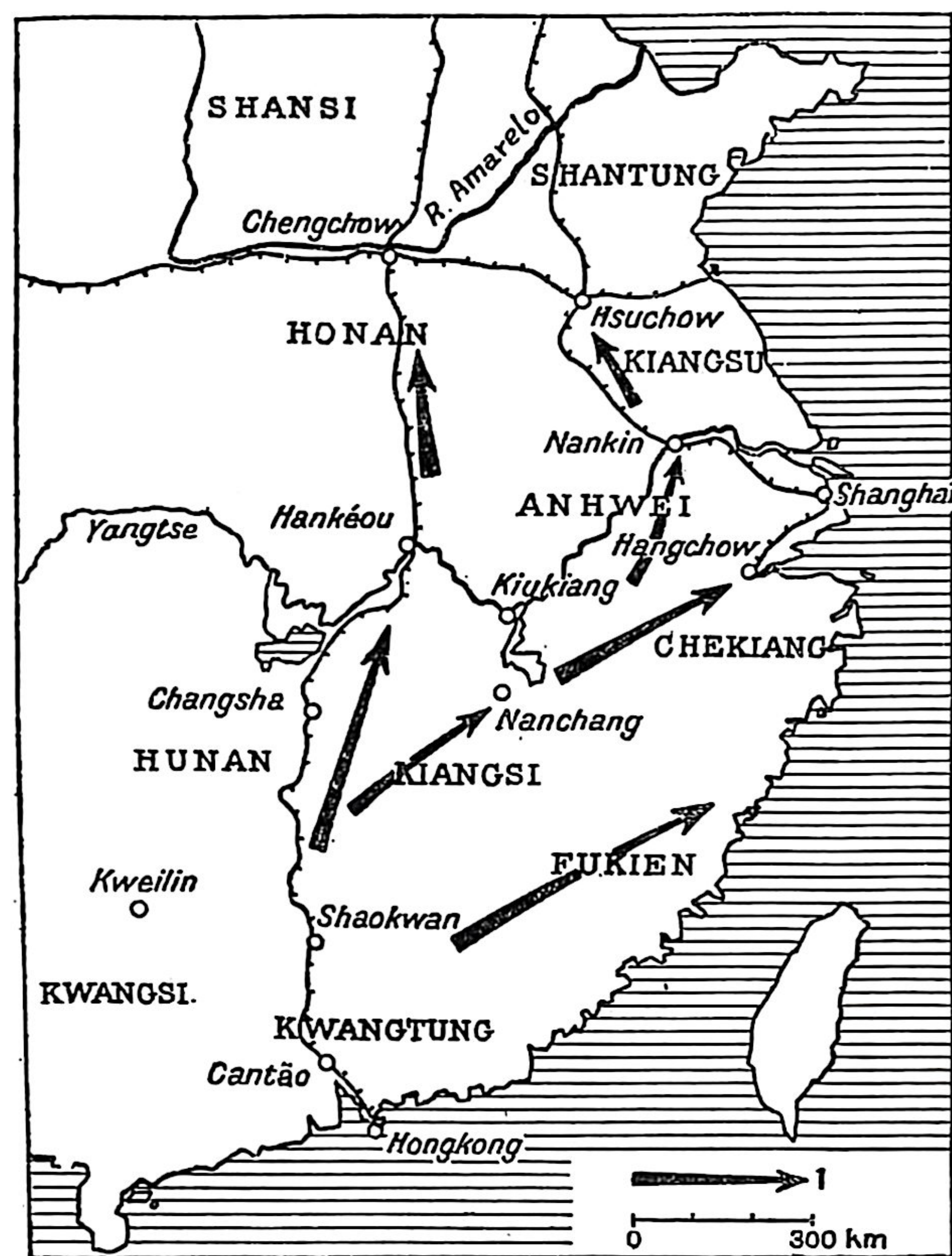


Fig. 1 — A Expedição do Norte (1926-1927)
1. Eixos dos exércitos nacionalistas

e de partidários da cooperação com os Comunistas, confirmará logo depois de instalado, as suas tendências extremas ao permitir que a população de Hankéou e de Kiukiang se apoderasse das concessões britânicas dessas duas cidades e sobretudo ao deixar que os Comunistas organizassem as massas, desencadeassem greves e eliminassem os proprietários de bens de raiz. Enfim, em 10 de Março de 1927, ao ter conhecimento do próximo regresso de França de Wang Ching-wei, decidia retirar a Chiang Kai-shek os poderes especiais que lhe haviam sido conferidos para a «Expedição do Norte» e entregar estes aos comités regulares; entretanto dois ministros comunistas entravam para o governo.

A evolução da situação devia naturalmente levar o generalíssimo Kuomintang a agir com muita rapidez. De facto, lançava-se imediatamente sobre Xangai, tomada em 22 de Março, e sobre Nanquim, ocupada em 24. Uma entrevista com Wang Ching-wei, que permaneceu em Xangai, de 1 a 6 de Abril, não conseguiu chegar à definição de uma mesma política a respeito dos Comunistas. Pelo contrário, para pôr termo aos boatos de um golpe de força vermelho, Wang Ching-wei e Ch'en Tu-hsiu reafirmavam, numa declaração conjunta, a necessidade da sua colaboração.

A 12 de Abril, Chiang Kai-shek atacava bruscamente os sindicatos comunistas armados de

Xangai e massacrava sem piedade vários milhares dos seus membros ⁽¹⁾. «Nenhum general nortista teria ousado fazer o mesmo no seu próprio território», observava justamente uma testemunha.

O governo de Hankéou ⁽²⁾ expulsou Chiang Kai-shek, pôs a sua cabeça a prêmio e a ruptura foi completa quando, em 18 de Abril, este instalou, em Nanquim, um governo nacionalista rival.

Contudo, a aliança Kuomintang das esquerdas comunistas desintegrava-se rapidamente. A amplitude adquirida pelos movimentos camponeses, que excediam muitas vezes as palavras de ordem comunistas, os excessos que os acompanharam, provocavam por sua vez sangrentas reacções dos generais Kuomintang, como a do general Hsü Ke-hsiang, em Changsha, em 21 de Maio, e aterrorizavam a pequena burguesia nacionalista. As hesitações de Moscovo, incapaz de decidir-se por uma política de não intervenção ou, pelo contrário, por uma política de eliminação imediata dos seus aliados, as imperícias de indiano Roy, seu delegado, desorientavam a direcção do Partido Comunista. Enfim,

⁽¹⁾ É este acontecimento que André MALRAUX descreve na *Condition humaine*.

⁽²⁾ Por vezes chamado governo de Wuhan.

o oportunista general cristão Teng Yü-hsiang, que controlava as províncias do Nordeste, passava-se abertamente para Nanquim embora tivesse recebido um importante auxílio militar soviético.

Em 15 de Julho, Wang Ching-wei e o Kuomintang das esquerdas romperam oficialmente com os Comunistas que de expulsos depressa se tornarão fora-de-lei. Com efeito, no dia 1 de Agosto, parte da guarnição de Nanchang (Kiangsi) às ordens dos generais comunistas Ho Lung e Yeh T'ing sublevava-se contra o governo de Hankéou e esta data, que punha irremediavelmente fim à aliança, é hoje celebrada como a da fundação do «Exército de Libertação Popular».

A partir de então, Hankéou e Nanquim deviam inevitavelmente reencontrar a sua unidade, mas esta só se conseguiu depois de uma longa e complicada evolução. Uma ofensiva nordestista contra Hsüchow, perdida em 23 de Julho, depois contra Nanquim, provocara a partida de Chiang Kai-shek sob a pressão dos generais Kwangsin Li Tsung-jen e Pai Ch'ung-hsi, desejosos de obter o auxílio militar de Hankéou (15 de Agosto). Conjurado o perigo, as dissensões recomeçaram e deviam durar de facto até ao dia 10 de Dezembro seguinte. Foi um período extraordinariamente rico em negociações e viagens dos principais protagonistas, fértil em trai-

ções e quebra de alianças entre os clãs, marcado pelo exílio de Chiang Kai-shek no Japão, pela derrota de T'ang Sheng-chih às mãos dos generais Kwangsi, pela criação de um comité especial do Partido, etc. Wang Ching-wei e Chiang Kai-shek reconciliaram-se finalmente sob a ameaça dos «Senhores da Guerra», mas o primeiro, fazendo uma vez mais, voluntariamente, o caminho da França, deixava Chiang Kai-shek restaurar à sua volta a unidade do governo nacional (17 de Dezembro de 1927).

Com a insurreição de Nanchang, em 1 de Agosto, terminava o primeiro período da história do movimento comunista chinês. O Partido que criara e cedo perdera a sua base proletária vai tornar-se um partido militar e camponês. Desistindo de encontrar o seu principal apoio sobre um proletariado urbano, fraco e inacessível, apresentar-se-á como um movimento nacionalista, democrático, agrário e esforçar-se-á por ganhar assim a opinião geral. Ao passo que o Kuomintang, carregado com as responsabilidades do poder, terá de ter paciência e sangue-frio perante as agressões japonesas, os Comunistas não cessarão de fazer apelo à guerra e de reclamar um regresso à colaboração, em nome de um perigo externo, aliás bem real.

Enfeitar-se-ão também com o epíteto democrático, ao abrirem os braços a todos os opositores do Kuomintang a quem a intolerância e a

falta de critério deste partido não deixarão outra alternativa e a sua «neo-democracia» acabará por passar por liberal.

Enfim, saberão recordar-se das palavras dirigidas por Lenine, em 1919, a alguns Comunistas asiáticos:

«É imperioso para vós aplicar a teoria e a prática comunista atendendo ao facto de que os camponeses constituem a classe essencial na massa».

e, enquanto o Kuomintang, entravado pela sua própria composição social, se recusará a efectuar uma reforma agrária, se bem que tão necessário que Sun Yat-sen a identificava, a princípio, com o seu Terceiro Princípio, eles far-se-ão seus promotores e executores. Esta habilitade valer-lhes-á a cooperação das massas rurais e múltiplas simpatias no exterior.

O fim da primeira fase marca também a eliminação de Ch'en Tu-hsiu e da equipa dos fundadores mais teóricos que práticos, mais intelectuais que verdadeiros chefes. Nas duras realidades que vão oferecer-se, formar-se-á o grupo dos dirigentes de hoje.

CAPÍTULO II

OS ANOS DE PROVAÇÃO

Se o Partido, quando é constrangido a romper com a burguesia, não trava contra ela uma luta armada e dura pode igualmente desagregar-se e a revolução caminhar para o malogro.
(MAO TSÉ-TUNG)

I — A Segunda Guerra Civil (1927-1937) ⁽¹⁾

No decurso dos dez anos que separam a sublevação de Nanchang da criação da frente de resistência anti-japonesa (acordo de 22 de Setem-

⁽¹⁾ Ao contrário das edições precedentes, seguimos nesta o uso dos historiadores de Pequim, para os quais a primeira guerra civil corresponde a 1926-1927 (Expedição do Norte), a 2.^a guerra civil ao período 1927-1937 e a 3.^a guerra civil ao período 1947-1949.

bro de 1937), o Partido Comunista lutará pela sua própria existência. É cómodo simplificar um pouco a história deste período, nela distinguindo quatro fases.

A primeira, extremamente fluida, dura até ao fim do ano de 1930. Os Comunistas tentam sem sucesso sublevar uma parte dos campos da China central aquando das revoltas da «Colheita de Outono» (Setembro de 1927) e fracassam igualmente em Cantão (Dezembro de 1927). Mais tarde, um novo plano de ataque a algumas grandes cidades (entre elas Changsha, em Agosto de 1930) não dará melhores resultados.

Na segunda, as bases rurais, criadas pelos Comunistas, nalgumas províncias da China central e principalmente no Kiangsi, onde a primeira República soviética chinesa foi fundada em Dezembro de 1931, são submetidas a uma série de grandes ofensivas Kuomintang. A última destas forçará o Exército Vermelho a abandonar toda a região, em 15 de Outubro de 1934. É então que começa a terceira fase, a da «Longa Marcha» durante a qual as forças comunistas, atravessando a China de leste a oeste e depois de sul a norte, se dirigem para o Shensi do Norte e para a região de Yenan.

A quarta fase corresponde a uma trégua de facto assinalada, em Dezembro de 1936, pelo célebre «incidente Sian» no decurso do qual

Chiang Kai-shek, capturado pelo general Chang Hsueh-liang será libertado, graças à intervenção dos Comunistas.

Estas fases correspondem, pois, a teatros diferentes e a atitudes militares diferentes, mas foram também caracterizadas por frequentes variações na linha política do Partido e, de início, pelo menos, por importantes mudanças de pessoas. O carácter resumido desta obra não saberia fazer esquecer o contexto nacional, internacional e ideológico dos acontecimentos que nele se expõem.

A 7 de Agosto de 1927, uma sessão extraordinária do Comité executivo do Partido Comunista, reunido em Kiukiang, tirava as primeiras conclusões dos factos. O malogro do partido era atribuído a factores históricos inevitáveis e sobretudo ao oportunismo das direitas de Ch'en Tu-hsiu. Este era substituído no posto de secretário geral por Ch'u Ch'in-pai, jovem intelectual formado politicamente na própria Rússia. Lominadze sucedia a Borodine, de novo enviado para a U. R. S. S., na qualidade de delegado do Komintern. O problema agrário, «problema central da revolução», via reconhecida toda a sua importância. De futuro, dava-se prioridade ao desenvolvimento de uma organização militar, até então bastante negligenciada, e, bem entendido, ao da acção clandestina. Enfim, ficava decidida a preparação de vastas sublevações camponesas que deveriam verificar-se na altura da «colheita de Outono».

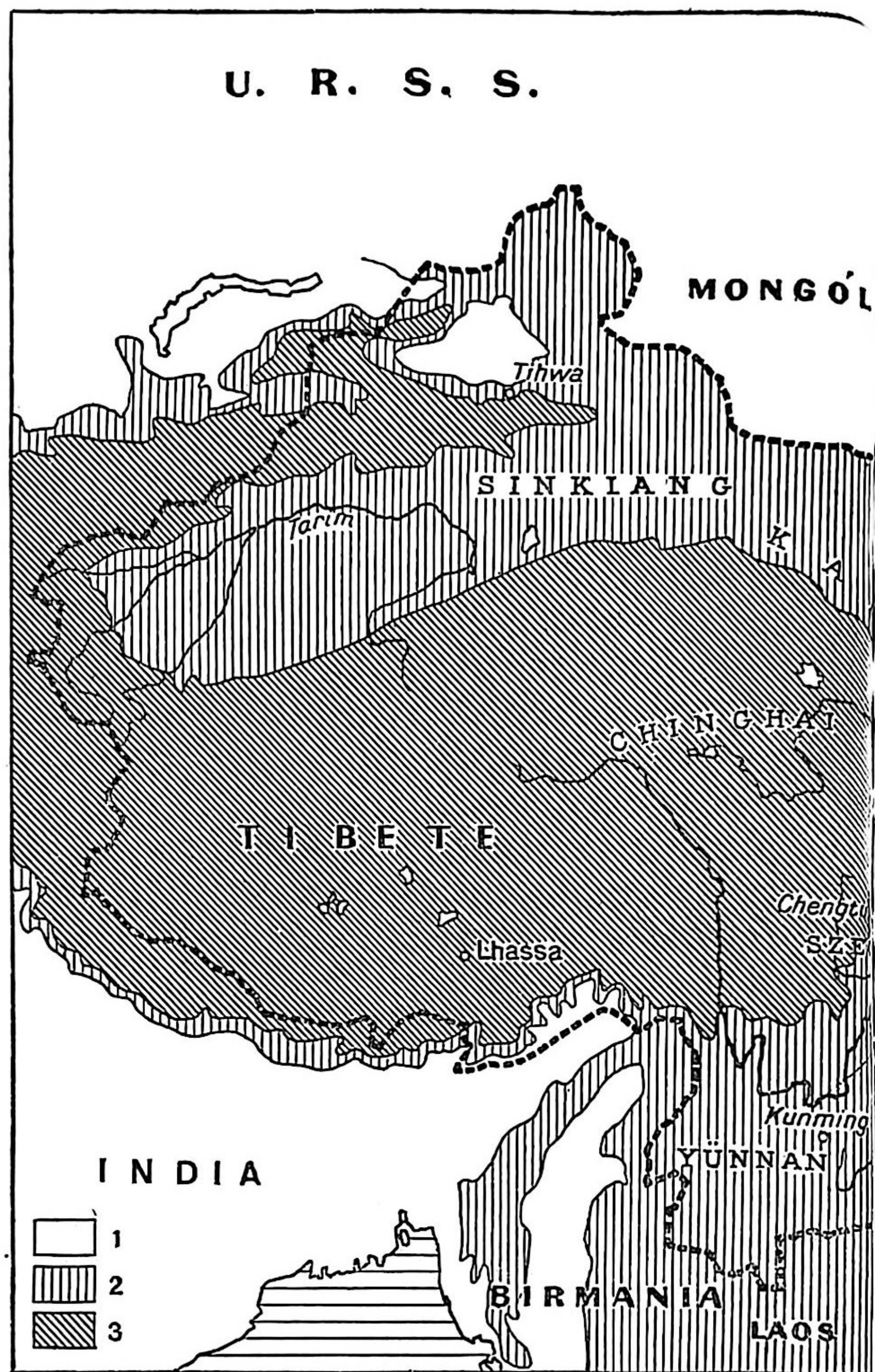
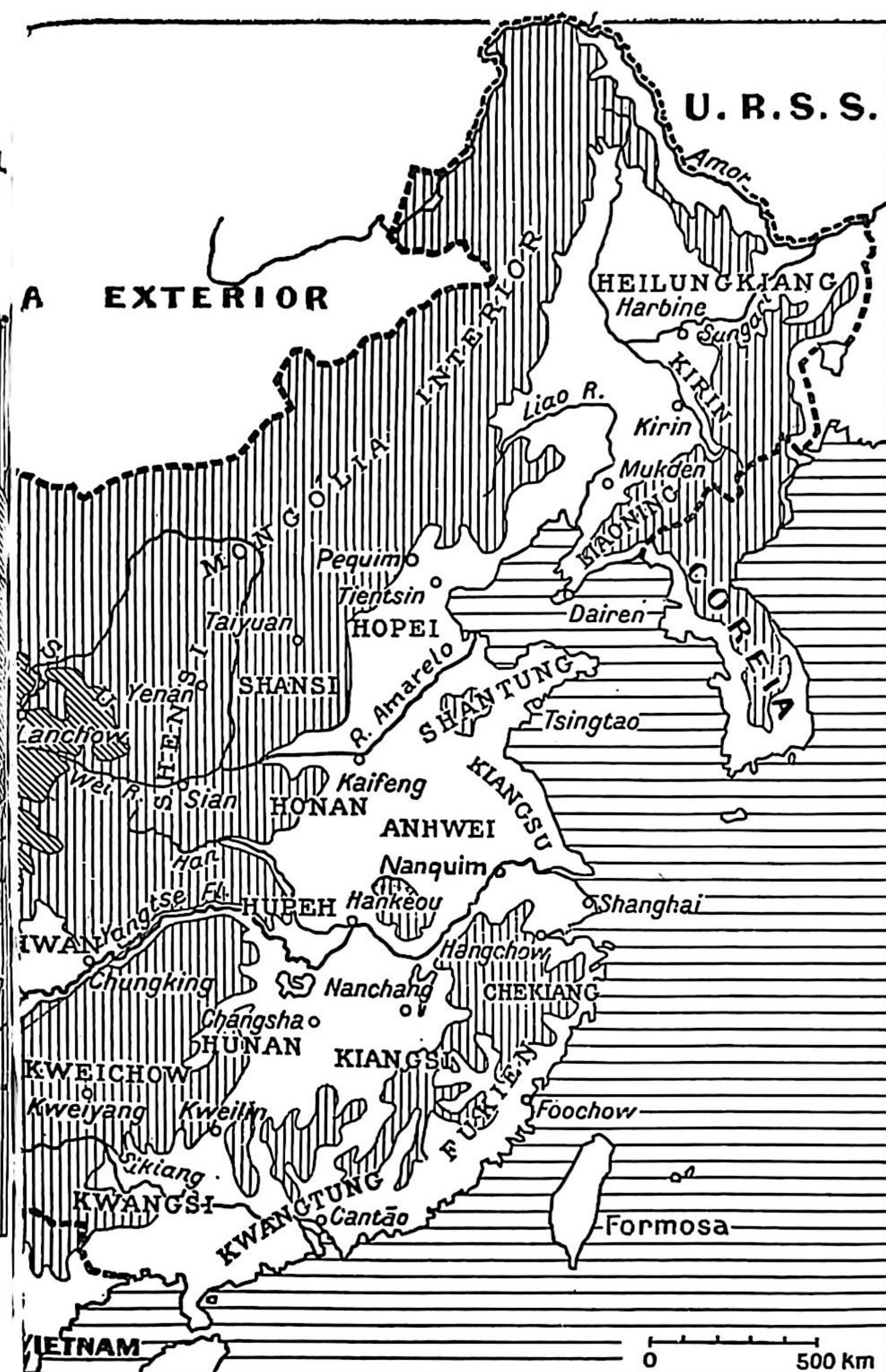


Fig. 2 — China: relevo, províncias, cidades principais



1, abaixo de 500 m; 2, de 500 a 2500 m; 3, acima de 2500 m.

Efectivamente, fizeram-se estas tentativas de 5 a 18 de Setembro, mas revestiram-se de um carácter esporádico e acabaram por fracassar. Mao Tsé-Tung, que conduzia a principal de entre elas a este de Changsha, no Hunan, viu-se obrigado a retirar no decurso do Inverno, para as montanhas de Chingkan, a este do Kiangsi, foi censurado e perdeu o seu lugar no Bureau político.

Por seu turno, depois de se revoltarem em Nanchang, as tropas dos generais Ho Lung (XX.º exército) e Yeh T'ing (24.ª divisão do XI.º exército) dirigiram-se para Cantão, seguindo pelo leste do Kwangtung, mas foram batidas em Outubro, depois de terem tomado e perdido Swatow. Os seus destroços instalaram-se nos distritos cantonais sovietizados de Haifeng e Lufeng perto do rio de Este onde, com o auxílio de um notável agitador camponês, P'eng Pai, tentaram organizar sovietes rurais. Contudo, o seu fracasso devia comprometer definitivamente o sucesso da «comuna de Cantão» e, embora conduzida por Yeh T'ing e por Chang Ta-lei, esta insurreição mal preparada e mal apoiada do exterior, foi selvaticamente reprimida por Li Chi-sen (11-14 de Dezembro). O ano de 1927 terminava com um novo e grave desastre.

Em 1928 e 1929, constituiu-se pouco a pouco em torno de Mao Tsé-tung e Chu Teh, que se lhe juntara na região de Juichin (Kiangsi meridional), um exército de uma dezena de milhar de combatentes (camponeses, desertores, até mesmo bandidos) ainda pobremente equipado, pouco disciplinado e mal aceite pela população.

Entretanto, o VI Congresso reunido em Moscovo (Julho de 1928) demitira Ch'ü Ch'iu-pai, acusado de «aventurismo das esquerdas», e subs-

tituíra-o por Hsiang Chung-fa, de origem proletária, mas que, prejudicado pela sua pouca instrução, se verá de facto assistido por Li Li-san (1).

No decurso do ano 1930, Li Li-san executando as instruções do Komintern e aproveitando um conflito Chiang Kai-shek Feng Yü-hsiang, tentou tornar a dar uma base urbana e operária ao Partido, apoderando-se de algumas grandes cidades. Depois de conseguir a ocupação de Changshai por P'eng Teh-huai, de 28 de Julho aos começos de Agosto, fracassou numa segunda tentativa contra esta cidade, em Setembro, e não ousou ou não pôde atacar Hankéou. Estes insucessos valeram-lhe a acusação de «putschismo» e, em Março de 1931, ser chamado a Moscovo de onde devia regressar apenas em 1945. Na realidade, o partido já não tinha apoio sólido nas cidades onde o Kuomintang perseguia e executava implacavelmente os Comunistas e os seus simpatizantes; o próprio Hsiang Chung-fa fora detido e fuzilado em Junho de 1931. Por este facto, como também devido às dificuldades de ligação, o divórcio tornava-se mais acentuado entre as bases rurais da China central e os organismos dirigentes mantidos em Xangai. Os secretários gerais impotentes ou inexperientes sucediam-se. Ch'en Shao-yü, aliás, Wang

(1) Ch'ü Ch'in-pai, que ficara no Kiangsi, depois da «Longa Marcha» será capturado e fuzilado pelo K. M. T.

Li Li-san era um «regressado da França» como Ch'en Tu-hsin e Chen En-lai que dirigia então o importante Bureau de Organização do partido. Segundo notícias não confirmadas ter-se-ia suicidado recentemente.

Ming, sucedera a Hsiang Chung-fa e a Li Li-san, mas fora substituído, por sua vez, por Ch'in Pang-hsien, aliás Po ku, jovem militante de 25 anos. No Outono de 1932, a maioria do Comité Central acabará por ter de ir para Juichin, no Kiangsi.

A zona do Kiangsi criada por Mao Tsé-tung e Chu Teh adquirira, com efeito, um grande desenvolvimento depois da crise interna provocada pelo incidente de Fut'ien (Dezembro de 1930) no decurso do qual o comandante do XX exército Li Ti-Tsao se voltara contra os dois *leaders*.

No momento em que o I Congresso dos Soviéticos reunidos em Juichin, em 7 de Novembro de 1931, proclama a «República Soviética Chinesa» e elege Mao Tsé-tung para a sua presidência, esta estende sobre várias províncias do Centro e do Sueste uma dúzia de bases de limites móveis. A sua população total oscila provavelmente à volta de vinte milhões de pessoas, metade das quais apenas na base do Kiangsi. Quanto ao Exército regular, com 60 000 homens em 1931, contará 300 000 no decurso do ano de 1934.

Estes sucessos já não podiam deixar o governo central indiferente. Em Novembro de 1930, este lança uma primeira grande ofensiva de uma centena de milhares de homens comandados por Lu Ti-ping. Fracassa nos últimos dias de Dezembro, o mesmo sucedendo a uma segunda conduzida por Ho Ying-ch'in, de Fevereiro a Maio de 1931.

A terceira campanha, dirigida pessoalmente pelo generalíssimo Chiang Kai-shek, com 300 000 homens, de Julho a Setembro do mesmo ano, não será melhor sucedida que as anteriores. Momentaneamente desviado dos Comunistas pelo incidente de Mukden e pela agressão japonesa na Manchúria e em Xangai,

o governo central só retomou os seus ataques no decurso do Verão de 1932. Embora tendo conseguido liquidar um certo número de pequenas bases do Hupeh oeste (a de Ho Lung) e do Hupeh-Honan, uma quarta ofensiva dirigida pelo general Ch'en Ch'eng fracassava lastimosamente contra a base principal do Kiangsi.

Enfim, a quinta ofensiva, iniciada em Outubro de 1933 e dispondo de mais de 500 000 homens e de 200 aviões, será coroada de êxito. A base do Kiangsi é submetida a um cerrado bloqueio apoiado em importantes séries de fortificações de campanha a partir das quais as forças nacionalistas progridem metódicamente.

A situação geral tornara-se igualmente desfavorável desde que os Comunistas tinham deixado esmagar, no Fukien, o XIX.º Exército revoltado de Ts'ai Ting-K'ai e desde que, mediante o acordo de Tangu (Maio de 1933) e diversos entendimentos estabelecidos com os Japoneses, o governo central se achava livre para dirigir a maior parte dos seus efectivos contra a zona vermelha.

Em 15 de Outubro de 1934, os Comunistas começaram a abandonar o Kiangsi, dirigindo-se primeiramente para o Oeste, com a intenção de atingir ou o Sinkiang ou a China do Noroeste. Felizmente para eles, um exército aguerrido, de moral comprovada, disciplinado, procurando em todas as circunstâncias o apoio popular, substituíra, no decurso dessas duras lutas, os camponeses mal armados do começo. Ao mesmo tempo que se tornava um grande partido militar, o Partido Comunista adquirira uma grande prática dos meios rurais, que soubera ganhar a si por meio de um programa de educação política e de reformas. Esta experiência inestimável permi-

tir-lhe-á, em primeiro lugar, não deparar com animosidade por parte das populações no decurso da «Longa Marcha», e depois, com a guerra sino-japonesa, encarregar-se da organização política e militar de dezenas de milhões de homens e dispor assim de poderosas forças armadas aquando do recomeço da guerra civil.

Todavia, a «Longa Marcha» submeteu o Partido e o seu exército a uma provação tão dura que ambos estiveram prestes a sucumbir. De regresso, iniciado em meados de Outubro de 1934, ao sul de Kiangsi, as forças comunistas principais perfuravam, em Novembro, várias linhas de bloqueio nacionalistas, e, seguindo pelo norte do Kwangtung, dirigiam-se para a região setentrional do Kweichow, onde já se encontrava Ho Lung, na intenção de passar directamente para o Szechwan.

De novo rechaçados para o Yunan, transpunham o Yangtsé superior (Chin Sha Kiong) ao sul de Hweili, tornavam a subir para o norte e travavam um combate, que ficou lendário, pela travessia do rio Tatu (Maio de 1935). Ladeando a fronteira de Szechwan e os contrafortes tibetanos, faziam a sua junção, em Moukung, na região de Sungpan, às forças de Chang Kuo-t'ao e de Hsü Hsiang-ch'ien que, expulsas da fronteira Anhwei-Honan-Hupeh, em 1933, tinham voltado a instalar-se no Este do Szechwan com o nome de IV exército.

Uma reunião ampliada do Bureau político realizada em Tsunyi, no Kweichow, em Janeiro de 1935, consagrara oficialmente a direcção de facto de Mao Tsé-Tung e eliminara Ch'in Pan-hsien e o grupo dos «oportunistas das esquerdas». Chang Kuo-t'ao e Hsü Hsiang-ch'ien manifestaram-se, todavia, contra a decisão de Mao Tsé-Tung de alcançar o Shensi

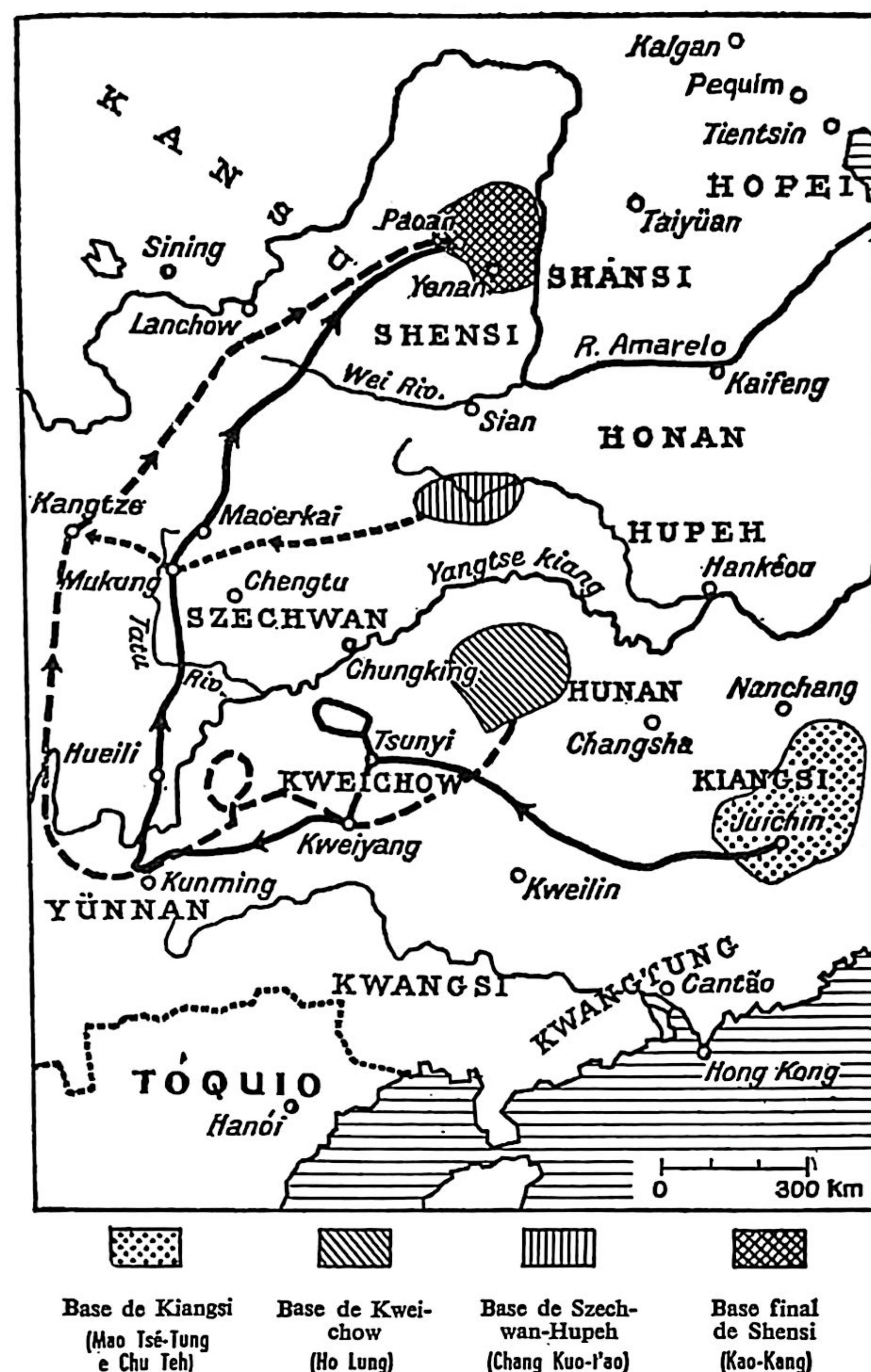


Fig. 3. — A «Longa Marcha» (Outubro de 1934 - Outubro de 1935)

do Norte. Uma conferência realizada em Maoerkai (10 de Julho) e diversos incidentes subsequentes traduziram-se numa cisão momentânea. O grupo Chang Kuo-t'ao permaneceu nos confins Szechwan-Tibete, na região de Kantze. O grupo Mao Tsé-Tung retomou a sua marcha para o noroeste através das regiões mais desoladas do Kansu e do Shensi e, finalmente, em Outubro de 1935, atingiu a região de Paoan, no Shensi setentrional onde Kao Kang e Liu Chih-tan tinham conseguido criar e manter uma base de guerrilha reforçada por elementos vindos da fronteira Anhwei-Honan-Hupeh. Num ano, percorreram mais de 12 000 quilómetros. No mês de Dezembro de 1936, Yen-an, a sueste de Paoan será tomada e os Comunistas instalarão aí a direcção do Partido. Entretanto, o grupo Chang Kuo-t'ao e o de Ho Lung, que se lhe juntara, tinham atingido, por seu lado, o norte do Shensi (Outubro de 1936).

A «Longa Marcha» deu a conhecer o Comunismo nas províncias mais recuadas do Oeste e proporcionou-lhe os primeiros contactos com as «minorias nacionais».

Depois da conferência de Tsunyi e do fracasso de Chang Kuo-t'ao, colocou definitivamente à testa do Partido os dirigentes políticos e militares de hoje e principalmente Mao Tsé-Tung e Chu Teh e revelou ou confirmou chefes de talento: Lin Piao, Hsiao K'e, P'eng Teh-huai, Ch'en Keng, Hsü Hsiang-ch'ien, Liu Po-ch'en, etc.

Em contrapartida, dizimou consideravelmente os efectivos do exército. Dos 130 000 homens que haviam partido de Kiangsi-Hunan, menos de 30 000 chegaram ao Shensi setentrional: alguns tinham desertado, mas o maior número perecera em incessantes combates contra as tropas centrais ou provinciais ou fora vítima das misérias de um Inverno rigoroso

e de natureza hostil, no decurso dessa prodigiosa anabasia.

Ao contrário dos anteriores, os dois anos que se seguiram à instalação dos Comunistas no Shensi vão corresponder a uma trégua que, estabelecida pouco a pouco tácitamente, acabará por resultar num acordo formal contra o Japão.

Esta trégua é a princípio procurada pelo Kominintern cuja inquietação, já aparente nas resoluções do VII Congresso (Julho-Agosto de 1935), se tornará maior depois da assinatura do Pacto anti-kominintern (25 de Novembro de 1936). Mas é também vivamente desejada pelo Partido Comunista chinês, militarmente ofegante, reduzido a um pobre território de um milhão de habitantes, sem contacto real com as cidades e com menos de 40 000 membros. Para readquirir um apoio popular, atingir todo o país, necessita de novos temas de propaganda e também de uma certa liberdade de movimentos. Sucedendo-se sem interrupção, casos do Jéhol (1933) do Chahar (1935), acordo Ho-Umezu (Maio de 1935), criação do Estado de Hopei oriental (Novembro de 1935), incidente do Suiyuan (Novembro de 1936), as usurpações japonesas ajustar-se-ão às suas intenções, às mil maravilhas. Chiang Kai-shek, que reage com prudência e temporiza, consciente da fraqueza chinesa, achá-se assim colocado numa delicada posição perante a opinião pública chinesa a quem aparece mais inclinado a combater os seus compatriotas comunistas do que os opressores estrangeiros.

Depois de uma última tentativa das forças governamentais contra o Shensi do Norte (Novembro de 1935) o chamado movimento de 9 de Dezembro de 1935 «para terminarem com a guerra civil e unirem-se contra o Japão» propaga-se a diversos pontos do país. Animado pelos estudantes e dando,

por vezes, lugar a vivos incidentes, é naturalmente apoiado a fundo pelos Comunistas e Mao Tsé-tung dirige ao governo central uma mensagem propondo a sua submissão a troco de uma política de enérgica resistência às violências de Tóquio.

No decurso do ano de 1936, desenvolve-se um «movimento para a salvação nacional» análogo ao precedente. A propaganda comunista chama sem cessar à resistência e explora todos os incidentes como o do general comunista Liu Chih-tan morto quando atravessava o Shansi para «ir combater os Japoneses da Manchúria». Atinge também os generais Chang Hsüeh Liang e Yang Hu-ch'en, encarregados do bloqueio das zonas vermelhas, e provoca assim o extraordinário incidente de Sian, ainda hoje não completamente esclarecido.

O generalíssimo Chiang Kai-shek viera no dia 4 de Dezembro de 1936 a Sian, capital provincial do Shensi, quartel general das tropas retiradas da Manchúria e do XVII.º exército provincial, para informar-se da actividade dos seus dois subalternos e preparar com eles uma nova campanha anti-comunista. Foi perto dali que estes o prenderam (12 de Dezembro) e, após longas conversações, ter-lhe-iam arrancado a promessa de não voltar a combater os Comunistas e de virar-se contra os Japoneses.

O generalíssimo foi finalmente libertado no dia de Natal graças, em parte, à intervenção dos Comunistas, representados por Chou En-lai e agindo, sem dúvida alguma, em obediência a Moscovo, desejoso de preservar a unidade chinesa perante ameaças japonesas cada vez mais manifestas.

Deram-se várias versões deste incidente cujo alcance imediato ocasionou grandes controvérsias, mas é um facto que as operações anti-comunistas cessaram e que os contactos semi-oficiais se multi-

plicaram entre Nanquim e Yenan, na primeira metade de 1937.

No mês de Fevereiro, o Comité do Partido Comunista dirige ao Kuomintang propostas de colaboração precisas que voltarão a achar-se no texto que servirá de carta à Frente unida anti-japonesa. Este documento, redigido pelos Comunistas no dia 4 de Julho de 1937, será publicado em 22 de Setembro de 1937 pelo governo central que assim legalizará de certo modo o Partido Comunista. Mas já, nessa data, as hostilidades sino-japonesas nascidas do incidente de Lukouchiao, perto de Pequim, em 7 de Julho de 1937, tinham-se estendido a toda a China do Norte e à região de Xangai. Esta grave crise nacional vai marcar o início de um aumento ininterrupto do poderio militar dos Comunistas, enquanto que o do Kuomintang, menos bem preparado para a direcção e para a organização das massas, não deixará de declinar apesar das aparências.

II — O Partido Comunista na Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)

A declaração de 22 de Setembro colocava nominalmente o movimento comunista sob a direcção do governo nacional. Reconhecidos os «Três Princípios do Povo», ⁽¹⁾ o governo soviético suprimido e substituído por uma «administração das fronteiras», a política agrária tornava-se uma vez mais conservadora,

(1) N. T. — Os «Três Princípios do Povo» de Sun Yat-sen: «Independência nacional, democracia política e bem-estar social» por ele próprio comparados ao «governo do povo, pelo povo e para o povo» do Presidente Lincoln.

enfim o Exército Vermelho com o nome de VIII exército de Estrada (e, mais tarde, XVIII grupo de exércitos) ficava a depender da Comissão para os Assuntos militares. Ao mesmo tempo, os Comunistas revelavam o seu dinamismo e ganhavam uma plataforma nacional ao reclamarem, num programa de dez pontos, a mobilização material e moral das massas populares (Conferência de Lochuan, 15 de Agosto de 1937).

Entretanto, o exército japonês da China do Norte progredia rapidamente ao longo dos grandes eixos ferroviários, repelindo à sua frente as forças nacionais chinesas e deixando na retaguarda largos espaços sem tropas e, por vezes até, abandonados pela administração regular. Os Comunistas, fraccionando as suas três divisões do VIII exército de Estrada em pequenos grupos de propaganda e de acção, infiltraram-se nesses espaços, substituíram as autoridades enfraquecidas ou amedrontadas e organizaram em profundidade as populações para a guerrilha como já tinham feito no Kiangsi ⁽¹⁾. Pouco a pouco, alguns regimes comunistas locais, prolongando a zona do Shen-Kan-Ning (Shensi, Kansu, Ninghsia) constituíram-se no Shansi, no Hopei, no Shantung, no Honan no Norte etc.

Na China Central, desenvolveu-se o mesmo processo, graças à presença do IV exército novo (general Yeh T'ing) que acabou por reunir no Anhwei do Norte e do Sul os antigos bandos que não tinham alcançado o Shensi do Norte.

(1) Estas três divisões eram a 115.^a comandada por Lin Piao, a 120.^a, por Ho Lung e a 129.^a, por Liu Po-ch'en.

Esta expansão das zonas comunistas, bastante lenta de início, foi também eclipsada pela amplitude das operações no vale do Iangtsé, mas, após a guerra se ter estabilizado um pouco, depois da batalha de Xangai, da queda de Nanquim (Dezembro de 1937), da de Hankeou e da de Cantão (Outubro de 1938), a importância dos resultados alcançados pelos Comunistas revelou-se mais nitidamente. Confrontaram-se os seus ganhos na retaguarda das linhas japonesas com as perdas sofridas pelo Kuomintang cuja máquina política e militar resistia com dificuldade às provações da guerra.

Esta situação, do mesmo passo que inquietava o governo central e tornava os Comunistas mais seguros de si próprios, não podia deixar de provocar tensão e incidentes. O mais grave destes resultou na destruição parcial do IV exército novo comunista, julgado demasiado próximo de Xangai, e que foi forçado a regressar ao norte do Iangtsé, enquanto que Yeh T'ing seu comandante, ficava prisioneiro (7 de Janeiro de 1941).

Estes incidentes, o semi-bloqueio do Shensi do Norte e da região do Yenan pelos nacionalistas, impediram que a «frente unida» se desenvolvesse no plano político e impediram a criação de um governo de coligação desejado pelos americanos e oficialmente reclamado por Mao Tsé-tung desde Setembro de 1944 e depois no VII.º Congresso do Partido (24 de Abril de 1945). Convenientemente explorados pelos Comunistas, chegaram a prejudicar o crédito do governo central entre os seus aliados.

No fim das hostilidades, quando a capitulação japonesa consolidar em parte os blocos territoriais comunistas, verificar-se-á que estes englobam quase toda a China do Norte salvo as grandes cidades, várias regiões da China Central, e até algumas ilhotas

da China do Sul. Os 30 000 guerreiros da anabasia de 1935 tinham-se tornado um exército regular de 910 000 soldados, reforçado por dois milhões de milicianos; com a Manchúria ocupada com a conivência dos Russos, a população controlada pelos Comunistas tinha passado, em oito anos, de um para cento e trinta milhões de indivíduos. ⁽¹⁾

Apesar de vários erros, grandes progressos se ficaram a dever ao Partido, que já contava 1 200 000 membros. Mao Tsé-tung que já em 1936 escrevera os *Problemas estratégicos da guerra revolucionária*, depois em 1937 *Da prática* e, em 1938, *A guerra prolongada*, dará com a *Nova democracia* (Janeiro de 1940) um novo sentido à Revolução Chinesa e cedo marcará as suas pretensões com *Do Governo de coligação*. Depois de sucessivas e diversas conferências realizadas, a partir de 1942, pelo «Movimento Cheng Feng» ou movimento de rectificação, as resoluções do VII Congresso (Abril de 1945) definiram melhor o papel dos quadros antigos e sobretudo dos novos.

O Partido Comunista acabara de atingir as proporções do seu rival e, se a missão que se propusera ainda não estava totalmente realizada, adquirira na guerra bastante experiência e força para prosseguir-la e acabá-la. O Partido Kuomintang, que salvaguardara a independência nacional, manda abolir os «tratados injustos» e esse mesmo Partido, que revestira a China do prestígio de «Quinto Grande», era ainda popular. Mas não soubera aproveitar a guerra para ir ao encontro das massas, organizá-las e realizar o programa social do seu fundador. Com

(1) 95 500 000 no momento do VII Congresso (Abril de 1945) segundo os números oficiais.

a fé revolucionária dos primeiros anos, os seus quadros tinham perdido o seu dinamismo e por vezes a sua honestidade. Enfim, se o país estava politicamente libertado, estava economicamente arruinado e isso não foi a mínima das causas de desmoralização e de ineficácia do regime.

III — A Terceira Guerra Civil (1947-1949)

A rivalidade militar Kuomintang-comunista começou com a capitulação japonesa, quando o comandante em chefe comunista Chu Teh ordenou às suas tropas que aceitassem a rendição das tropas nipónicas da China do Norte. Tratava-se de uma iniciativa de considerável alcance pois teria posto nas mãos dos Comunistas um armamento enorme e ter-lhes-ia dado as grandes cidades da China do Norte, como Pequim e Tientsin. Graças ao auxílio político e logístico dos Americanos, o Kuomintang conseguiu ganhar, quase em toda a parte, esta corrida ao desarmamento do adversário. Contudo, os dois partidos não podiam abster-se de representar perante a opinião nacional e estrangeira a comédia das intenções pacíficas e da unidade. Mao Tsé-tung permanecia em Chungking, de 28 de Agosto a 10 de Outubro, e dava o seu acordo à convocação de uma «Conferência consultiva política» destinada a preparar a reconstrução do país e talvez a dar início a um governo de coli-

gação. Em 23 de Dezembro, o governo americano enviou para a China a sua mais alta autoridade militar, o general Marshall, mas os laboriosos esforços deste iriam fracassar totalmente no plano político e, no plano militar, ter apenas

um sucesso imperfeito e efêmero. Quanto à «Conferência consultiva política» reunida em Chungking, de 10 a 31 de Janeiro de 1946, as suas resoluções ficariam sem efeito.

A falta de sinceridade e a desconfiança recíproca dos dois partidos foram as principais causas destes malogros. O governo nacional não podia tolerar a autonomia de administrações e de forças armadas decididas a prosseguir, mais tarde ou mais cedo e por todos os meios, a sua eliminação.

Por seu lado, os Comunistas conheciam demasiado bem o seu adversário para abandonarem as garantias que estas administrações e estes exércitos representavam, em troca de uma acção limitada a um quadro constitucional e parlamentar ainda não preenchido. Acabou por constituir-se um governo de coligação com o Kuomintang, com os «sem-partido» e com pequenos partidos inconsistentes, mas nem os Comunistas nem os seus aliados da Liga Democrática se achavam nela representados como tão-pouco quererão está-lo na Assembleia Nacional que se reunirá em 15 de Novembro de 1946.

Do lado militar um acordo de «cessar fogo» e de organização militar, assinado em 10 de Janeiro de 1946, aplicado por uma comissão tripartida com sede em Pequim, perderia toda a eficácia a partir de Junho de 1946. Os oficiais americanos acabaram por se retirar em Janeiro

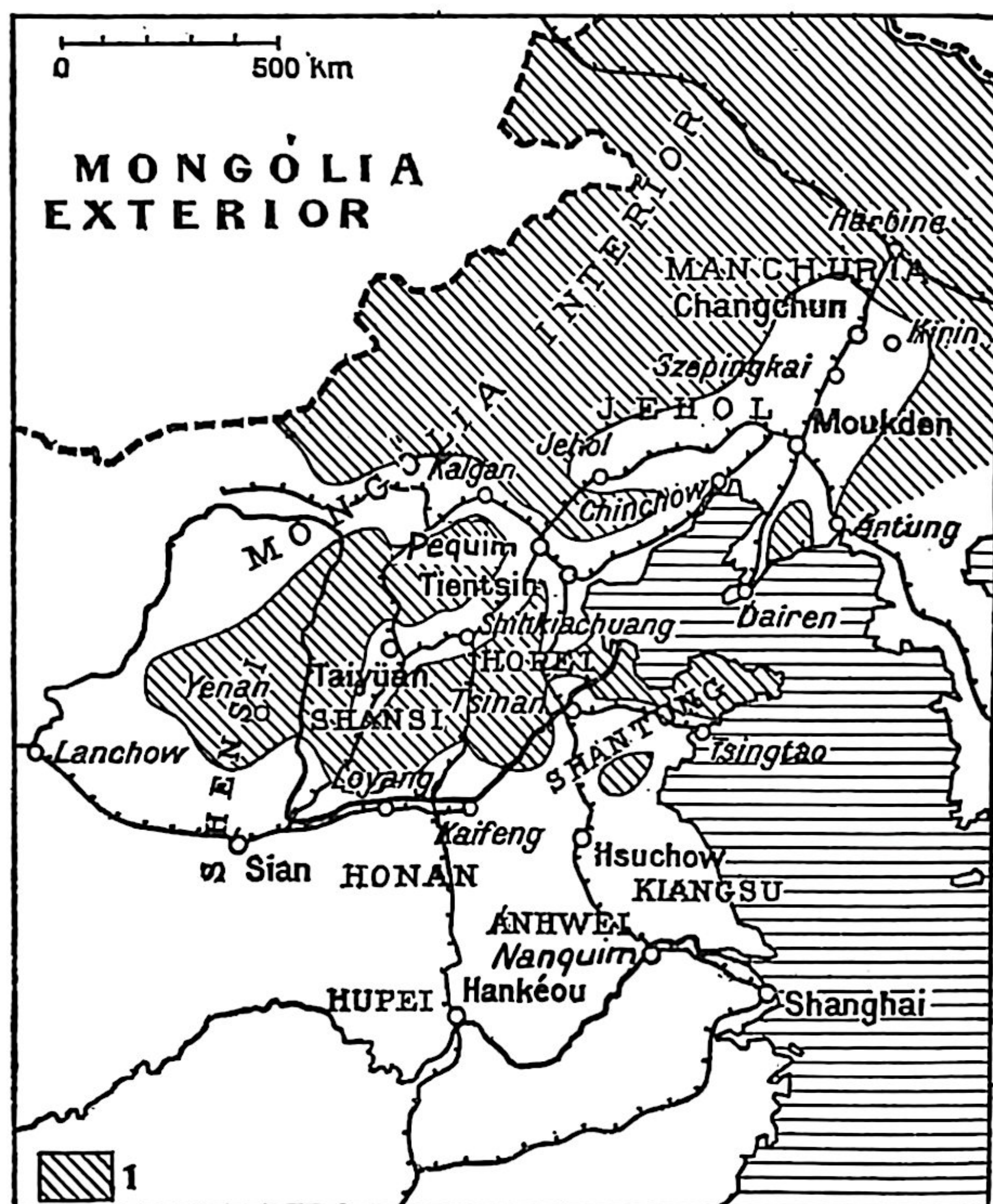


Fig. 4 — A guerra civil (1945-1949)
Situação militar no princípio do ano de 1947
1. Zonas comunistas

de 1947, cedo seguidos dos oficiais comunistas. No mês de Março desse mesmo ano, a delegação política comunista em Nanquim, dirigida por Wang P'ing-nan, sucessor de Chou En-lai, retirou-se definitivamente. Estava aberta a era das batalhas decisivas.

O ano de 1946 não fora desfavorável ao governo, que acabara por reocupar uma grande parte da Manchúria e, em particular, Mukden (13 de Março), Changchun (16 de Abril), Kirin e até Jehol (28 de Agosto) e Antung (27 de Outubro). Na China Central, as forças comunistas de Li Hsien-nien haviam sido forçadas a abandonar o Honan e a retirar-se para o Shansi. No Shantung, os governamentais tinham recuperado o controlo da via férrea Tsinan-Tsingtao e, no Kiangsu do Norte, os Comunistas haviam sido momentaneamente afastados do Iangtsé e dos grandes eixos de comunicação.

Os primeiros meses de 1947 conheceram ainda alguns sucessos. Três ofensivas de Lin Piao contra a região Chang-chun-Kirin foram repelidas. Sucederam-se combates violentos mas indecisos no decurso dos quais Ch'en Yi, por momentos em dificuldades, foi socorrido por Liu Po-ch'en, chegado do Hopei. Enfim, os nacionalistas apoderaram-se de Yenan, em 19 de Março, e esta vitória ilusória enganou por instantes a opinião estrangeira.

Contudo, as graves fraquezas do exército governamental não tardaram a aparecer rapidamente. Mau recrutamento, baixo moral, insuficiente mobilidade, mediocridade do alto comando ao serviço de uma política conservadora caduca, contrastavam com a disciplina dos seus adversários, com a maleabilidade

da sua organização militar totalmente ligada a uma população também organizada para a guerra. O Alto Comando Comunista cuja estratégia se propunha a destruição dos exércitos contrários e não a ocupação de vários objectivos geográficos, revelou uma espantosa inteligência, tanto no desenvolvimento progressivo e no emprego dos seus meios, como por ocasião de problemas delicados tais como o da passagem da fase de guerrilha à das operações regulares.

A mudança de signo operou-se durante o Verão de 1947. Na Manchúria, as tropas governamentais têm de apertar o seu dispositivo em torno do Mukden-Changchun e de abandonar a península do Liaotung e Antung. A substituição do general Tu Yü-min por Ch'en Ch'eng e o envio de reforços não impedem que a situação se torne crítica aquando da 6.^a e 7.^a ofensivas de Lin Piao e as guarnições nacionalistas são isoladas com frequência crescente.

Na China Central uma brusca investida ao sul do rio Amarelo, conduzida por Liu Po-ch'en vindo do Hopei e por Ch'en Keng vindo do Shansi (Agosto de 1947), cria uma nova frente em volta dos Tapiehshan e ameaça o vale do Iangtsé. No Hopei, caem Chengting e Shihkiachung, onde Mao Tsé-tung cedo instalou o seu quartel general.

O ano de 1948 devia ser decisivo. O regime de Nanquim, que ainda enganava os olhos e continuava a conservar o aparato dos grandes governos e dos grandes exércitos, ruía em toda a parte ao mesmo tempo.

Na Manchúria, os exércitos comunistas tomavam Liaoyang Kirin (9 de Março), Szepingkai, bloqueando apertadamente Changchun e Mukden também. A ofensiva nacional começava no dia 12 de Setembro. Em 17 de Outubro, os nacionalistas per-

diam 100 000 homens na capitulação de Chinchow, na linha Pequim-Mukden. Changchun caía no mesmo dia. Enfim, o imenso campo entrincheirado de Mukden rendia-se, por sua vez, a 30. A perda da Manchúria custava 400 000 homens aos nacionalistas e o exército de Lin Piao podia transpor a Grande Muralha e lançar-se sobre Tientsin e Pequim. A primeira destas cidades será tomada de assalto, no dia 15 de Janeiro de 1949, a segunda, atacada desde Dezembro de 1948, acabará por ser entregue, em 23 de Janeiro, pelo seu defensor, o general Fu Tso-yi.

Os desastres nacionalistas eram ainda mais retumbantes na China Central. Foram precedidos na Primavera de 1948 de acções comunistas na linha do rio Amarelo: ofensiva de P'eng Teh-huai contra Paoshi (Shensi) em Abril, tomada de Loyang, no Honan (7 de Abril), tomada temporária de Kaifeng em 19 de Junho. No Shantung, Tsinan cai, em 16 de Setembro.

Enfim, em 7 de Novembro de 1948, começa a grande batalha de Hsüchow e do vale de Huai. Prolongar-se-á até 10 de Janeiro de 1949. Quatro grupos de exércitos nacionalistas, sucessivamente cercados, acabarão por ser destruídos. Mais de 500 000 soldados nacionalistas eram postos fora de combate e estas perdas, acrescidas às da Manchúria e da China do Norte, davam agora mais duas vantagens aos Comunistas, a superioridade numérica e a superioridade material.

Em Fevereiro de 1949, os exércitos comunistas ladeavam o Iangtsé, preparando-se para fazer a sua travessia.

Chiang Kai-shek demitiu-se da presidência da República no dia 21 de Janeiro, deixando o general

Li Tsung-Yen negociar um acordo que não foi possível realizar.

Em 21 de Abril, os três exércitos de campanhas de Ch'en Yi, Lin Piao, Liu Po-ch'en lançavam-se para a frente. Nanquim capitulava sem combate, em 23. No mês seguinte, os Comunistas entravam de novo em Xangai que assistira, em 1927, ao esmagamento dos seus sindicatos. No decurso do Verão, o Kiangsi, crisol do Exército Vermelho, era reconquistado. No dia 14 de Outubro, o Partido Comunista expulsava o Kuomintang de Cantão de onde ambos tinham partido, anos antes, à conquista da China.

Como no período anterior, os Comunistas souberam apoiar a sua acção militar com uma magistral acção de propaganda junto das massas, explorando particularmente os dois grandes temas: o do nacionalismo e o da condição agrária. Os Americanos substituíram os Japoneses no primeiro, acusados de fornecer armas contra o povo chinês e as suas liberalidades mais evidentes foram apresentadas como tantas outras manobras de sujeição.

O segundo, ilustrado pela entrada em vigor, nas zonas libertadas, da reforma agrária, abandonada desde 1945, valeu ao Partido um largo apoio rural.

A formação ideológica dos quadros e das próprias massas foi inspirada pelos grandes escritos de Mao Tsé-tung constantemente adaptáveis às novas situações. Assim *A situação presente e as nossas tarefas* (Dezembro de 1947)

marca a reviravolta política do momento e as resoluções da segunda sessão do VII Congresso (Março de 1949) preocupam-se particularmente com a acção do Partido nas cidades, pouco a pouco conquistadas, e enunciam já princípios que serão experimentados no «Programa comum» de 1949.

Em face de tanta vitalidade, o Kuomintang mostrar-se-á incapaz de renovar os seus homens, a sua doutrina, a sua disciplina. Não cristalizará a sua resistência em torno de nenhuma ideia-força. A indiferença das populações pagará a sua passividade e permitirá o seu desmantelamento político, económico e militar.

CAPÍTULO III

A INSTAURAÇÃO DO NOVO REGIME E A FASE «NEO-DEMOCRÁTICA»

(1949-1952)

O movimento comunista chinês é um movimento revolucionário completo que compreende dois estádios, o da revolução democrática e o da revolução socialista...

(LI FU-CH'UN, relatório de 5 de Julho de 1954)

Desde a data da sua fundação, 4 de Outubro de 1949, ao fim do ano de 1952, o governo da República Popular Chinesa vai conduzir com tanta energia como prudência a obra de reconstrução nacional imposta por quarenta anos de desordens. Mas, ao lado dessas tarefas próprias de todo o regime novo, empreenderá também, desde o primeiro dia, a eliminação dos antago-

nistas e a transformação ideológica das massas, que se esforçará não sem sucesso por mobilizar e organizar. O «feudalismo», o «imperialismo», o «capitalismo burocrático» implantaram, efectivamente, entre os Chineses, assegurem os Comunistas, reacções individuais que se trata de suprimir. Por conseguinte, cada um deve «libertar-se» dos seus preconceitos e dos seus egoísmos pessoais, familiares ou de classe, transformar os seus hábitos e tornar-se um homem novo, obreiro da sociedade nova.

Construção administrativa, restauração material, refundição ideológica estarão suficientemente avançadas em 1953 para permitir que o governo se lance num ambicioso programa de desenvolvimento económico, que, segundo o exemplo soviético, dará a prioridade à indústria pesada e exprimir-se-á através de uma série de planos quinquenais. As exigências deste desenvolvimento, suprimindo progressivamente a propriedade agrária, comercial, industrial, acelerarão o processo de transformação social. Assim ao estágio «neo-democrático» que deixa subsistir, em larga medida, certas formas de economia capitalista, vai suceder-se o estágio de «transição para o socialismo» durante o qual as formas avançadas de economia colectiva, cooperativas, comunas, empresas de Estado, etc., eliminarão rapidamente as precedentes.

Destinada a segunda parte deste volume ao resultado das transformações de estruturas é sobretudo ao desenvolvimento cronológico dos factos e à interpretação geral destes que serão consagrados este capítulo e o seguinte.

O governo da República Popular Chinesa, desejoso de arranjar uma base legal, é instaurado no dia 1 de Outubro de 1949, por uma espécie de Assembleia Constituinte de seiscentos membros, intitulada «Conferência Consultiva Política do Povo Chinês». Agrupando representantes do Partido Comunista, os de vários pequenos partidos sem influência real, diversos delegados corporativos, regionais, militares, religiosos, etc., reúne-se em Pequim, de 21 a 30 de Setembro. Adota imediatamente um «Programa Comum», espécie de carta da nação chinesa, vota uma lei sobre a organização dos poderes públicos, escolhe a capital, a bandeira, nomeia Mao Tsé-tung para a presidência do governo cujos membros designa.

Enquanto aguarda a eleição de «Congressos do Povo» em diversos graus, a Consultiva, que designa um «comité» permanente, é o órgão constitucional supremo. Quanto ao governo, compreende essencialmente:

— um «Conselho do Governo» presidido por Mao Tsé-tung (7 vice-presidentes, 56 membros),

que elabora a política governamental, ratifica e anula tratados, vota o orçamento;

— um «Conselho de Administração do Estado» presidido por Chu En-lai (4 vice-presidentes, 15 membros) que desempenha o papel executivo de um gabinete ocidental e dirige quatro «comités», vinte ministérios e alguns serviços diversos;

— três organismos particulares: «Comité» Militar Revolucionário, Tribunal Supremo, Bureau do Procurador Geral.

Estas instituições serão transformadas pela Constituição de 20 de Setembro de 1954.

Administrativamente, a China de 1949 está dividida em seis grandes regiões: Norte, Nordeste, Noroeste, Este, Centro-Sul, Sudoeste e algumas administrações autónomas. Cada uma destas regiões, que acabarão por desaparecer em Junho de 1954, compreende 4 a 6 províncias. A centralização da autoridade regional é muito forte, o presidente do Conselho Administrativo e Militar da região desempenha muitas vezes cumulativamente as funções de general comandante do exército de campanha correspondente e de secretário regional do Partido Comunista.

Abaixo da província, as subprefeituras ou «hsien» (2087 no total do território), finalmente no terceiro escalão a aldeia administrativa ou «hsiang». Escusado seria dizer que o Partido

Comunista é simultaneamente o cérebro, o esqueleto e o sistema nervoso do grande corpo político chinês, nada se fazendo sem ele ou sem a sua indicação.

Se o ano de 1949 é sobretudo marcado pela instauração do novo governo e pela liquidação quase completa da guerra civil no continente, o de 1950 já vai trazer profundas mudanças sociais e conhecer acontecimentos externos de importância maior.

No interior, é o ano da reforma agrária, da estabilização dos preços e da moeda, das primeiras e profundas reformas administrativas ou legais; o próprio Partido conhece uma reforma ideológica.

No exterior, é o do tratado de aliança sino-soviética (14 de Fevereiro) e da guerra da Coreia (25 de Junho).

Apareciam já na sua forma perfeita esses «movimentos de massa» que em breve acompanharão todas as grandes iniciativas governamentais ou todos os acontecimentos internacionais de importância.

A reforma agrária de 30 de Junho de 1950 propõe-se, sem dúvida, preparar uma futura transição para o socialismo e cumprir as promessas feitas aos camponeses, mas o seu objectivo essencial é formar a consciência revolucionária destes. É por isso que, baseada na divisão da população rural em quatro classes — pro-

prietários, camponeses ricos, camponeses médios, camponeses pobres — vai fazer-se obrigatoriamente «com fanfarras» numa atmosfera de ódio e de luta social com acompanhamento de julgamentos populares e de execuções. Os proprietários desaparecerão como classe, os camponeses ricos conservarão dum modo geral uma parte importante dos seus bens. A reforma melhorará incontestavelmente a sorte dos camponeses, no seu conjunto, e contribuirá para um ligeiro aumento da produção (5 a 6 %), mas não poderá resolver o problema básico, o desequilíbrio da terra e da população que fixava em cerca de três «mou», ou seja, um quinto de hectare, a parte de cada indivíduo. Esta observação explica, pelo menos, em parte, as transformações futuras.

A estabilização dos preços e da moeda foi o resultado de mudanças de estrutura (reorganização do sistema dos impostos, separação entre Tesouro Público e Administração) e de medidas de autoridade cuja eficácia era garantida pelo clima totalitário do regime. Os preços e a moeda acham-se estabilizados em Março de 1950 e variarão muito pouco depois disso, sendo o câmbio do Yüan fixado à volta de 2,4 por dólar U. S.

Entre as numerosas decisões de carácter social, a lei sobre o casamento, de 30 de Abril de 1950, é uma das mais importantes visto corres-

ponder não só a uma emancipação individual da mulher como também a uma profunda modificação do conceito familiar tradicional.

Em 29 de Junho de 1950 é promulgada uma importante lei sobre os sindicatos.

Finalmente, o regime preocupa-se já com a eliminação ou congregação, a bem ou à força, de certos grupos religiosos de inspiração nacional ou estrangeira. Enquanto que o Islão é ainda objecto de grandes considerações na medida em que se identifica com diversas minorias nacionais poderosas, fazem-se esforços para transformar os diversos grupos cristãos em associações culturais e patrióticas. Esta acção prosseguida em 1951 conduzirá à eliminação progressiva dos missionários estrangeiros, ao «movimento das três autonomias» (administrativa, financeira, apostólica) e encaminhará, em especial, o catolicismo, para a constituição de uma igreja nacional de tendências cismáticas. O tauísmo, refúgio clássico das sociedades secretas, será duramente tratado. O budismo será inicialmente objecto de uma maior indulgência, mas o governo esforçar-se-á por restituir aos seus monges e às suas religiosas uma actividade produtora, esperando criar, em Junho de 1953, uma associação budista chinesa do seu agrado.

Na ordem internacional, o tratado de 14 de Fevereiro de 1950 transpõe para o plano político e económico a aliança ideológica sino-soviética.

Contudo, ao proteger a China contra uma agressão vinda do exterior, deixa subsistir a ocupação militar russa em Dairen e Port-Arthur. Do mesmo modo o empréstimo de 300 milhões de dólares U. S. concedido à China é acompanhado também da criação de sociedades perigosamente mistas no Sinkiang e na Manchúria ⁽¹⁾ e de uma co-administração dos caminhos de ferro de Changchun. Os chineses recuperarão, pouco a pouco, as suas vantagens no decurso dos anos seguintes: o caminho de ferro de Changchun voltará inteiramente à sua posse, por acordo de 15 de Setembro de 1952, as companhias mistas serão dissolvidas em 12 de Outubro de 1954, as tropas russas retirar-se-ão efectivamente de Dairen e Port-Arthur, em 14 de Maio de 1955.

Da guerra da Coreia, pode pensar-se que surpreendeu os chineses ou, pelo menos, que estes, confiantes num sucesso norte-coreano, não desejavam intervir nela. Porém, forçados a enviar-lhe os seus «voluntários» em 25 de Outubro de 1950, tiveram de interromper a sua desmobilização e chamar para a aviação e para as armas técnicas equipadas pelos soviéticos, numerosos quadros jovens reservados à indústria. A guerra da Coreia devia, contudo, servir as

⁽¹⁾ Acordo particular de 27 de Março de 1950.

conveniências do regime, sob vários pontos de vista:

- exaltando por meio de campanhas de massa do tipo «resistir à América, ajudar a Coreia» a dedicação ao governo e ao Partido confundida com o sentimento nacional;
- acelerando a passagem de parte da economia privada para a posse do Estado;
- facilitando muito provavelmente a obtenção de um auxílio económico soviético suplementar (além de um auxílio militar difícil de traduzir em números);
- elevando o prestígio exterior da China que, pela primeira vez, depois de 200 anos, saía das suas fronteiras e fazia frente a uma das primeiras potências militares do mundo.

1951 será o ano do medo. Graças à reforma agrária, o regime levará a revolução aos campos onde de resto prosseguirá durante longos meses, mas mostrara-se nas cidades relativamente tolerante, quer por cálculo, quer por os seus meios de administração e de controlo ainda não serem perfeitos.

Em 21 de Fevereiro, será publicada a lei sobre a supressão das actividades contra-revolucionárias cujas disposições não deixam qual-

quer garantia legal aos suspeitos. No mês seguinte, começam em Pequim os grandes processos de massa em breve alargados a todas as cidades chinesas num ambiente característico de entusiasmo, de terror e de delação. A polícia de Xangai faz numa só noite 10 a 20 000 prisões. Verificam-se todos os dias execuções em massa a cujo espectáculo a população é convidada a assistir. De início, limitadas aos reaccionários caracterizados e activos — membros de sociedades secretas, elementos associados, agentes e ex-agentes Kuomintang, guerrilhas anticomunistas, cedo se estendem a categorias mais vastas: pessoas de profissão liberal, ex-membros de sindicatos Kuomintang, colaboradores de casas estrangeiras, etc. A imprensa dá por vezes alguns números de execuções quotidianas sempre por dezenas ou centenas, e Chu En-lai indicará mais tarde que 16 % das pessoas julgadas tinham sido executadas. Uma avaliação aproximada das vítimas rurais e urbanas pode situar-se entre um e três milhões de indivíduos.

A campanha de liquidação contra-revolucionária acabou finalmente no mês de Outubro. Publicidade forçada das execuções, «meetings» de acusações, violências da propaganda, tinham-lhe dado todas as características de um temível movimento de massa; deixou traços profundos no público e destruiu de antemão qualquer possibilidade de oposição organizada.

Esse mesmo ano assistirá também a uma outra campanha, a da primeira reforma dos intelectuais. Iniciada por Chu En-lai em 29 de Setembro, teve por ponto de partida a crítica de um filme (*História de Wu Hsün*). Durou até 1952, mas não se revestiu da importância da campanha de 1954 de que se tratará a seguir.

Enfim, data de 1 de Outubro de 1951 a reforma geral do ensino, a partir daí orientada para a técnica e para uma maior especialização das escolas.

A assinatura do acordo sobre a libertação pacífica do Tibete (23 de Maio) foi outro acontecimento importante na ordem interna e externa. Porém, não devia bastar para evitar a sublevação de 1959.

O ano de 1952 começará também por uma poderosa campanha, a dos «Três Anti», cedo seguida e completada pela dos «Cinco Anti». A primeira já lançada na Manchúria, em Agosto de 1951, é dirigida contra a corrupção, o esbanjamento e a burocracia, e visa sobretudo os funcionários. De facto, muitos destes são inexperientes ou transportaram para a nova administração os condenáveis hábitos da antiga.

A campanha dos «Cinco Anti» tem por alvo os meios burgueses e sobretudo os comerciantes e industriais susceptíveis de corromper os funcionários. Mas tem também por objectivo eliminar a sua influência de classe e preparar a pas-

sagem das suas empresas para o Estado. Corrupção de funcionários, fraude fiscal, fraude comercial, desvio dos bens públicos, extorsão de informações económicas em detrimento do Estado, tais são os cinco males que se trata de eliminar.

Como as precedentes, as campanhas dos «Três e dos Cinco Anti» terão um carácter de massa. Provocarão um momento de desordem administrativa e económica indivisível pela amplitude das denúncias, não só encorajadas mas obrigatórias, pelo número dos «meetings», pela inquietação dos meios de negócios. Uma e outra favorecerão, todavia, a autoridade do Estado reduzindo as irregularidades, mantendo os preços e sobretudo demonstrando aos últimos capitalistas que os seus dias estavam contados.

No plano económico, o ano 1952 é também marcado por uma importante Conferência Nacional do Trabalho Rural que encoraja o movimento de «equipas de auxílio mútuo» e prepara já os camponeses para a organização cooperativa. Enquanto que a produção agrícola e a produção industrial atingem ou ultrapassam os números dos melhores anos anteriores à guerra, as primeiras grandes obras são levadas a bom termo: caminho de ferro Chungking-Chengtu, Tienchiu-Lanchow, instalações hidráulicas do vale do Huai, etc.

Enfim, por constrangimento, intimidação ou renúncia dos interessados, o Estado adquiriu a propriedade de 52,8 % das empresas industriais, contra 34,2% em 1949. O sector da indústria pesada está totalmente nas suas mãos.

Assim, no fim de 1952, as condições sociais e económicas de um novo arranque estão sensivelmente realizadas. Todavia, só o estarão por completo no ano seguinte, quando for levantada a hipoteca da guerra da Coreia cuja regulamentação se arrasta desde 10 de Julho de 1951 e quando os Sovietes consentirem encarregar-se do desenvolvimento da parte mais moderna da economia industrial chinesa.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DA CHINA NOVA E A FASE DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO (1953-?)

A industrialização socialista é a tarefa principal do nosso país no período de transição.

LI FU-CH'UN

A partir de 1953, a construção económica planificada surgirá como a primeira preocupação do governo, implicando uma verdadeira convulsão das estruturas sociais e económicas. ⁽¹⁾

A primazia dada à economia permite distinguir na história do regime, desde essa época até à Revolução Cultural do Verão de 1966,

⁽¹⁾ Ver Cap.º VI: a economia.

- uma fase correspondente ao primeiro plano de cinco anos (1953-1957);
- uma fase de aceleração dos ritmos, a chamada fase do «grande salto para a frente» (1958-1959);
- uma fase de graves dificuldades económicas que algumas medidas de reajustamento relativamente liberais se esforçarão por remediar (1959-1962);
- uma fase de convalescença (1963-1966).

A partir do mês de Agosto de 1966, a política e a ideologia vão sobrepor-se à economia. O «Movimento de Educação Socialista», iniciado em 1963, vai transformar-se numa «Revolução Cultural» cujo resultado já modificou profundamente a orientação, as estruturas e o funcionamento do regime.

As ambições económicas chinesas só se precisarão progressivamente e 1953, ano de início do primeiro plano quinquenal, foi ainda um ano de ensaios e de avaliações. Igualmente também só no decurso do Verão os Soviéticos aceitarão encarregar-se da montagem de 141 grandes projectos industriais enquanto que o armistício da Coreia só intervinha em 27 de Julho. Os objectivos do plano só em Março de 1955 ficarão definitivamente assentes e só em Julho do mesmo ano serão tornados públicos (relatório de Li Fu-

-ch'un na Assembleia Nacional de 5 de Julho de 1955).

O primeiro plano quinquenal propõe-se essencialmente duplicar a produção industrial em relação a 1952 (aumento de 98,2 %) e edificar uma indústria pesada de base, dando-se prioridade à Manchúria, já largamente equipada pelos Japoneses. Com este primeiro plano, a China, entrada na era de transição para o socialismo, por meio do capitalismo de Estado, não podia deixar de precipitar a nacionalização das suas indústrias pesada e ligeira. Conseguindo isto no fim do ano de 1956, as empresas industriais de Estado ou mistas agrupavam então 99,62 % do total da produção; só o sector puramente comercial consentia ainda um pequeno lugar aos interesses privados (15,9 %); a burguesia nacional, uma das quatro classes revolucionárias acabara.

A coexistência de uma economia camponesa individual de tendência capitalista e conservadora e de uma indústria colocada sob a autoridade do Estado parecia pouco concebível. Sobretudo, o regime tinha uma necessidade absoluta de aumentar em seu proveito os recursos de uma agricultura que, apesar do seu carácter tradicional, lhe fornecia ainda 55 % do seu rendimento e 75 % das suas exportações. «O socialismo», dizia Li Fu-ch'un, «não pode ser edificado senão na base de uma agricultura colectiva

em grande escala». Mas se a colectivização da agricultura estivera sempre nas intenções bem afirmadas dos novos dirigentes, estes tinham-se mostrado inicialmente muito prudentes. Ao mesmo tempo que asseguravam o monopólio das compras e das vendas dos produtos agrícolas mais importantes, tinham-se limitado a encorajar «equipas de auxílio mútuo» e, nos lugares onde os camponeses estavam verdadeiramente prontos a aceitá-las, as primeiras cooperativas. Esta atitude muda progressivamente a partir de 1954 e sobretudo a partir de 1955 quando se define o primeiro plano de cinco anos. Em 31 de Julho de 1955, Mao Tsé-tung pronuncia-se pelo rápido desenvolvimento das cooperativas de tipo médio e superior, atacando vivamente os quadros hesitantes que «avançam titubeando como mulheres de pés ligados que se lamentam aos seus vizinhos de que se anda demasiado depressa». Em menos de um ano, de Julho de 1955 a Maio de 1956, 80 % dos camponeses são colectivizados e 90 %, ou seja, 106 milhões de lares em 120, no decurso do Verão do mesmo ano; no ano seguinte, são-no todos. O novo sistema, altamente favorável ao Estado na medida em que lhe facilita o controlo da vida política e económica dos campos, causou incontestavelmente vivos desentendimentos embora não uma revolta aberta, segundo parece. A promessa de um futuro, se não melhor pelo menos mais seguro,

é muito sedutora num país periodicamente exposto aos flagelos naturais e à fome. Enfim as cooperativas permitiam a subsistência de um embrião de propriedade privada e o seu sistema de retribuição era apesar de tudo proporcional ao trabalho de cada um.

Efectivamente realizado e, mesmo em certos aspectos, ultrapassado, o primeiro plano será seguido de um segundo cujo conteúdo é definido, em Setembro de 1956, por Chu En-lai no seu relatório ao VIII Congresso. Como o anterior, propõe-se duplicar em cinco anos a produção industrial. Sempre centrado na indústria pesada, concede uma maior atenção à indústria ligeira e dirige uma parte dos esforços para as províncias do Noroeste. É igualmente elaborado um plano de doze anos (1956-1967) para o desenvolvimento da agricultura.

Contudo, os primeiros dados do segundo plano de cinco anos e do plano de doze anos para a agricultura vão ser profundamente alterados a partir do Verão de 1958. No seu desejo de subtrair-se às dificuldades demográficas e de conseguir quase de um só golpe uma economia moderna, o regime mobiliza toda a sua população. As «Comunas Rurais Populares» serão o quadro geográfico e administrativo desta mobilização, e o «grande salto para a frente», que se propõe atingir, em dois anos em lugar de cinco,

os objectivos do segundo plano, será a sua expressão no tempo.

Atribuído à iniciativa de cooperativas do Liaoning e do Honan, que se fundem entre si na maior parte das vezes ao nível «hsiang», o movimento das comunas populares foi oficialmente encorajado por Mao Tsé-tung, adoptado pelo Comité Central do Partido (decisão de 29 de Agosto de 1958, dita de Peitaho) e, no fim de 1958, compreendia já 90 % da população. Unidade de base simultaneamente agrícola e industrial, cultural, militar (milícias), a comuna popular confunde também a sua administração com as do «hsiang» e até mesmo do «hsien». Suprimindo os últimos vestígios da propriedade individual, compensando desde logo, em parte, os seus membros com base nas necessidades, agrupa praticamente em benefício do Estado toda a mão-de-obra rural. Há quem já veja nisso um caminho mais curto para a sociedade comunista. Quanto ao «grande salto para a frente», leva o trabalhador ao limite extremo do esforço humano ⁽¹⁾.

(¹) Serão criadas cerca de 24 000 comunas populares; cada uma agrupa em média 5000 famílias e dispõe de 4200 a 4500 ha de terras aráveis. Cada comuna popular está subdividida em «grandes equipas» e em «equipas» de produção, reunindo as primeiras entre 200 e 500 famílias, e as segundas entre

Entretanto, o ritmo espantoso dado às transformações de estrutura e à própria produção cedo se revela insuportável.

Desde 10 de Dezembro de 1958, a decisão de «Wuhan» submetia as comunas populares rurais à revisão e controlo dos diversos escalões do Partido e detinha momentaneamente o movimento das «comunas urbanas». (¹)

No dia 28 de Agosto de 1959, a decisão de «Lushan» reconhecia os exageros estatísticos do ano 1958 e reduzia notavelmente os objectivos do ano 1959. Enfim o retrocesso e as desordens da produção agrícola levavam o governo a esvaziar progressivamente as comunas populares de uma parte da sua substância, embora conservando o seu nome, e a situar, de facto, a economia agrícola colectiva ao nível elementar das «equipas de produção», colocadas sob a direcção mais distante das «grandes equipas» e das comunas. Ao mesmo tempo, os camponeses recuperavam algumas «pequenas liberdades». Es-

20 e 30 famílias. Com o tempo, o número das comunas atingirá cerca de 74 000; este número corresponde, pouco mais ou menos, ao número de «hsiang».

(²) As comunas populares urbanas recomeçaram a desenvolver-se em 1960. Em Agosto de 1960, existiam 1027 que agrupavam 52 milhões de pessoas. Entretanto, já não se fala nelas e o movimento parece de facto abandonado.

tas medidas aliviaram as dificuldades de abastecimento, mas a agricultura chinesa fica em situação crítica e o desenvolvimento da indústria vai sofrer com isso um longo atraso. ⁽¹⁾

No plano da política interna, os começos do «período de transição para o socialismo» são marcados pela conspiração Kao Kang-Jao Shu-shih» de origens obscuras: rivalidade pessoal com o grupo Liu Shao-ch'i ou divergências em matéria de política económica. O assunto atingiu apenas alguns indivíduos, mas de categoria muito elevada pois que Kao Kang, membro do Bureau político, detivera durante muito tempo a autoridade política e militar suprema na Manchúria e desempenhara um papel determinante na criação da base do Shensi do Norte. Quanto a Jao Shu-shih, personalidade culta, formada em França e nos Estados Unidos, presidia em Xangai aos destinos da China do Leste.

A conspiração Kao-Jao motivara em 24 de Dezembro de 1953 uma decisão sobre o «reforço da unidade no Partido». Começou a ser suspeitada depois da reunião do Comité central de 6 a 10 de Fevereiro de 1954 e só foi oficialmente confirmada em Abril de 1955 (relatório Teng

⁽¹⁾ Sobre a situação das comunas populares depois do seu reajustamento ver o nosso artigo em *Studies* (Novembro de 1963).

Hsiao-p'ing). Foram excluídas do Partido nove personalidades importantes; Kao Kang suicidara-se «traindo assim uma última vez».

Os faustos que acompanharam a reunião da primeira Assembleia Nacional, a adopção da Constituição de 20 de Setembro de 1954, o quinto aniversário do regime celebrado com esplendor na presença de Krutchev, Bulganine, Mikoyan, etc., eclipsaram os outros acontecimentos internos do ano de 1954 e deram ao mundo o sentimento da perfeita unidade e solidez do governo.

Se nenhum acontecimento notável assinala o ano de 1955, o ano de 1956 foi o do VIII Congresso do Partido, reunido em Pequim no mês de Setembro. Começou naturalmente por consagrar-se à «arrumação» do Partido que passara de 1 200 000 para 10 734 000 membros, desde o Congresso anterior (Yenan, Abril de 1945), à eleição de novos organismos, a modificações de estatuto e de estrutura ⁽¹⁾. Foi igualmente ocasião de importantes regulamentações sobre a situação dos diversos sectores nacionais e, em especial, da economia.

É também no início do ano de 1956 que vai definir-se em relação aos intelectuais uma política de reconciliação mais flexível que terá as suas incidências sobre o «Movimento das Cem

⁽¹⁾ Ver Cap.º VI.

Flores» do mesmo ano e sobretudo do ano seguinte.

Desde a sua implantação, o regime esforçara-se por refundir o pensamento dos «intelectuais» assim como o de todas as outras categorias sociais. Como já se viu atrás, um primeiro movimento começado em Setembro de 1951, apenas no meio universitário, ampliara-se e prosseguira até 1952, sendo os seus meios essenciais o estudo aprofundado do marxismo, a crítica e auto-crítica. Em Outubro de 1954, o chamado caso «Sonho no Pavilhão Vermelho», logo seguido do caso Hu Teng, revelara um profundo mal-estar nos círculos artísticos e literários aos quais os princípios postos por Mao Tsé-tung no mês de Maio de 1942 (a arte ao serviço das massas e indo buscar a sua inspiração às massas, etc.), já não bastavam. Um escritor notável, Hu Teng, fora preso devido às suas opiniões muito pouco ortodoxas a respeito dos valores literários e do papel do Partido na literatura e os seus partidários haviam sido expulsos dos seus lugares. O assunto ultrapassara naturalmente o domínio da literatura e da arte para atingir directa ou indirectamente todos os meios intelectuais ou simplesmente instruídos.

Em Janeiro de 1956, o Partido, desejoso de obter o apoio de todos os quadros da nação para a sua obra de construção, realizava uma reunião que teve Chu En-lai por animador. Verificando

que de cem mil intelectuais «superiores» (3 800 000 intelectuais ordinários) apenas 40 % tinham uma atitude «positiva», o Primeiro Ministro exortava os outros a tornarem-se obreiros activos do socialismo, e, se possível, a entrarem para o Partido. Finalmente, prometia-lhes um tratamento muito mais liberal. Com efeito, o Chefe do Departamento da Propaganda Lu Ting-yi, dirigindo-se a uma assembleia de sábios, de escritores e de artistas, proferia, em 26 de Maio de 1956, um discurso sobre o chamado tema das «Cem Flores», para que todas as flores desabrochassem e para que todas as escolas rivalizassem. Este tema de novo esboçado no VIII Congresso, devia ter pelas suas ressonâncias liberais uma grande repercussão no interior e no exterior sobretudo quando, no ano seguinte, Mao Tsé-tung desencadeou, talvez imprudentemente, um «movimento de rectificação» que depressa devia mudar de objectivo.

Com efeito, o ano de 1957 foi marcado por um violento abalo político.

Em 27 de Fevereiro, Mao Tsé-tung dirigiu-se à conferência Suprema do Estado numa dissertação sobre a «solução correcta das contradições no interior do povo». As suas declarações não foram imediatamente publicadas, mas, em 27 de Abril, o Comité Central do Partido dava a conhecer as suas directivas para uma «campanha de rectificação do estilo de trabalho». Não sem

recordar-lhes o movimento de rectificação de 1942 para a ortodoxia do Partido (movimento Cheng-Teng), estas directivas inspiradas por uma alocução importante, proferida em 12 de Março por Mao Tsé-tung, numa conferência nacional do Partido sobre o trabalho de propaganda, incitavam os membros do Partido a desembaraçarem-se pela crítica e pela auto-crítica dos defeitos de «sectarismo, burocracismo, subjectivismo». No decurso do mês de Maio, a campanha de rectificação estendeu-se aos pequenos partidos e aos sem-partido, convidando-os a exprimir francamente as suas críticas. Contra toda a expectativa, transformou-se, em algumas semanas, numa explosão de descontentamento e de hostilidade para com os métodos dos dirigentes comunistas e atacou a própria primazia do Partido Comunista. Dos meios políticos não comunistas a agitação alastrou a algumas universidades e, em particular, à de Hankéou. Era inevitável uma reacção. Precipitada pelos velhos quadros inquietos pela sua influência pessoal, manifestava-se já no dia 8 de Junho num severo editorial do *Jornal do Povo* e tomou a forma de um movimento contra os das «direitas» do Partido, contra as tendências burguesas e antisocialistas dos elementos não comunistas. Em 18 de Junho, publicava-se uma versão retocada do discurso de 27 de Fevereiro sobre as contradições e, desde então, todos os que se

tinham manifestado contra o regime ou contra os seus métodos tiveram de fazer a sua auto-acusação em termos muito humilhantes. Começada com brisa suave, segundo o voto de Mao Tsé-tung, a campanha de rectificação terminava em tempestade, atingia todas as províncias e todos os meios (40 deputados à Assembleia Nacional foram desacreditados), acabava por endurecer a ditadura do Partido e por aumentar a influência dos seus elementos mais intransigentes.

Para os intelectuais, intimidados pela reacção anti-direitas, estas «Cem Flores», de que nem todas tinham sido vermelhas, depressa perderam o viço. O seu problema foi abeirado de outra maneira pelo envio para os campos de centenas de milhar deles, comunistas ou não comunistas, funcionários ou não funcionários. Desta maneira, em Fevereiro de 1958, mais de 1 300 000 tinham tomado contacto com as realidades populares já conhecidas de muitos devido à sua origem demasiado burguesa. De resto, o princípio de um trabalho físico aliado ao trabalho intelectual iria estender-se, alguns meses mais tarde, a instâncias da U. R. S. S., a todo o sistema de educação.

No último mês de 1958, um ano em cheio, com o «sucesso» das comunas populares, com a campanha para a produção do aço, com os resultados prodigiosos do «salto para a frente», sur-

gia a estranha notícia do próximo abandono da presidência da República por Mao Tsé-tung chamado, todavia, a conservar a presidência do Partido.

A segunda Assembleia Nacional chinesa, reunida de 17 a 28 de Abril de 1959, elevava com efeito o Sr. Lui Shao-ch'i à primeira magistratura do Estado, sendo vice-présidentes a Sr.^a Sun Yat-sen e o Sr. Tung Pi-wu. ⁽¹⁾

No mês de Agosto de 1959, o Comité central reunia em Lushan (Kiangsi) o seu 8.º *plenum*. Davam-se aí duros afrontamentos, entre moderados qualificados «das direitas», pouco favoráveis às comunas populares e ao «grande salto para a frente», e doutrinários, partidários de uma linha «esquerdista». No mês seguinte, o marechal P'eng Teh-huai, ministro da Defesa Nacional, o general Huang K'o-ch'eng chefe do estado-maior general, eram demitidos das suas funções ⁽²⁾. Outras personalidades (Chen Yun, Chang wen-tien) viam-se praticamente afasta-

⁽¹⁾ Estas nomeações foram confirmadas pela III Assembleia nacional de 3 de Janeiro de 1965.

⁽²⁾ Serão substituídos pelo marechal Lin Piao e pelo general Lo Juei-ch'ing. O primeiro devia ascender, em 1966, ao segundo lugar, dentro do Partido, e o segundo, tornar-se uma das mais ilustres vítimas da «Revolução Cultural».

dos do exercício das suas funções. A sessão terminava com um compromisso que durará alguns anos.

Ao passo que o 9.º *plenum* (Janeiro de 1961) acentuava as medidas ligeiramente liberais tomadas em Lushan, o 10.º *plenum* (Setembro de 1962) assinalava um certo endurecimento político e ideológico. O «Movimento de Educação Socialista» iniciado no ano seguinte, esforçava-se por reanimar o espírito revolucionário nomeadamente nos campos e nos meios intelectuais. O culto do pensamento de Mao Tsé-tung adquiria uma amplitude considerável e invadia a vida quotidiana. Enfim o exército, de novo orientado para a sua tradição popular pelo marechal Lin Piao, tendia a tornar-se o modelo da nação no domínio moral e até no da organização.

No decurso do ano de 1966, graves divergências pessoais e de métodos vão surgir a lume. Opõem, de um lado, Mao Tsé-tung e o chamado grupo da «Revolução Cultural» (Lin Piao, Ch'en Po-ta, K'ang-sheng, a Sr.^a Mao Tsé-tung), e do outro lado, uma grande fracção do aparelho do Partido posto em funcionamento desde o VIII Congresso de 1956.

O primeiro grupo, muito preocupado com a teoria, quer voltar a lançar a revolução chinesa para assegurar o seu triunfo definitivo. Manter «a luta das classes», revolucionar as mentalida-

des e os hábitos individuais e colectivos, libertar novas forças de produção, completar até o marxismo-leninismo no plano doutrinal, figuram entre os seus meios e os seus objectivos.

O segundo, representado sobretudo por Liu Shao-ch'i e T'eng Hsiao p'ing, seguidos pela maioria do Comité Central e da burocracia do Partido, tem a preocupação de não repetir a aventura das «Cem Flores» e do «grande salto para a frente» e de não comprometer os resultados penosamente alcançados desde 1962, na ordem económica.

Começada com o caso Wu Han, em Novembro de 1965, a Revolução Cultural vai alargar-se pouco a pouco ao domínio da imprensa (caso Teng T'o e caso do *Jornal de Pequim*) da propaganda e da cultura (eliminação de Lu Ting-yi e de Chou Yang) para atingir em Maio e Junho de 1966 os escalões mais elevados da política (eliminação de P'eng Chen). A 11.ª sessão do VIII Comité Central (1-12 de Agosto de 1966) adoptará uma resolução sobre a «Revolução Cultural» (8 de Agosto) e reformará o Bureau político em benefício de Lin Piao e do grupo da Revolução Cultural. Contudo, este compromisso não poderá estender-se aos aparelhos regionais, provinciais e locais do Partido apesar da pressão dos «guardas-vermelhos» da capital ou das províncias.

Em fins de 1966, o «vento negro de Dezembro» não logrará fazer a China cair na anarquia. A intervenção do exército, a organização de «comités revolucionários» realizados sob o signo da «grande aliança» e da «tripla união» (quadros, exércitos, massas) evitarão o pior. Após três anos de confusão, de desordens muitas vezes sangrentas, de lutas fraccionais no cume, os elementos mais radicais serão eliminados como os antigos partidários de Liu Shao-ch'i. A convocação do IX Congresso (1-24 de Abril de 1969) abrirá um período de retorno à calma e de apelo à unidade. Recuperação de numerosos quadros por um lado, prosseguimento da luta de classes e da «luta-crítica-reforma» por outro, mostram que o regime se esforça por agora por seguir uma via intermédia entre o realismo político e o idealismo ideológico, devendo o «pensamento-maotsetung» inspirar mais do que nunca não só o Partido, mas todo o povo.

A eleição duma nova Assembleia Nacional (a última não voltou a reunir-se desde 1964) parece próxima. Constituirá, sem dúvida, ocasião para dar à China uma nova constituição que substitua a de 1954, que deixou de aplicar-se desde o Verão de 1966.

Ao dar, a partir de 1952, prioridade à sua construção económica, a China foi levada a abster-se de iniciativas diplomáticas demasiado arrojadas. Todavia, ficou, ao mesmo tempo,

muito sensível à presença americana no Pacífico Oeste ⁽¹⁾.

É sob o signo desta dupla preocupação que se deve colocar a política externa chinesa, desde 1953 obstinando-se muito tempo em Penmunjom, mas acabando por ceder numa questão de princípio, todavia, essencial, a dos prisioneiros, sustentando materialmente o Vietminh, mas agindo em Genebra no sentido da paz (Maio-Junho de 1954); denunciando violentamente o O. T. A. S. E. mas afirmando em Bandoeng as suas intenções pacíficas; criando em 1954 e 1958, a propósito de Taiwan, tensões exactamente calculadas para se deter antes da irreparável — agora que a Revolução Chinesa fica como modelo das revoluções para os países subdesenvolvidos, mas reservando a esta pretensão um carácter bastante platónico.

Todavia, é fácil apontar variações muito notáveis na condução dessa política desde o fim da guerra da Coreia (23 de Julho de 1953). O tratado sino-indiano de 29 de Abril de 1954, os acordos de Genebra (21 de Julho de 1954), a Conferência de Bandoeng (18-24 de Abril de 1955) começam por dar aos Chineses ocasião de exprimir o seu amor à paz e à política dita

⁽¹⁾ Ver Cap. IX consagrado à política estrangeira.

dos «Cinco princípios». A China alarga o seu interesse à Europa e ao Próximo Oriente, inicia uma aproximação com o Japão, atrai a Pequim numerosos Chefes de Estado; tudo contribui para dar-lhe um prestígio que um século de humilhações nacionais abolira.

Contudo, o endurecimento interno do Verão de 1958 estende-se rapidamente ao plano externo: ruptura das relações comerciais com o Japão (Maio de 1958), ofensiva doutrinal contra a Jugoslávia, crise sino-americana no estreito de Taiwan (Julho de 1958). A revolta do Tibete e a fuga do Dalai-Lama para a Índia (19 de Março de 1959), os incidentes fronteiriços sino-indianos (Agosto-Outubro de 1959) despertam as desconfianças dos países budistas (Ceilão, Birmânia, Tailândia, Laos, Cambodja) e fazem esquecer Bandoeng.

No mês de Outubro de 1962, o conflito sino-indiano revestiu momentaneamente a forma de uma brutal ofensiva militar chinesa cujas repercussões internacionais foram imediatas e vivas. Uma tentativa de conciliação por parte de algumas potências afro-asiáticas (Conferência de Colombo) mostrou-se infrutífera.

Em compensação, a China concluiu diversos acordos de fronteiras com certos vizinhos: Nepal (21 de Março de 1960), Birmânia (1 de Outubro de 1960), Paquistão (2 de Março de 1960). Por outro lado, assinou os acordos de 23 de

Julho de 1962 sobre a neutralidade do Laos (segunda conferência de Genebra) ao mesmo tempo que a sua atitude em relação ao Japão abrandou um pouco.

As hostilidades indo-paquistanesas do Outono de 1965, a propósito da Cachemira, permitiram-lhe aproximar-se do Paquistão, mas não pôde impedir que os Soviéticos desempenhassem o papel principal na regulação do conflito.

No decurso do ano de 1965, a política chinesa no «Terceiro Mundo», sofreria golpes muito sérios: adiamento da segunda conferência afro-asiática em Junho de 1965, afastamento do Presidente Sukarno e advento de um regime hostil ao comunismo na Indonésia, reservas de um certo número de novos Estados africanos. A intransigência chinesa em relação a todos os grandes problemas internacionais (discurso provocador de Ch'en Yi de 29 de Setembro de 1965), as desordens e as incertezas da «Revolução Cultural» contribuíram para enfraquecer notavelmente o prestígio chinês no mundo, no decurso destes últimos anos.

As relações sino-soviéticas foram-se progressivamente deteriorando a partir do XX Congresso do P. C. U. S. em 1956. Divergências ideológicas maiores do que as declarações de Moscovo tinham parecido diminuir, em 1957 (declaração dos 12 Partidos comunistas e operários no Poder) e, em 1960, (declaração dos 81 Par-

tidos comunistas e operários) iam renascer e exprimir-se violentamente no decorrer das polémicas dos anos 1962-1963. Uma derradeira tentativa de aproximação devia falhar em Julho de 1963.

Nem a partida de Krouchtchev (Outubro de 1964), nem a tensão entre Moscovo e Washington iriam poder melhorar uma situação que adquiria contornos ainda mais agudos com a Revolução Cultural. As pretensões ideológicas desta, o clima de tensão daí resultante, vão multiplicar os incidentes diplomáticos e transformar em confrontações militares localizadas mas brutais, simples incidentes fronteiriços, nomeadamente em 2 e 16 de Março de 1969, no Oussuri. Novos esforços de aproximação, iniciados no Outono de 1969, aliviaram levemente a situação sem modificar as posições políticas e ainda menos as posições ideológicas dos dois «grandes» do campo socialista.

A Revolução Cultural contribuiu para endurecer a política estrangeira chinesa em detrimento do seu interesse. Pequim parece ressurgir com mais moderação, mas tende mais do que nunca a tornar-se o campeão das pequenas nações contra um dualismo «russo-americano» muito temido.

A China estabeleceu com a França relações diplomáticas depois da declaração comum de 27 de Janeiro de 1964.

SEGUNDA PARTE

A OBRA DO GOVERNO POPULAR

CAPÍTULO V

As instituições políticas e administrativas

A República popular chinesa é um estado democrático popular, dirigido pela classe operária e baseada na aliança dos operários e dos camponeses.

(Art.º 1 da Constituição de 1954).

As instituições políticas e administrativas dos Comunistas chineses criaram-se e modificaram-se naturalmente, em função da situação do seu movimento no contexto nacional. Aos cedo se sucederam os sovietes locais. Em Fevereiro de 1927, em Fiebreiro de 1930, foi possível organizar-se, em T'ung Ku, um soviete provincial do Kiangsi enquanto que um «Comité revolucionário ope-

rário e camponês» presidido por Mao Tsé-tung representava o governo e também a direcção da guerra.

Por fim, em 7 de Novembro de 1931, uma «República Soviética Chinesa» era proclamada em Juichin após um congresso que, ao mesmo tempo, lhe deu a sua primeira constituição.

Esta estrutura desapareceu de facto com o abandono das bases do Kiangsi e da China central, e de direito até, depois do acordo de 1937, quando a base vermelha do Shensi do Norte se tornou o «governo especial das fronteiras» ⁽¹⁾.

A guerra sino-japonesa assistiu à criação de um certo número de «zonas libertadas» dotadas de «governos locais», ficando a direcção geral da administração e da guerra nas mãos do «Comité militar revolucionário».

Aquando da terceira guerra civil, o território ocupado pelos Comunistas ficou fraccionado em grandes regiões correspondentes em geral às zonas de operação dos diversos «exércitos de campanha», pois que a guerra tinha simultaneamente por teatro a China do Nordeste, a China do Norte, a China do Leste e a China do Centro.

⁽¹⁾ O termo chinês «cheng fu» tanto se aplica ao governo nacional como às administrações regionais o que origina frequentes confusões.

Depois de, em 1 de Outubro de 1949 ⁽¹⁾ o «Comité Militar Revolucionário» ter cedido o lugar a um verdadeiro governo central, o país ficou nas mãos de seis «Conselhos Administrativos e Militares Regionais» até Junho de 1954, data em que este escalão deixou de existir entre a província e Pequim. Em 20 de Setembro de 1954, era adoptada uma constituição que, teoricamente em vigor, deixou de ser praticamente aplicada desde os últimos meses de 1966.

A fachada democrática da Constituição de 1954 não deve fazer perder de vista o carácter totalitário do regime. De resto, ao recordar os princípios do Programa Comum, o preâmbulo não faz qualquer mistério do objectivo pretendido, ou seja, a evolução gradual para uma sociedade socialista, do mesmo modo que reconhece a direcção do Partido Comunista no interior da Frente Unida e acentua o carácter indestrutível da aliança com o povo soviético.

O primeiro capítulo, consagrado aos princípios, reconhece o direito de propriedade dos camponeses sobre a terra e os dos capitalistas sobre o respectivo capital (art.º 1 a 20), tal como o capítulo III, as liberdades de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de cons-

⁽¹⁾ Ver capítulo III.

ciência, de domicílio, etc. (art.º 15 a 43). Parece inútil insistir nos estreitos limites de aplicação prática destes direitos.

A estrutura governamental (art.º 21 a 38) faz surgir:

- uma *Assembleia nacional* depositária da soberania popular, com poderes para exercer o poder legislativo, emendar a constituição, designar o presidente e o vice-presidente da República e aprovar a escolha do primeiro-ministro. Eleita por quatro anos, reunindo-se apenas uma vez por ano, salvo em caso de urgência, delega os seus poderes num «Comité permanente» que controla a actividade do primeiro-ministro, pronuncia-se sobre quase tudo o que é da competência da própria Assembleia Nacional e se afigura, sem dúvida alguma, bastante semelhante ao *Presidium* do Soviete supremo da U. R. S. S.;
- um *presidente da República* (art.º 38-46) eleito por quatro anos, que promulga as leis e os decretos, comanda os exércitos, preside ao Conselho da Defesa Nacional assim como à «Conferência Suprema do Estado», espécie de conselho extraordinário reunido por iniciativa do presidente (art.º 43).

Um vice-presidente auxilia o presidente, assume parte das suas funções e substitui-o em tal circunstância ⁽¹⁾;

- um *Conselho para os Assuntos do Estado* (art.º 47 a 52), de facto conselho dos ministros, agrupando umas quatro dezenas de ministérios ou comissões, presidido por um primeiro ministro;
- diversos organismos independentes: Tribunal supremo (órgão judiciário supremo) e Serviço do procurador geral responsáveis apenas perante a Assembleia Nacional.

Em 27 de Abril de 1959, a Assembleia nacional designou ou confirmou as seguintes personalidades nos diversos postos governamentais:

Presidência da República:

O Sr. Liu Shao-ch'i (em substituição de Mao Tsé-tung).

Vice presidência da República:

O Sr. Tung Pi-wu;

A Sr.^a Sun Yat-sen (em substituição do marechal Chu Teh).

(1) Todavia, em 27 de Abril de 1959, foram eleitos dois vice-presidentes.

Presidente do Conselho para os Assuntos do Estado

O Sr. Chou En-lai, assistido por doze vice-presidentes.

Comité permanente da Assembleia nacional popular:

Presidente: marechal Chu Teh, em substituição do Sr. Liu Shao-ch'i.

Vice-presidentes: treze, entre os quais várias personalidades não comunistas.

Secretário geral: P'eng Chen.

Sessenta e cinco membros.

Supremo Tribunal:

Presidente: o Sr. Hsieh Chueh-tsai (em substituição do Sr. Tung Pi-wu).

Convém notar que a Conferência Consultiva Política do povo chinês continua a existir sob a forma de um «comité nacional». Contudo, já não é um organismo de poder do Estado, mas um órgão da «Frente Unida» destinado a fazer acreditar no carácter representativo do regime.

A administração provincial baseia-se nas divisões territoriais tradicionais com algumas alterações: províncias (sheng), sub-prefeituras (hsien) e cantões (hsiang), coincidindo estes, pouco mais ou menos, com as comunas populares. Estas três subdivisões acham-se nas regiões de populações minoritárias sob a forma de regiões autónomas, distritos autónomos e cantões autónomos. ⁽¹⁾

A título indicativo, existem hoje na China: 22 províncias, 5 regiões autónomas (Mongólia, Suikiang, Tibete, Chuang, Ninghsia) e três municipalidades especiais Pequim, Xangai e Tientsin. O número total das sub-prefeituras e dos distritos autónomos é de 2117, podendo a sua população compreender de duzentas a trezentas mil pessoas.

Em cada um destes níveis — «hsiang», «hsien», «sheng» — todos os indivíduos com 18 anos e no gozo dos seus direitos políticos, elegem assembleias locais, sendo de 4 anos a duração do mandato dos eleitos às assembleias provinciais e de dois anos os dos outros.

⁽¹⁾ E, por vezes, uma subdivisão chamada «chou» intermédia entre a província e a sub-prefeitura. No interior e, algumas vezes, no exterior das regiões minoritárias, existem 29 «chou» e 62 sub-prefeituras autónomas assim como umas sessenta facções mongóis.

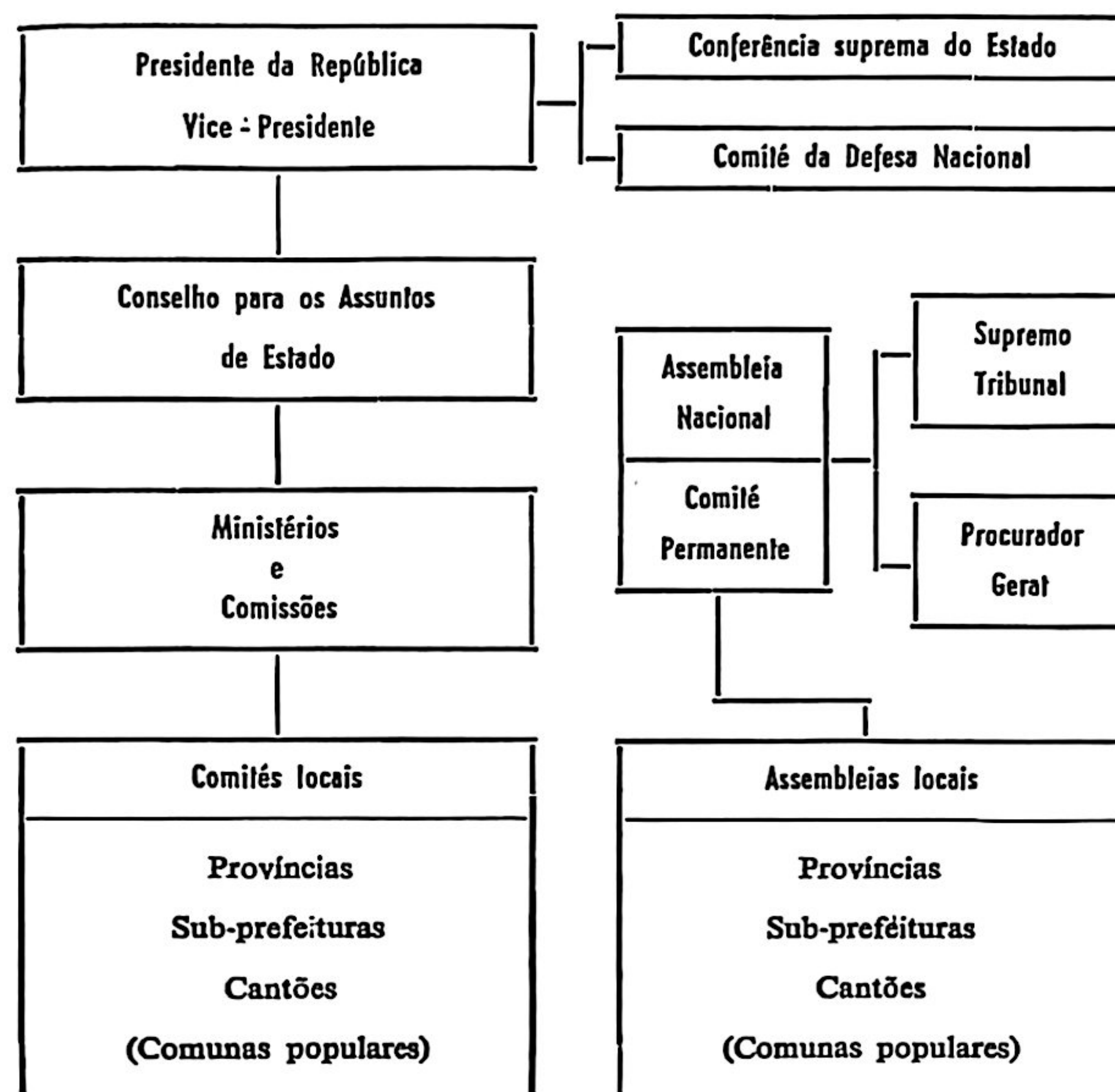
As assembleias locais (art. 53 a 66) são os órgãos locais do poder do Estado. Elegem no seu nível «comités populares» que são os verdadeiros organismos administrativos da província, da sub-prefeitura e do cantão e, a este título, dependem hierárquicamente do Conselho do Estado.

A Constituição de 20 de Setembro de 1954 evoca também o problema das minorias nacionais, mas em termos muito menos liberais que a constituição soviética: não reconhece direito algum à independência; quando muito, uma simples autonomia regional de resto acompanhada de advertências contra um nacionalismo de mau quilate. ⁽¹⁾ Uma comissão das nacionalidades da Assembleia Nacional está encarregada de examinar e, sendo necessário, de adaptar as leis e os regulamentos aos costumes das populações minoritárias.

Estabelecida para uso de um regime totalitário no qual o Partido Comunista detém o verdadeiro poder, a Constituição de 1954 não pode dar uma imagem fiel da vida política. Todavia, importa notar que é a primeira Constituição da história da China aplicada à escala nacional.

(1) Cf. Cap. VIII.

Esquema do Governo popular chinês:



As Constituições anteriores e, em especial, as de 1908, 1912, 1923, 1936, 1947 nunca tinham sido verdadeiramente postas em prática sobre uma base popular, tanto devido à falta de preparação das massas para a vida política como a circunstâncias internas.

A partir de 16 de Outubro de 1964, os Chineses procederam a onze explosões nucleares ou termonucleares e puseram dois satélites em ór-

bita terrestre. Alguns anos de esforço permitir-lhes-ão explorar estas vantagens no plano político.

A Revolução Cultural, dando momentaneamente os poderes locais aos «Comités revolucionários», permanecendo o poder central nas mãos de Mao Tsé-tung assistido por Lin Piao, ambos apoiados no Exército, fez perder o seu sentido à Constituição. O segundo *plenum* do IX Comité Central (23 de Agosto a 6 de Setembro de 1970) anunciou, sem precisar datas, a próxima convocação duma nova Assembleia nacional (a quarta) e um projecto de constituição circula actualmente ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ A preocupação de evitar eventuais confusões no caso deste projecto ser remodelado leva-nos a julgar preferível não o analisar desde já.

CAPÍTULO VI

O PARTIDO COMUNISTA: ESTATUTOS, PAPEL E DIRIGENTES

O fundamento teórico pelo qual o Partido Comunista Chinês guia o seu pensamento é o marxismo, o leninismo, o pensamento-maotsetung. O pensamento-maotsetung é o marxismo-leninismo da época em que o imperialismo caminha para o seu afundamento geral e em que o socialismo avança para a vitória no mundo inteiro.

(Estatutos do Partido Comunista Chinês de 14 de Abril de 1969).

Até à décima primeira sessão do VIII Comité central (1 a 12 de Agosto de 1969), o Partido Comunista Chinês aparecia como a fonte única da autoridade, não passando o governo e a administração dos seus agentes de execução. A Revolução Cultural voltou a pôr em causa

durante vários anos a estrutura, o funcionamento e o poder do Partido nas províncias, nas regiões autónomas e nas municipalidades especiais onde os «comités revolucionários» se haviam substituído aos antigos aparelhos. À escala nacional, o grupo da Revolução Cultural e o «comité militar» do Partido, subordinados de direito ao Comité Central, tinham adquirido uma importância considerável.

A partir da convocação do IX Congresso de Pequim (1 a 24 de Abril de 1969) o Partido, tornado de novo o «núcleo dirigente do povo chinês», parece reconstituir-se a partir do cume para a base e retomar, não sem dificuldades, uma parte das suas antigas atribuições. O IX Congresso foi igualmente a ocasião para substituir por novos estatutos os que tinham sido adoptados pelo VIII Congresso em Setembro de 1956 ⁽¹⁾.

Os novos estatutos, reduzidos a um programa geral e a doze artigos, reflectem o espírito militante da Revolução Cultural, a autoridade abso-

⁽¹⁾ De memória, os oito congressos precedentes tiveram lugar em Xangai (Julho de 1921), em Xangai e Hangchow (Maio de 1922), em Cantão (Junho de 1923), em Xangai (Janeiro de 1925), em Hankow (Abril de 1927), em Moscovo (Julho-Setembro de 1928), em Yenan (Abril-Junho de 1945), em Pequim (Setembro de 1956).

luta de Mao Tsé-tung e do seu pensamento e chamam Lin Piao, o ministro da Defesa Nacional, para a sua sucessão. Luta de classes, luta contra o «imperialismo que tem à cabeça os Estados Unidos» e contra «o revisionismo moderno que tem por centro o grupo dos renegados revisionistas soviéticos» sobrelevam as tarefas económicas, edificação industrial incluída.

A organização geral do Partido Comunista Chinês continua próxima do esquema clássico. Na cúpula, o Congresso Nacional convocado todos os anos elege o Comité Central. Este, por sua vez, elege o Gabinete Político, o «comité» permanente do Gabinete Político, assim como o seu próprio presidente e vice-presidente. Ao «Comité permanente» é entregue o cuidado de estabelecer os *organismos indispensáveis, simples mas eficazes, que regularão de maneira centralizada os negócios correntes do Partido, do governo e do exército.*

No mês de Abril de 1969, aquando da sua formação, a composição do Gabinete Político do Partido era como segue:

Presidente: Mao Tsé-tung; vice-presidente: Lin Piao.

Comité permanente do Gabinete Político (pela ordem de presença): Mao Tsé-tung, Lin Piao, Chou En-lai, Ch'en Po-ta, K'ang Sheng.

Outros membros do Gabinete Político (pela ordem do número de sinais do seu apelido): Yeh Chün, Yeh Chien-ying, Liu Po-ch'eng, Chiang Ch'ing, Chu Teh, Hsü Shih-ü, Ch'en Shih-lien, Li Hsien-nien, Li Tso-p'eng, Wu Fa-hsien, Chang Chün-chiao, Ch'iu Huitso, Yao Wen-yuan, Huang Yung-sheng, Tung Pi-wu, Hsieh Fu-chih. No total, 21 membros regulares e 4 suplentes: Chi Teng-kuei, Li Hsueh-feng, Li Teh-sheng, Wang Tung-hsing.

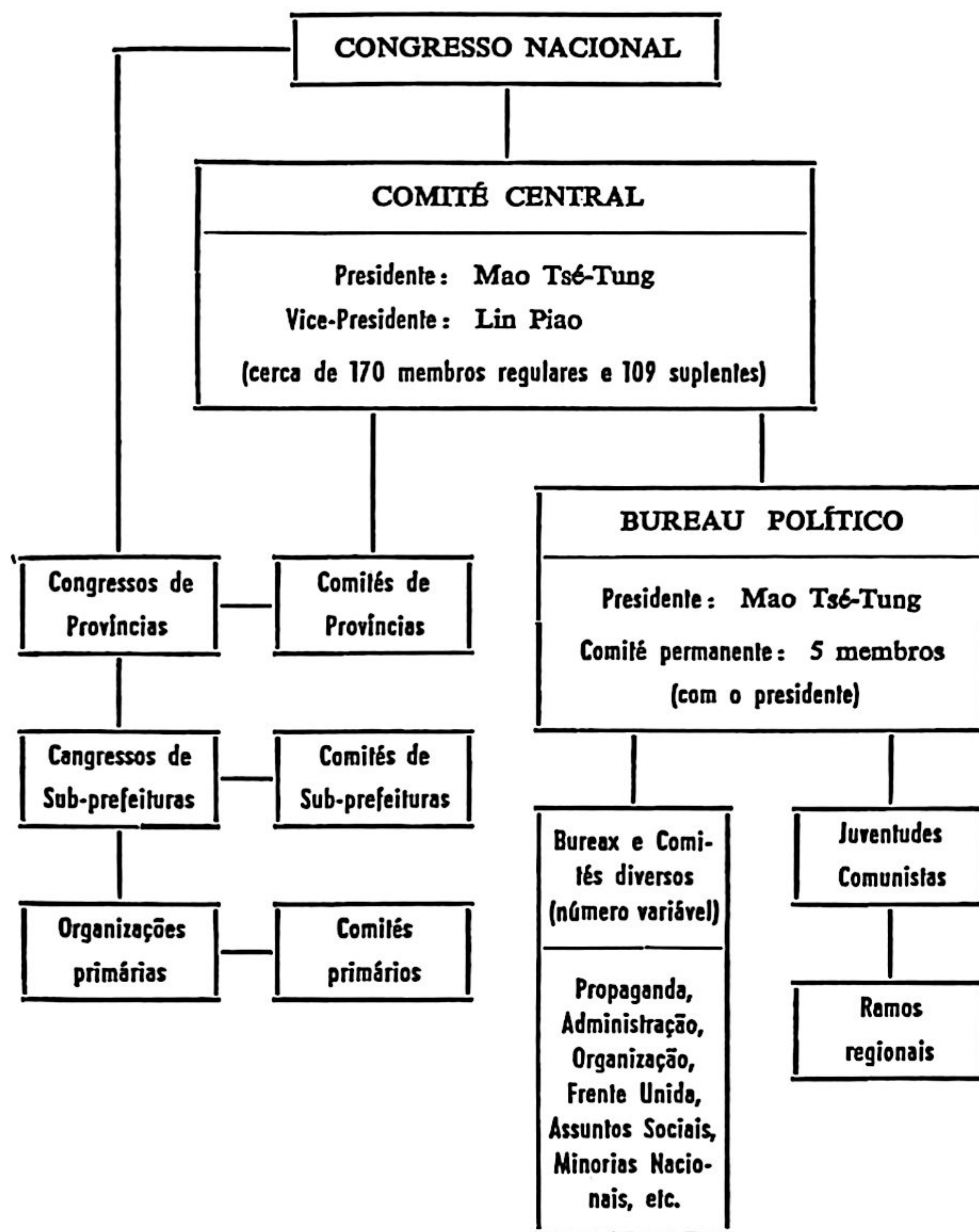
O Comité Central saído do IX Congresso compreende então 170 membros regulares e 109 membros suplentes.

O Secretariado Geral que figurava nos estatutos de 1956 desapareceu. Os estatutos de 1969 já não mencionam a existência de comissões de controlo.

No plano local, Congressos do Partido à escala das províncias e das sub-prefeituras (hsien) são convocados todos os três anos. Elegem os seus «comités permanentes» assim como os seus secretários e secretários adjuntos.

Na base, são estabelecidas células no quadro das empresas, comunas populares, administrações, bairros das cidades. Os respectivos membros devem educar-se no espírito da luta de classe, da luta «entre as duas linhas» (a do presidente Mao Tsé-tung e a do antigo presidente da República Liu Shao-ch'i), unir-se às massas,

Organização do Partido Comunista chinês



praticar no seio do próprio Partido uma «luta ideológica positiva» destinada a conservar nele a pureza. As massas devem ser consultadas so-

bre todos os problemas e a sua participação deve contribuir para manter o carácter dinâmico e revolucionário do Partido.

No exército as células são estabelecidas à escala da companhia e Congressos do Partido são convocados à escala do regimento e acima. Os militares, membros do Partido, saem do Departamento político do exército cuja hierarquia é paralela à hierarquia de comando.

A Liga das Juventudes Comunistas, que os novos estatutos não mencionam, acha-se, porém, em vias de reconstituição no mesmo espírito do Partido.

As relações entre o aparelho de Estado e o Partido nos seus diversos níveis continuam por definir. Deve pensar-se que tal sucederá após a adopção duma nova constituição, entregue ao cuidado do Comité permanente do Gabinete Político que recebeu para isso o mandato necessário.

As agitações dos últimos anos, as reestruturações em curso, não permitem fazer ainda uma ideia exacta da fisionomia do Partido comunista chinês de hoje, quer se trate dos seus efectivos, da sua composição social, das médias de idade das suas diversas categorias.

Até 1966 ficara em maioria um partido de intelectuais e de camponeses dirigidos pelo

mesmo grupo de homens que se impusera entre 1927 e 1936.

Recorda-se que a ruptura com o Kuomintang em 1927 isolara o Partido Comunista dos seus militantes operários. O número dos seus membros descera de 57 900 para 10 000. Devia voltar a subir, pouco a pouco, até contar 300 000 membros quase todos camponeses e soldados, em 1934, para novamente descer aquando do abandono das bases da China Central e da «Longa Marcha».

No início da guerra sino-japonesa, o Partido não conta mais que 40 000 membros; terá 1 200 000 em Agosto de 1945, no momento da vitória, mas, como na época do Kiangsi, a esmagadora maioria dos membros são camponeses ou camponeses feitos soldados. Entretanto, o afluxo dos intelectuais vindos das «zonas brancas» (zonas kuomintang ou sob ocupação japonesa) foi importante enquanto que o número dos operários era ínfimo.

A guerra civil quadruplicou estes números, 4 milhões e 500 000 membros em 1949, 1 200 000 dos quais são soldados, 6 500 000 em 1953, 10 720 000 em 1956, por alturas do VIII Congresso. Entre 1949 e 1956, fez-se um grande esforço de recrutamento entre os operários, mas estes ainda não são mais que 1 500 000 ou seja 14 % contra 69,1 % de camponeses, 11,7 % de

intelectuais e 5,2 % de diversos; as mulheres representam 10% dos membros, e foram admitidos alguns milhares de alógenos.

Rápido aumento numérico, grande percentagem de camponeses, absorção de elementos de origem burguesa ou de tendências oportunistas explicam que o Partido tenha estado, pelo menos até Agosto de 1966, atento à qualidade do seu recrutamento (membros apresentados, podendo os estágios probatórios durar dois anos). Este recrutamento é feito a partir das Juventudes Comunistas, mas também a partir das organizações e movimentos de massa: sindicatos, associações de camponeses pobres, activistas das diversas campanhas, etc. Explicam também a severa formação teórica de uma dezena de obras oficiais além das directivas emanadas do Partido. Finalmente motivam as campanhas periódicas de «rectificação» e de «reposição na forma ideológica». Com efeito, convém que os membros do Partido se desembarassem do seu inevitável ponto de vista de classe, afastem as tentações de uma sociedade ainda muito impregnada de espírito burguês e capitalista. A primeira campanha terá lugar em plena guerra anti-japonesa, em 1942; a segunda em 1947, no decurso da guerra civil; a terceira, em 1950; a quarta corresponde ao movimento dos três-antis; a quinta, em 1955, seguir-se-á ao caso Kao Kang; a sexta

surgirá, em 1957, depois dos discursos sobre as contradições ⁽¹⁾. É impossível mencionar aqui os seus pormenores e resultados, mas é necessário compreender o seu carácter sistemático. Como a «luta interna do Partido», a crítica e a autocritica não são uma confissão de fraqueza, mas um processo constante e normal para manter a ortodoxia do Partido e a pureza dos seus membros assim como para lutar contra os diversos perigos (comandismo, sectarismo, burocracismo, regionalismo, etc.) que os espreitam hoje mais do que nos anos sombrios de luta e que ameaçam separá-los das massas.

A hierarquia do Partido reflectia-se bastante bem na composição do Bureau político e na ordem de precedência no Comité Central. Mao Tsé-tung era e continua a ser o chefe incontestado do movimento que ele próprio recriou a partir de 1927, à sua maneira, eclipsando os secretários gerais mais atentos às instruções de Moscovo. A República dos Sovietes, a Longa Marcha, a expansão das zonas libertadas no momento da guerra contra o Japão, o triunfo final

⁽¹⁾ Sob certos aspectos, a «Revolução Cultural» é um violento movimento de rectificação dos quadros, embora estes sejam tratados com um pouco de consideração desde o mês de Fevereiro deste ano.

sobre o Kuomintang são essencialmente obra sua e ninguém lhe disputa esse mérito. Prático da Revolução Comunista Chinesa, foi também seu teórico muito sensato e, sem se afastar do marxismo-leninismo, irá buscar as suas regras especiais a partir do seu conteúdo social particular em *A nova democracia*. Cada viragem importante da história é marcada por um discurso ou por um escrito determinando a posição do movimento: *Porquê o poder político vermelho pode existir?*, *Uma faísca pode incendiar o prado*, *Do Governo de Coligação*, etc. Escritor militar, definirá a doutrina estratégica e os processos táticos do Exército Vermelho (*Da Guerra revolucionária*, *Táctica para combater o imperialismo japonês*). Escritor filósofo por vezes (*Da prática*), será mesmo um poeta muito tempo inconfessado, fiel às regras da versificação tradicional. Mas, e é essencial notá-lo, como pensador político, Mao Tsé-tung excede o quadro nacional para se guindar à altura de Marx e Lenine. Fundamentando-se na experiência da Revolução Chinesa, declara levar ao marxismo-leninismo uma contribuição de «valor universal» aplicável aos países coloniais e semi-coloniais e aos países subdesenvolvidos, em geral.

Esta pretensão foi recentemente alargada ao mundo inteiro. À imagem da Revolução Chinesa, os países subdesenvolvidos são os campos de

onde a conquista partirá para os países industriais que são as cidades. Enfim a «Revolução Cultural» deve trazer uma nova contribuição ao marxismo-leninismo demonstrando que se pode dar à revolução e à ditadura do proletariado (cuja ficção é constantemente afirmada) um carácter irreversível.

Até 1965, Mao Tsé-tung dirigiu o Partido sem ter encontrado qualquer oposição consistente. Embora algumas resistências já se tivessem manifestado por ocasião da colectivização agrária, julgada precipitada, é por ocasião do episódio das «Cem Flores», do malogro do «grande salto para a frente» que a sua onnipotência começou a encontrar alguns limites. Se o seu prestígio e autoridade ainda lhe permitiram lançar o Movimento de Educação Socialista e a Revolução cultural, esta deparou com graves dificuldades e a maioria do aparelho superior do Partido teve de ser afastada, não sem brutalidades e humilhações.

A Revolução Cultural destruiu o mito da unidade e da infalibilidade de um Partido que, todavia, fora servido por um grupo político e militar bastante notável: Liu Shao-ch'i, de Hunan como Mao Tsé-tung, bom teórico na tradição internacional, familiarizado com os movimentos sindicalistas, mas durante muito tempo pouco conhecido devido às suas numerosas estadias

na U.R.S.S. e também à sua falta de irradiação pessoal; Chou En-lai, agitador experimentado, bom administrador, diplomata feliz, culto, bom conhecedor do Ocidente, de uma inteligência muito ágil; Ch'en Yun e Li Fu-ch'un, economistas ambos, o primeiro mais prudente que o segundo; P'eng Cheng e Teng Hsiao-p'ing, enérgicos e brilhantes; Lin Piao estratega arrojado; P'eng Teh-huai entusiasta e bom organizador; Ch'en Yi, simultaneamente independente e comedido; Chu Teh, de passado lendário e múltiplo; Liu To-ch'en, o impetuoso «dragão zarolho»; Ho Lung, antigo chefe de sociedade secreta. A eliminação de Liu Shao-ch'i, de Teng Hsiao-p'ing, de P'eng Chen, de P'eng Teh-huai, de Ho Lung parece mal compensada em qualidade pela elevação de Ch'en Po-ta e de K'ang Sheng e do próprio grupo da Revolução Cultural, depurado de caminho. Quanto aos novos membros do Gabinete Político e do Comité Central são, na maior parte, desconhecidos. Os responsáveis militares nacionais ou provinciais são lá numerosos e este facto traduz tanto a fragilidade das novas instituições como o papel exemplar do exército perante o conjunto da sociedade chinesa, quer se trate de virtudes morais, de educação política, de formas de organização ou de estilo de trabalho.

Pondo termo ao período, aliás ilusório, da Frente Unida, a Revolução Cultural, provocou o desaparecimento dos oito pequenos partidos que perpetuavam uma lenda pseudo-democrática e serviam de acolhimento a alguns trâns-fugas de qualidade (1).

(1) Kuomintang reformado, Liga democrática, Associação para a Construção Democrática, Associação para a Democracia, Partido Democrático Operário e Camponês, Chin Kung Tang, Sociedade de 3 de Setembro (Chiu San), Liga para a Libertação de Taiwan.

CAPÍTULO VII

A ECONOMIA

O objectivo principal da nossa grande revolução é libertar as forças produtivas do nosso país, da opressão do imperialismo, do feudalismo, do capitalismo burocrático e finalmente dos entraves do capitalismo e dos limites da pequena produção a fim de permitir à nossa economia nacional avançar rapidamente, segundo os planos, na senda do socialismo...

CHU EN-LAI, 23 de Setembro de 1954

I — A Evolução Económica

A partir de 1911, um profundo desejo de modernismo marcou todos os movimentos políticos chineses.

Fazendo alarde de uma doutrina fundada na produção e do exemplo das realizações soviéticas, o Partido Comunista tirara grandes vanta-

gens de propaganda. Não podia, sem trair ao mesmo tempo os seus princípios e as suas promessas, deixar de lançar-se logo que possível num grande programa de desenvolvimento agrícola e de construção industrial.

Se a China carecia de capitais, se continuava a apresentar um atraso técnico considerável, o novo governo achava-se, apesar de tudo, numa situação mais favorável que a dos seus predecessores. Com o retorno da Manchúria largamente equipada pelo Japão, dispunha de uma sólida base industrial que lhe permitia desenvolver outras regiões. Regime totalitário, pronto a todos os constrangimentos em nome do Estado, apoiada num partido disciplinado e dedicado, estava em condições de impor os seus planos e de exigir todos os sacrifícios necessários. Enfim, podia em certa medida contar com o auxílio material e técnico soviético e aproveitar a experiência que os Russos tinham adquirido na solução de um problema análogo.

O período de «arrumação» (1949-1952), assistiu, no plano financeiro, à criação de uma nova moeda *jen min p'iao* (depois *yüan*) que ficaria notavelmente estável a partir de Março de 1950 ⁽¹⁾, ao estabelecimento de uma rigorosa

⁽¹⁾ Em 1 de Março de 1955, a moeda comunista «jen min p'iao» foi substituída pelo *yüan*, equivalente a 10 000 jen min p'iao.

fiscalização dos preços e dos salários em parte graças à criação de «unidades partidárias», correspondentes a índices relativos ao preço dos géneros nos grandes centros, e à reforma total dos impostos (lei de 31 de Janeiro de 1950) e do aparelho financeiro do Estado. Finalmente o rendimento nacional que até então fora impossível traduzir de modo preciso, por números, atingia em 1952, os 61 113 milhões de *yüan* (preço de 1952) ou seja, um total de 25 biliões de dólares americanos ⁽¹⁾.

No plano agrícola, o melhor ano de antes da guerra (1936) fora largamente ultrapassado, salvo no respeitante a soja:

	1952	1936
	(milhões de toneladas)	
Cereais.. ...	154,4	138,7
Algodão	1,3	0,85
Soja ...	9,52	11,31

A produção industrial pesada e ligeira fizera progressos ainda mais espectaculares, em todos os sectores.

⁽¹⁾ O câmbio oficial, praticamente o mesmo desde 1950, é de 2,44 *yüan* por dólar U. S. Em grande quantidade, 2 francos por um *yüan*, antes da desvalorização do franco em 1969.

1952:	<i>Estatísticas oficiais</i>
Electricidade (milhões de kWh)	7,260
Carvão (milhões de toneladas)	63,5
Petróleo bruto	0,4
Aço	1,4
Cimento	2,9
Adubos	0,194 (0,227 em 1941)

Enfim os transportes estavam largamente restabelecidos e haviam-se construído várias linhas de caminhos de ferro novas: Chungkin-Chengtu, Tienshui-Lanchow, Laipin-Munan-kwan, etc.

O primeiro plano de cinco anos (1953-1957) propunha-se objectivos elevados reproduzidos pelo quadro das págs. 126/127, no qual figuram igualmente os objectivos do segundo plano (1958-1962) que não passou da teoria.

O primeiro plano correspondia a um orçamento total de 76 640 milhões de *yüan*, ou seja, de 34 bilhões de dólares U. S. ou 26 000 toneladas de ouro. Mas é oportuno notar que este orçamento se confundia com o do Estado para os cinco anos considerados e, por outro lado, que 58,5 % das suas despesas correspondiam a investimentos de base para a criação ou desenvolvimento dos meios de produção propriamente ditos ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ No total, 42 690 milhões de *yüan*, sendo 24 800 para a indústria, 8210 para os transportes,

Todos os empreendimentos a criar ou a desenvolver eram agrupados em «projectos». Existiam 7600 divididos em «projectos acima da norma» (1600, 694 dos quais para a indústria), «projectos abaixo da norma» (6000, 2300 dos quais para a indústria), correspondendo a norma a um certo volume de investimento financeiro, variável com o tipo de indústria, 10 milhões de *yüan* para a siderurgia, 4 milhões para o papel, etc. Foi no quadro destes «projectos» que os soviets trouxeram cooperação, material e técnica.

O «grande salto para a frente» que caracteriza o terceiro período do desenvolvimento económico e se confunde em certos pontos com o segundo plano, julgava poder alicerçar as suas esperanças de sucesso:

— na mobilização total da mão-de-obra sob forma de «comunas populares» chamadas a uma actividade industrial complementar da indústria pesada, em particular no domínio do equipamento agrícola, dos adubos, de diversos produtos de consumo;

— no êxito agrícola do ano 1958, fonte de importantes rendimentos suplementares;

— nos progressos de equipamento realizados no decurso do primeiro plano;

— no «entusiasmo» e desenvolvimento da consciência política das massas.

Os quadros seguintes, respeitantes a quatro produtos de base (em milhões de toneladas) dão uma ideia dos objectivos que o regime se propunha então e, ao mesmo tempo, revelam o seu fraco grau de credibilidade.

3260 para a agricultura, 6420 para o sector social e cultural.

Em 1959, o valor da produção industrial teria sido de 163 000 milhões de *yüan*, acusando um aumento de 35% em relação ao ano precedente ⁽¹⁾ e, de modo geral, a indústria chinesa teria conseguido um avanço de três anos no 2.º plano quinquenal, (ver quadro geral). O valor da produção industrial devia ser, em 1960, de 210 000 milhões de *yüan* para a indústria e de 88 000 milhões de *yüan* para a agricultura.

As desordens provocadas pelo «grande salto para a frente» não permitiram, seguramente, atingir estes números. Quanto aos da Revolução Cultural, decerto comprometeram os resultados dum terceiro plano quinquenal, aliás só teórico, que devia cobrir os anos 1966-1970. Nem os objectivos deste terceiro plano nem os seus resultados foram publicados ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Valor da produção agrícola em 1959: 78 300 milhões de *yüan*.

⁽²⁾ A taxa de crescimento da indústria tinha sido fixada em 11 % por ano sem base de referência em números. Contudo, a partir de 1966, certas fontes confidenciais fixavam os objectivos do terceiro plano em 240 ou 250 milhões de toneladas de cereais, 350 milhões de toneladas de carvão, 20 milhões de toneladas de aço, 18 milhões de toneladas de petróleo, 16 a 18 milhões de toneladas de adubos, 125 milhões de kWh.

	Aço	Carvão	Cereais	Algodão
<i>Ano de 1958</i>				
Primeiros resultados anunciados ...	11,08	270	375	3,31
Resultados revistos	8		250	
<i>Ano de 1959</i>				
Primeiras previsões	18	380	525	5
Segundas previsões	12	335	275	2,3
Resultados definitivos	13,3	347,8	270,05	2,41
<i>Ano de 1960</i>				
Objectivos	18,4	425	297 (aprox.)	2,6 (aprox.)

<i>Categorias</i>	<i>Unidades</i>	<i>1952</i>	<i>1957 (previsto)</i>	<i>1957 (realizado)</i>	<i>1962</i>	<i>Observações (1)</i>
Energia eléctrica ...	Milhões de kWh.	7.260	15.900	19.300	40 a 43 000	41.500
Carvão	Milhões de t.	63,5	113	130	190 a 210	347,8
Petróleo bruto ...	Id.	0,4	2	1,4	5 a 6	3,7
Aço	Id.	1,4	4,1	5,350	10,5 a 12	13,35
Alumínio (lingotes) ...	Milhares de t.		20	631	100 a 200	
Adubos químicos ...	Id.	194	578		3.000 a 3.200	1.330
Equipamentos metal.	Id.	6,7	164		1.400 a 1.500	
Fios de algodão ..	Milhões de t.	0,7	0,9		1,5 a 1,6	
Cimento	Id.	2,9	6	6,860	12,5 a 14,5	12,27
Tecidos de algodão ...	Milhões de m.	3,829	5,583	5,05	8,5 a 9,5	7,5
Cereais	Milhões de t.	154,4	181,59	185	250	270
Algodão	Id.	1,30	1,64	1,65	2,4	2,41
Soja	Id.	9,52	11,22		12,5	11,5
Bovinos	Id.	56,6	73,6		90	
Cav. machos, burros .	Id.	6,1	8,3		11	
Ovinos	Id.	61,8	113		170	
Suínos	Id.	89,8	138,3		250	

(1) Produtos obtidos desde 1959. Números oficiais citados em 30 de Março de 1960 pelo Sr. Li Fu-Ch'un, presidente da Comissão do Plano, no seu relatório à Assembleia Nacional.

Não se publicou qualquer estatística utilizável, desde 1960. As estimativas mais sérias indicavam:

para o carvão, 270 milhões de toneladas, em 1961; para os adultos, 2 milhões de toneladas, em 1962; para o aço, de 10 a 12 milhões de toneladas, em 1961 e 1962; para os cereais, cerca de 185 milhões de toneladas, em 1962.

Um quarto plano foi oficialmente começado em 1 de Janeiro de 1971. As suas ambições continuam secretas. Seja como for, o esforço chinês acha-se limitado pela ausência do auxílio vindo do exterior que caracteriza o primeiro e o segundo planos e pela prioridade dada à constituição dum arsenal nuclear.

À falta de estatísticas oficiais, as estimativas mais correntes atribuem hoje à produção chinesa os números seguintes que convém considerar como ordens de grandeza:

Cerais (milhões de toneladas)	200
Algodão »	2 a 3
Carvão »	200 a 220
Aço »	12 a 14
Petróleos »	13
Adubos »	10 a 12
Energia eléctrica (biliões de kWh)	40 a 50

Quanto ao Produto Nacional Bruto é ele geralmente estimado em menos de 100 milhões de dólares americanos.

II — A Agricultura

A China continua a ser uma nação agrícola. Em 1956, a sua agricultura representava 48,1 % do rendimento nacional, fornecia metade das matérias-primas da indústria e 75% das expor-

tações; em 1957, o Estado ia buscar-lhe 55% dos seus recursos.

Para 9 milhões de quilómetros quadrados, a China contava, em 1952, apenas com 11 % de terras cultivadas, ou seja, 107 milhões de hectares e 124, se atendermos às diversas colheitas feitas no mesmo solo. Contudo, a população era de 600 milhões de habitantes e todos os anos regista um aumento de 12 a 13 milhões. Consciente da necessidade absoluta de desenvolver a sua agricultura, mas na impossibilidade de renovar inteiramente o seu carácter tradicional, o governo popular, no quadro de um plano de doze anos (1956-1967) recorreu aos métodos que lhe eram acessíveis:

- alargamento das superfícies cultivadas por meio de arroteamento e sobretudo irrigação.
- mais completa utilização da mão-de-obra por meio de uma série de transformações da estrutura da sociedade camponesa;
- modernização do equipamento agrícola (sobretudo a partir de 1960).

As possibilidades de recuperação prestam-se a controvérsia. Segundo os números oficiais, extremamente optimistas, estabelecer-se-iam como segue:

Terras a recuperar no decurso do 1.º plano	4 656 000 ha
---	--------------

Recuperações em estudo

até 1967	...	...	...	...	7 000 000 ha
Possibilidades	ulteriores	...	26 a 33 milhões de ha		

ou seja, em média, 700 000 ha por ano no decurso dos dois planos.

O equipamento moderno continua muito insuficiente: as estações tractores agrupam 120 000 tractores (calculados à média de 15 cavalos em 1964 (estimativa). A penúria de adubos químicos é ainda maior apesar da prioridade concedida ao seu fabrico, cerca de 10 a 12 milhões de toneladas actualmente (estimativa) ⁽¹⁾.

Por isso, enquanto aguarda que o desenvolvimento da indústria nacional lhe permita transformar os campos, o governo deve sobretudo contar com a mobilização da mão-de-obra rural aplicada a melhorar os rendimentos da agricultura tradicional: desenvolvimento da irrigação, lavragens mais profundas, revitalização dos solos por meio de limos e de adubos naturais diversos, etc.

Por ora, parece que estas medidas fracassaram grandemente e que a produção agrícola mal ultrapassou de 10 % o nível de 1957. Entretanto,

⁽¹⁾ Admite-se geralmente que seriam necessários 20 ou 30 milhões de toneladas de adubos químicos à agricultura chinesa para dar rendimentos ao nível internacional.

a população registou um aumento superior a 100 milhões de indivíduos. Esta situação explica a importância desesperada concedida desde há alguns anos à agricultura e também o elevado número das importações alimentares: 5 a 6 milhões de toneladas por ano o que representa cerca de 400 milhões de dólares, ou seja, perto de um quarto das disponibilidades em divisas.

III — A Indústria

Os recursos naturais chineses são provavelmente os mais importantes da Ásia, mas parecem ficar muito atrás dos dos Estados Unidos e da U. R. S. S. Carvão: 580 biliões de toneladas (principalmente Shansi, Shensi, Hopei, Manchúria); petróleos: 1700 milhões de toneladas (bacias do Kansu, do Sinkiang, da Manchúria); recursos hidroeléctricos: 150 milhões de kW (consideráveis mas pouco explorados: 680 000 kW, em 1957, de uma capacidade eléctrica total de 4 010 000 kW); urânio e tório nas províncias do Sudoeste e provavelmente também na Manchúria.

As reservas metálicas são diversas e satisfatórias:

Ferro	...	...	...	...	...	8 biliões e 300 milhões de toneladas
-------	-----	-----	-----	-----	-----	--------------------------------------

(Manchúria, Mongólia ocidental, Hupeh)

Antimónio	8 300 000 t
Tungsténio	5 340 000 t
Estanho	652 000 t
Manganésio	26 680 000 t
Cobre	1 394 000 t
Alumínio	142 000 000 t

Salvo o ferro, quase todos estes minerais se situam nas províncias do Sul e do Sudoeste e são de difícil exploração.

Em 1 de Outubro de 1949, o equipamento industrial era caracterizado pelo seu profundo desequilíbrio geográfico (concentração na Manchúria e em alguns portos da costa), pelo predomínio das indústrias ligeiras (têxteis e alimentação) sobre a indústria pesada, pela inexistência de certas indústrias modernas (motores, em particular), pela falta de engenheiros e de técnicos, pela fraqueza dos capitais investidos. A indústria moderna representa então 15 022 fábricas agrupando 983 000 operários e empregados, 400 000 dos quais apenas nos têxteis. As estatísticas dos melhores anos anteriores à guerra, reconstituídas a partir das estatísticas da própria China (livre e ocupada) e da Manchúria dão o seguinte quadro:

Carvão	61 900 000 t
Ferro fundido	1 800 000 t

Aço bruto	900 000 t
Electricidade	5960 milhões de kWh

A indústria algodoeira dispõe de 5 200 000 fusos e de 70 000 teares.

A nacionalização da indústria moderna será empreendida a partir de 1949, quer directamente quer por intermédio das empresas mistas, passando a parte do Estado de 34,2 %, em 1949, para 52,8 %, em 1952. Em 1956, o Estado possui 95,73 % das empresas com 98,73 % dos operários e assegura 99,62 % do total da produção.

A indústria assume um papel cada vez maior no rendimento nacional (48 % em 1957), verificando-se um aumento regular da proporção dos bens de construção em relação à dos bens de consumo. ⁽¹⁾ Quanto aos progressos gerais da produção, exprimem-se nas estatísticas dos planos quinquenais atrás citados e viu-se que os «saltos para a frente» de 1958 e 1959 deviam continuar a precipitar o ritmo inicialmente previsto.

Contudo, depois de 1958, a crise agrícola depressa se repercutiu sobre a indústria pesada, passando a prioridade para a indústria ligeira

⁽¹⁾ Segundo as fontes oficiais, foi, em 1958, de 103 % quanto aos primeiros e de 34 % quanto aos segundos.

(adubos, pequena aparelhagem agrícola, sobretudo). Parece que também em muitos outros sectores houve retrocesso; na melhor das hipóteses, os números supostos atingidos em 1958-1959 não foram ultrapassados. Distribuição desigual dos recursos, fraca rede de transportes, nível de partida muito baixo, enorme massa de consumidores, financiamento difícil, são para o desenvolvimento industrial graves *handicaps* que o auxílio russo não bastou para compensar. Este auxílio, interrompido pela retirada dos técnicos soviéticos, no Verão de 1960, era inestimável na medida em que respeitava a sectores avançados que os Chineses eram incapazes de desenvolver sòzinhos. Representou uma participação directa em 336 grandes projectos (projectos «acima da norma») a que foram associados 7000 técnicos russos ⁽¹⁾. De 1949 a Junho de 1957, o valor das entregas russas ter-se-ia elevado a 5294 milhões de *yüan* (cerca de 2 200 milhões de dólares U.S.); 3120 milhões dos quais desde o início do 1.º plano de cinco anos.

Quanto ao auxílio financeiro concedido sob a forma de créditos a longo prazo, corresponde

⁽¹⁾ 141 (acordo de 15-9-1953), 15 (acordo de 12-10-1954), 55 (acordo de 7-4-1956), 47 (acordo de 8-8-1958) e 78 (acordo de 7-2-1959).

aos seguintes acordos: 14 de Fevereiro de 1950 (300 milhões de dólares U.S. reembolsáveis em cinco anos), 12 de Outubro de 1954 (540 milhões de rublos reembolsáveis em 8 anos), 7 de Fevereiro de 1959 (cinco biliões de rublos reembolsáveis em nove anos). Todavia, convém notar que grande parte deste auxílio financeiro se achou anulado pelos empréstimos concedidos pela China a outros países: Coreia do Norte, Vietname do Norte, Mongólia, Nepal, Cambodja, etc., no total de cerca de 2000 milhões de *yüan*.

IV — Os Transportes

Pelo seu alto rendimento comercial, pela sua possibilidade de desenvolvimento a partir da indústria nacional, as vias férreas levam larga vantagem às estradas ainda mal providas de veículos modernos e ao mar e aos grandes rios despojados de inúmeras embarcações devido ao êxodo para a Formosa. Os números abaixo traduzem eloquentemente a situação em milhões de toneladas/Km.:

	1951	1957
Caminhos de ferro	51 526	135 000
Transportes fluviais e marítimos	2 562	15 872
Transportes de estrada .	134	3 872

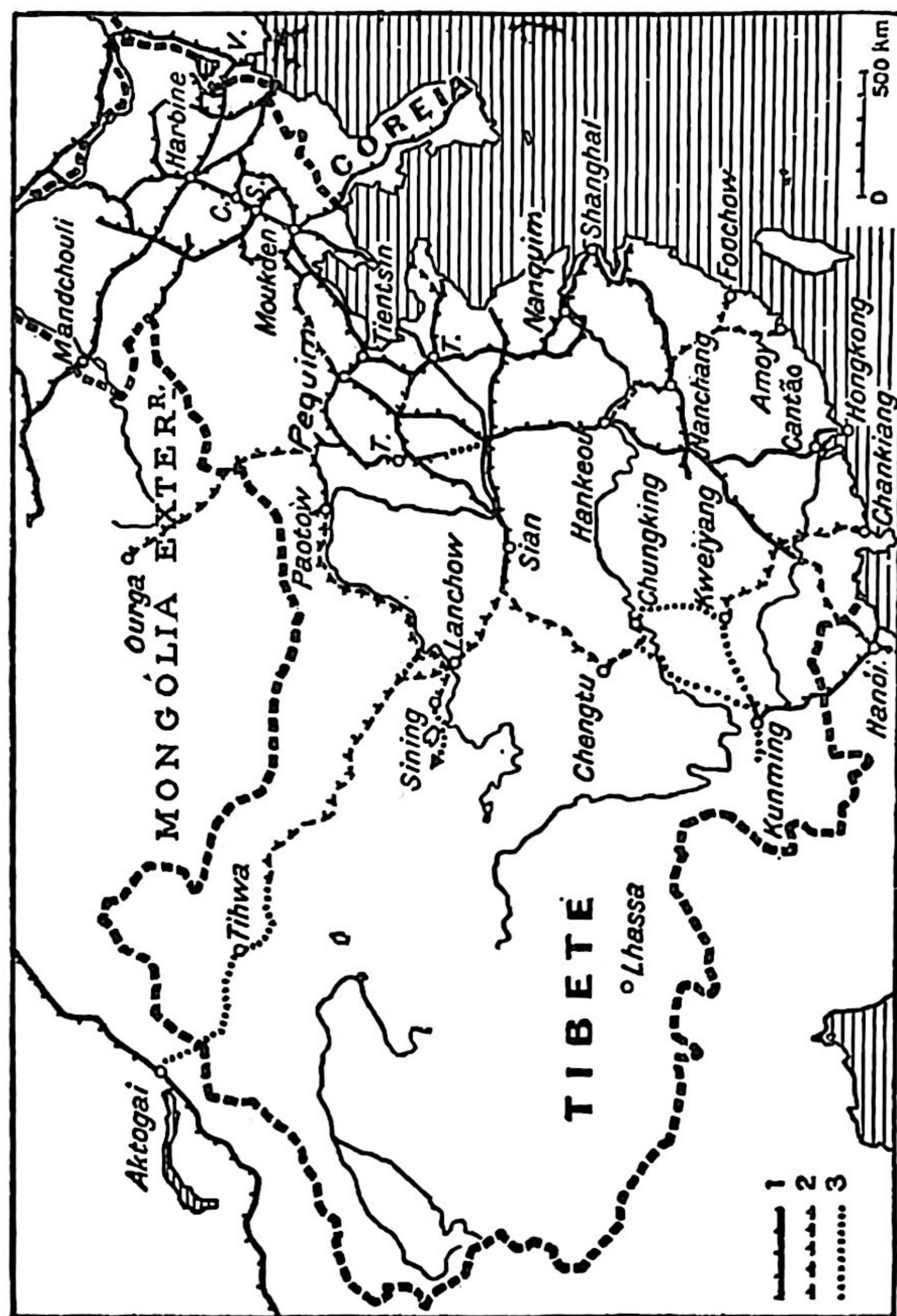


Fig. 5 — As vias férreas chinesas
1. Construídas antes de 1 de Outubro de 1949; 2. Construídas depois do advento do Governo Popular; 3. Em construção.

A China dispõe de uma rede de caminhos de ferro de cerca de 32 000 Km. O esforço de construção do 1.º plano de cinco anos (8 500 Km.) devia incidir sobretudo na duplicação dos grandes eixos ferroviários, Parece, porém, ter sofrido grandes atrasos, se é que não chegou a ser abandonado. O material rolante compreendia, em 1957, 3860 locomotivas e 9900 vagões de mercadorias; a capacidade de construção de 1958 era de 350 locomotivas e de 11 000 vagões de mercadorias (respectivamente 167 e 73 000, em 1957).

A rede de estradas é teòricamente de 440 000 Km dos quais dificilmente um quarto é utilizável em qualquer altura e houve sobretudo a preocupação de construir algumas grandes linhas de penetração de interesse político ou estratégico (estradas de Lassa, estradas nas regiões minoritárias). Contudo, a indústria chinesa automóvel nasceu em Junho de 1956 e a produção passou de 7500 para 16 000 camiões e veículos diversos de 1957 a 1958 ⁽¹⁾.

Fez-se igualmente um esforço para reconstruir uma frota fluvial e mesmo marítima moderna (410 000 t no decurso do 1.º plano de cinco anos) e a China dispõe hoje de 70 000 t de navios

⁽¹⁾ A capacidade actual é da ordem de 30 000 camiões por ano, fabricados na quase totalidade pela fábrica de Chang-chun, na Manchúria.

a vapor ou a motor sem incluir milhares de juncos ou sampanas que representam cerca de 4 milhões de toneladas muito úteis, pelo menos na China Central e Meridional. O total das vias navegáveis seria actualmente de 39 500 Km para os vapores e de 110 000 para as embarcações tradicionais.

Os transportes aéreos (33 000 Km de linhas) não recuperaram a importância que tinham antes de 1949 tanto no que se refere às ligações internacionais como à rede interna. As linhas chinesas utilizam principalmente material russo (*Il 14 e 18*) e inglês (*Viscount*) assim como chineses no que se refere a modelos pequenos (*A. N. 2*).

V — O Comércio Interno

O saneamento da situação financeira e a recuperação económica facilitaram grandemente as trocas inter-provinciais e criaram um verdadeiro mercado nacional. Por outro lado, a partir de Março de 1950, o Estado cobria o país de uma rede de agências comerciais especializadas completada por cooperativas de abastecimento e de compra. Hoje 84 % das firmas comerciais acham-se no sector nacionalizado ou misto e regulamentações estritas, referentes aos preços,

ao racionamento e às entregas obrigatórias, dão ao Estado um quase-monopólio do comércio e em particular do comércio por grosso.

VI — O Comércio Externo

O comércio externo foi duramente afectado pelo malogro do «grande salto para a frente».

Anos				(Em milhões de dólares U.S.)	
				Exportações	Importações
1959	...	...	...	2230	2065
1962	...	...	...	1510	1160
1963	...	...	...	1525	1190
1964	...	...	...	1670	1335 ⁽¹⁾

O surto iniciado em 1964 e 1965 teria prosseguido em 1966 (estimativas correntes: 4,3 milhões de dólares U.S. para o total das importações e exportações), em 1967 (4,4 milhões de dólares), para tornar a ser posto em causa pela

(¹) *Far Eastern Economic Review* de 20 de Maio de 1966. Os números de 1965 situar-se-iam segundo o *Economist* de 31 de Março de 1966 em:

Exportações	...	...	2050 milhões de dls.
Importações	...	...	1750 milhões de dls.

Revolução Cultural em 1968 e em 1969 (estimativas correntes: 3,9 milhões de dólares).

De modo regular bastante favorável, este comércio faz-se cada vez mais com o Ocidente e o Japão e cada vez menos com os países do «bloco socialista». Assim, entre 1960 e 1962, as exportações desceram de 63,45 % para 37,46 % e as importações, de 66,47 % para 28,64 %. Em 1962, as exportações para a U. R. S. S. atingiam 510 milhões de dólares U. S. e as importações de produtos deste país, 230 milhões ⁽¹⁾.

Do ponto de vista da sua natureza, o comércio chinês é constituído, quanto a exportações, por produtos agrícolas (chá, ovos, oleaginosas, cerdas de porco), por minerais (estanho e tungsténio) e por alguns produtos manufacturados destinados sobretudo aos países do Sueste Asiático. Quanto às importações: máquinas, metais, ferramentas, petróleo, adubos, produtos farmacêuticos, açúcar e, a partir de 1960, trigo e cevada. Uma parte importante dos proventos externos é constituída pelas remessas de dinheiro dos Chineses do Ultramar (cerca de 100 a 150 milhões de dólares U. S. por ano).

⁽¹⁾ F. E. E. R. de 29-9-1963.

O comércio franco-chinês subiu regularmente de 1964 a 1966, para tornar a descer nas exportações francesas a partir de 1968 como o indicam as estatísticas abaixo (em milhões de francos actuais) ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Fonte: Estatísticas das alfândegas francesas.

Anos	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Exportações francesas .	288,2	244,9	296,9	454,8	460,1	432,8	232,7
Importações francesas .	104	152,2	215,7	266	237,5	263,3	395

CAPÍTULO VIII

A POPULAÇÃO. A SOCIEDADE NOVA

Na preparação dos nossos planos, no tratamento dos nossos assuntos, no estudo dos nossos problemas, nunca devemos esquecer que a China tem 600 milhões de habitantes.

MAO TSÉ-TUNG, Junho de 1956

Na China não há superpopulação.

CH'EN PO-TA, Fevereiro de 1956

I — A População

O fenómeno democrático reveste-se na China de uma importância mais considerável do que em qualquer outra parte. Aí a população caracteriza-se pela sua enorme massa, pela sua elevada taxa de crescimento, pela sua variedade étnica relativa, pelos seus prolongamentos exteriores, pela amplitude dos seus recentes deslo-

camentos internos, pelos esforços de total mobilização para o trabalho de que é objecto, enfim, pelas profundas transformações de estrutura e de cultura que renovam completamente a sua organização, os seus hábitos individuais, familiares e sociais e talvez até a sua mentalidade.

No recenseamento de Junho de 1953, a população chinesa era de 601 938 000 habitantes, incluindo 11 milhões e 743 000 Chineses emigrados e 7 591 000 Chineses de Taiwan. Em crescimento rápido desde o século XVIII, fora avaliada até então em cerca de 475 milhões de pessoas.

A partir de dados oficiais imprecisos e de estimativas de peritos demográficos, pode-se pensar que o crescimento médio da população chinesa foi, no decurso destes dez últimos anos, da ordem de 2 %. Esta taxa daria à China de hoje, cerca de 800 milhões de habitantes ⁽¹⁾. Trata-se, no conjunto, de uma população jovem de ligeiro predomínio masculino. O novo re-

⁽¹⁾ «Grande salto para a frente», subalimentação dos anos difíceis (1959-62) e variações da política dos nascimentos, afectaram a taxa de crescimento em direcções e proporções diversas desde 1958. Segundo certas fontes oficiais (atlas das províncias), a população de 1958 era avaliada em 656 630 000 indivíduos (excluindo os chineses do exterior).

gime, a princípio indiferente em matéria de natalidade, orientou-se em 1954 para uma política de limitação dos nascimentos que se traduziu por campanhas de informação maltusiana de grande amplitude. A partir de 1958, as declarações oficiais asseguram que o elevado número da população não compromete a economia, mas este aparente optimismo não deteve a educação sexual das massas. De facto o fenómeno do crescimento demográfico é tão grave pelas suas consequências, tão incontrollável, tão ligado às variações da linha política geral que os dirigentes chineses dão a impressão de não ousar enfrentá-lo.

A China comporta cerca de 40 milhões de alógenos, ou seja, 6,06 % da sua população. Uns (Chuang do Kwangsi, Hiao do Hunan e do Kweichow, Thai do Yunan, etc.) são restos de grupos autóctones, os outros (Tibetanos, Uigures, Mongóis, Manchús) povoam principalmente essa China exterior constituída pelas regiões montanhosas ou subdesérticas do Oeste e do Noroeste. Os povos minoritários que permaneceram até aos nossos dias longe da civilização chinesa tinham sido tratados como tributários pelo Império Antigo cujos esforços de penetração eram de resto intermitentes. A República não teve tempo para desenvolver a sua política de assimilação, mas pôde colonizar vários territórios (Manchúria e Sul da Mongólia).

De princípio e a instâncias da U. R. S. S., favorável à autodeterminação, o Partido Comunista Chinês mudava de ponto de vista depois da vitória. Os povos minoritários faziam parte integrante da República chinesa, mas viam assegurada a sua autonomia regional (programa comum de 1949, lei de 9 de Agosto de 1952, art.º 3.º da Constituição de 1954). Estes dois princípios traduziam-se pela atribuição de mais de 200 lugares na Assembleia Nacional, pela criação junto do Conselho de Estado de uma Comissão das Nacionalidades (Presidente Ulanfu), pela criação de regiões autónomas e de unidades autónomas mais pequenas «chou» e «hsien». Enfim, o desenvolvimento das culturas minoritárias (incluindo a língua) era encorajada e, de modo geral, respeitadas certas formas de organização social. Em compensação, o Governo de Pequim suprimiu implacavelmente toda a veleidade de nacionalismo político e forma quadros comunistas minoritários (nos seus institutos de Pequim e de Kunming em particular) para confiar-lhes a administração dos seus compatriotas e eliminar ao mesmo tempo os dois perigos da sua política, o «chauvinismo Han» dos funcionários chineses e o «nacionalismo local estreito», algumas manifestações dos quais estalam periodicamente. Esta política está em vias de mudar com o «Movimento de Educação Socialista» e a Revolução Cultural que

prosseguem a destruição da cultura tradicional; a das minorias não constitui excepção e caminha-se de facto para a assimilação de todas as nacionalidades do país.

Os Chineses do Ultramar (de doze a quinze milhões de trabalhadores ou de comerciantes) constituem uma verdadeira diáspora poderosamente estabelecida em todos os países da Ásia do Sueste, alastrando já no Pacífico Sul, em Madagascar e na própria África ⁽¹⁾. Para muitos desses países tropicais, os Chineses levam as qualidades das raças próprias das regiões temperadas. Fundindo-se em parte com a população nacional ⁽²⁾, dispõem de uma considerável influência económica, extraordinária para o seu número. Sensíveis ao prestígio da sua pátria, de que beneficiam, o comunismo inquieta-os, nos seus interesses comerciais. Os seus sentimentos, em geral partilhados igualmente entre as duas Chinas, inspiram-se muitas vezes na atitude dos governos da sua residência. A política de Pequim a seu respeito é feita de propaganda, mas também de sensatez, de compreensão e de paciência; os seus frutos virão a seu tempo.

⁽¹⁾ Destes acham-se 3 500 000 no Sião, 2 800 000 na Malásia e em Singapura, 1 600 000 na Indonésia, 800 000 nos antigos Estados da Indochina, etc.

⁽²⁾ Salvo onde existe uma forte barreira religiosa, como, por exemplo, na Malásia.

As primeiras transformações económicas não deixaram de provocar já importantes movimentos numa população, 75 % da qual vivia sobre 15 % do território. Os camponeses são atraídos para as cidades industriais, ou impelidos para novas regiões de desbravamento, de colonização, e de grandes trabalhos, no interior da sua província ou na China exterior (Sinkiang, Manchúria). A população urbana passou de 10 para 15 %, desde 1950 a 1955. Atinge hoje perto de 100 milhões de habitantes contando umas três dezenas de cidades de mais de 500 000 habitantes e treze de mais de um milhão. Contudo, os esforços de descentralização da indústria e da industrialização das comunas deveriam contribuir para limitar os deslocamentos ao quadro da região.

II — A Sociedade

A força do hábito de milhões e dezenas de milhões é uma força terrível.

(LENINE)

A China cedo se tornará um país socialista sem classe de exploradores.

(LU TING-YI,

Discurso das Cem Flores)

A sociedade chinesa não conheceu desde 1911 senão uma evolução muito superficial; a

massa camponesa, em especial, não fora profundamente atingida nem nas suas ideias, nem nos seus hábitos, nem na sua vida material. Apenas talvez a ideia nacional no sentido ocidental do termo, fizera alguns progressos por efeito das usurpações estrangeiras e sobretudo das agressões japonesas.

A difusão da nova ideologia e a instalação de um aparelho político revolucionário tinham trazido importantes mudanças a partir das «zonas libertadas», no decurso da 2.^a guerra mundial e sobretudo depois de 1949. Com a nacionalização progressiva da indústria e do comércio, depois com a exploração comunal da agricultura, e, por fim, com o movimento de educação socialista e a Revolução Cultural, toda a China conhece uma completa transformação social e cultural.

O indivíduo, outrora ignorado pelo Estado, com liberdade para pensar e para agir tanto quanto os preconceitos tradicionais, a sua situação familiar e os seus meios materiais lho permitiam, viu imporem-lhe, a bem ou a mal, os pontos de vista marxista. Perdeu até o direito de se desinteressar pelos acontecimentos, mas, em compensação, participa no quadro das organizações oficiais, numa vida política e ideológica extraordinariamente activa. Esta tende a abolir os antigos complexos, as antigas reservas de bem-estar. Estudos teóricos e discussões concor-

rem para substituir o tipo chinês clássico, inteligente, cheio de humor mas anárquico e impreciso, por um tipo viril, frio, lógico, desprovido da mínima fantasia, embora esta evolução se encontre momentaneamente prejudicada pela Revolução Cultural que reclama um entusiasmo difícil de manter no grau actual.

A família tradicional, vasta, hierarquizada, solidária no presente, no passado e no futuro, está em vias de rápido desaparecimento. A nova lei sobre o casamento, uma das primeiras do regime, equivale à sua eliminação em proveito da família conjugal e impõe a igualdade dos sexos. Com as comunas, os seus refeitórios, os seus infantários, é a própria existência do lar que está em causa.

A dedicação à colectividade familiar foi substituída pela dedicação à sociedade toda inteira representada localmente pela comuna ou pela fábrica. À escala nacional, o patriotismo já não é, como noutros tempos, o reflexo cultural da civilização chinesa sobre os «bárbaros», mas uma aspiração a um estado dispondo do máximo de poder material e económico, de que o racismo não é excluído.

A permanente ingerência do partido na vida quotidiana de cada um, a ilimitada exploração dos trabalhadores em proveito da construção nacional têm, em contrapartida, uma certa se-

gurança social — seguros de doença de de velhice criados desde Fevereiro de 1951, casas de repouso, infantários, dispensários, etc., beneficiam tanto — se não mais — a empresa como o trabalhador, mas, na China, são uma novidade.

Pelo menos, até 1966, a educação por muito inspirada que fosse pelas preocupações políticas e pela necessidade de multiplicar rapidamente os quadros administrativos e técnicos, por muito imperfeita e desordenada que parecesse na sua organização e nos seus meios, realizara impressionantes progressos numéricos ⁽¹⁾: concedera-se um lugar considerável à técnica que toda a imprensa glorificava a fim de lhe ganhar uma população tradicionalmente inclinada à literatura e à moral. Os progressos pareciam rápidos. À inteligência e à habilidade manual que caracterizam a raça, juntava-se a imensa curiosidade de cada um. Com efeito para milhões de chineses o mundo da técnica era o da novidade mais espantosa. Esta verdadeira revelação, estreitamente associada aos objectivos nacionais, devia

		1952/53	1957/58	1959/60
(¹)	Ens. sup.	194 000	441 000	810 000
	Ens. sec.	3 145 000	5 937 000	12 900 000
	Ens. téc.	636 000	785 000	
	Ens. Prim.	51 000 000	66 960 000	90 000 000

normalmente suscitar o maior esforço de conhecimento e de imitação ⁽¹⁾.

Ao encerrar as universidades e até temporariamente as escolas secundárias, ao perseguir os mestres, ao colocar o critério político acima de tudo, a Revolução Cultural arruinou uma parte da obra realizada e afectou seriamente o desenvolvimento científico, técnico e industrial do país ⁽²⁾

A língua chinesa escrita foi objecto de diversas transformações. Por um lado, um número importante de caracteres foi simplificado ou abolido e, por outro lado, tentou-se um ensaio de alfabetização destinado sobretudo a unificar as pronúncias locais. Até agora só a simplificação é prática corrente, achando-se a alfabetização ainda na fase experimental, dado lutar com as particularidades de uma língua limitada em sons, com numerosas homófonas e que parece menos bem aceite por uma população arreigada aos seus hábitos nacionais.

⁽¹⁾ Cf. a este respeito o estudo de Henri Eyraud em «notes et études documentaires» (n.º 3255) da documentação francesa.

⁽²⁾ Embora os investigadores científicos tenham sido objecto de atenções especiais, pelo menos, no início do movimento.

III — A Literatura e as Artes

Com a maré das ideias revolucionárias tinham surgido diversos movimentos literários preocupados simultaneamente com a emancipação da língua e com a busca de novas fontes de inspiração: a Sociedade de Estudos Literários fundada em 1920 num espírito de união das diversas tendências, a Sociedade «A Criação», já mais radical, de que um dos representantes devia lançar mais tarde a célebre fórmula «da revolução literária à literatura da revolução», a Sociedade «O Crescente» liberal e mais afastada de problemas sociais e, sobretudo a partir de 1930, a «Liga dos Escritores das Esquerdas» animada por Lu Hsün, Kuo Mo-jo, Mao Tun.

Neste fundo de controvérsias destacam-se grandes escritores: Lu Hsün, polémico, ensaísta, contista de tendências humanitárias, violentamente anti-conservador mas imperfeitamente, se é que alguma vez, ligado ao comunismo, e Hu Shih, filósofo, historiador liberal são provavelmente os maiores de entre eles. A seguir vêm ensaístas e romancistas: Kuo Mo-jo, Mao Tun, Yü Ta-fu, Chou Tso-jen, Pa Chin e, mais tarde, Chao Shu-li, as Senhoras Ping Hsin e Ting Ling, poetas Ai Ts'ing Hsu Chih-mo, Wen I-to, autores dramáticos como Ts'ao Yu, Kuo Mo-jo. O seu talento é incontestável, mas a nova língua escrita ainda não está suficientemente formada para

dar grandes estilistas, com excepção talvez de Lu Hsün e os temas sociais ou mesmo políticos que são de facto os da Europa do século XIX estão já demasiado ultrapassados para terem grande interesse fora da China.

O afluxo dos intelectuais de origem burguesa a Yen-an determinará o Partido Comunista a precisar a «linha na literatura e nas artes» no decurso de duas conferências célebres de Mao Tsé-tung: 2 e 23 de Maio de 1942.

Esta linha inspira-se naturalmente nas realidades objectivas nascidas da luta das classes e das lutas nacionais. Sendo a arte e a literatura apenas uma parte da vasta máquina revolucionária, o escritor deve por um lado escrever a partir do povo e para o povo, por outro lado, deve estudar «humildemente» o marxismo-leninismo, por outras palavras «servir as massas e aprender a servi-las» ou, segundo uma imagem ousada de Lu Hsün, ser a vaca que alimenta e defende ao mesmo tempo o proletariado e o povo.

Este ponto de vista não deixou de ser, sem amolecimentos de qualquer espécie, o ponto de vista oficial manifestado no decurso de congressos periódicos da Federação dos Escritores e Artistas de que Mao Tun e Chou Yan foram, durante vários anos, activos presidente e vice-presidente.

Durante muito tempo, o Partido esforçou-se por ganhar ao marxismo os escritores e artistas apolíticos e por disciplinar os escritores comunistas. Nunca o consegue inteiramente como o demonstram o assunto do filme «A vida de Wu Hsün» em 1952, o do «Sonho no Pavilhão Vermelho» (1954) o caso Hu Feng (1954-55), o caso Ting Ling-Ai Ch'ing, em 1957, etc.

Aproveitando uma ligeira liberalização, sobrevivida ao fracasso das Cem Flores, um certo regresso ao passado surgirá no romance, no teatro, no cinema. Esta tendência será rapidamente sufocada pelo «Movimento de Educação Socialista» que vai tornar a dar uma nova orientação à cultura nas suas fontes de inspiração, nas suas formas, nos seus objectivos. O teatro clássico (nomeadamente a Ópera de Pequim) tornar-se-á o «drama socialista», o romance, as ciências sociais e sobretudo a história, vão achar-se profundamente transformados. Esta tarefa vê-se hoje prosseguida pela Revolução Cultural que rompe totalmente com o passado e se desembaraça dos últimos intelectuais, literatos e artistas de origem burguesa ⁽¹⁾.

(1) Será o caso dos historiadores e por vezes dramaturgos: Wu Han, Chien Po-tsan, Hou Wai-lu, Hsia Yen, Feng Ting, Chou Ku-ch'eng, do humorista

Tanto na China como fora dela, o triunfo do comunismo provocou o mesmo empobrecimento da literatura e das artes. A iniciativa criadora dos indivíduos é desanimada pelo carácter inatacável da sociedade nova, pela imposição de temas e de formas demasiado simples, ao passo que a iniciativa criadora das massas nada produziu senão milhões de *slogans* por vezes muito pobremente versificados.

Assim a China abandonou a sua cultura tradicional sem se mostrar capaz de criar, como pretende fazê-lo, uma cultura proletária. Os seus esforços ligados às correntes políticas presentes e futuras merecerão ser seguidos de perto devido ao carácter único da experiência. É de desejar que, saída da crise actual, liberta das suas preocupações materiais mais prementes, a China conheça um renascimento dos seus valores tradicionais tão infinitamente originais e tão autenticamente humanos.

Lao She. Os últimos grandes artistas, mais ou menos sinceramente «aliados», Ts'i Pai-shih, Hsu Pei-hung, Fu Pao-shih morreram e ninguém conseguiu substituí-los.

CAPÍTULO IX

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Defesa Nacional

Trabalhamos pacificamente e desejamos um meio pacífico, um mundo pacífico; este facto fundamental determina a política pacífica do nosso país em matéria de política estrangeira.

CHOU EN-LAI,
na Assembleia nacional, 23 de Setembro de 1954.

Devemos unir-nos a todos os povos oprimidos pelo imperialismo americano, pelo revisionismo soviético e pelos seus lacaios, e formar uma larga frente unida para destroçar a intriga criminosa do imperialismo americano e do revisionismo soviético que visa partilhar o mundo entre ambos.

CHOU EN-LAI, 29 de Novembro de 1968

A política externa chinesa obedece naturalmente a determinados imperativos nacionais: segurança, construção económica, primazia na Ásia Oriental, papel mundial de grande potência, sobrepondo-se hoje os dois primeiros aos segundos cuja realização se trata de preparar. Mas a estes imperativos nacionais juntam-se também preocupações ideológicas pois, segundo declaram os seus teóricos, a Revolução Chinesa não é um problema isolado, mas antes deve ser encarado do ângulo da revolução proletária mundial e da luta geral contra o imperialismo. Toda a análise da política externa chinesa deve, pois, considerar os factores em jogo de dois coeficientes variáveis, um nacional, outro internacional, cuja importância do momento se trata de determinar tanto em função do interesse chinês como do estado das relações Este-Oeste.

É assim que imperativos nacionais, necessidades ideológicas e, bem entendido, dados internos se acham misturados em diversos graus e de maneira muito complexa nas três grandes séries de problemas que se colocam aos dirigentes de Pequim, na ordem externa:

- relações sino-soviéticas
- assuntos asiáticos
- assuntos mundiais

Desde o advento do regime, a China, segundo a expressão oficial «caíra só para um lado», isto

é, colocara-se bem alto e totalmente no campo socialista «dirigido pela União Soviética». Tivera lugar um enorme esforço de propaganda para desacreditar os Estados Unidos cujo prestígio militar era considerável e para afirmar a superioridade do campo socialista sobre o «tigre de papel».

Para Pequim, a aliança com os Sovietes, materializada pelo tratado de 14 de Fevereiro de 1950, resultava não só de uma comunidade ideológica que impedia por definição a neutralidade entre os blocos, mas procedia também de necessidades militares e económicas precisas. Face a uma eventual intervenção americana na guerra civil, face a um Japão, o opressor de meio-século, sempre susceptível de conhecer um retorno de militarismo, a China, desprovida de meios de combate modernos, não podia passar sem um poderoso apoio tanto militar como diplomático. A guerra da Coreia, o auxílio dado ao Vietminh foram as contrapartidas perigosas de uma aliança necessária, mas tiveram, pelo menos, a vantagem de permitir um estrondoso retorno da China à cena mundial, por ocasião das duas conferências de Setembro de 1954.

A existência duma certa pressão russa de carácter histórico, nas fronteiras continentais da China, exigia também que um clima amistoso permitisse a conclusão de entendimentos particulares. Quanto a este ponto, o novo regime

obteve, incontestavelmente, importantes resultados. Os problemas da ocupação russa em Port-Arthur, do caminho de ferro de Changchun, das companhias mistas da Manchúria e do Sinkiang foram solucionados com vantagem para Pequim. Apesar da sua divisão étnica entre os dois Estados, a Mongólia e o Sinkiang não parecem ter sido ocasião de embates, pelo menos de início, mas pelo contrário e, em especial, em matéria de vias de comunicação, teriam sido objecto de esforços comuns que, todavia, excluía tanto menos as rivalidades futuras quanto mais os regimes sociais se aproximaram dos dois lados das fronteiras. Neste contexto, o caso da Manchúria era particularmente importante, visto que esta região reunia em 1949 perto de metade da indústria moderna chinesa, e que interessava também à economia siberiana, tão pobre a leste do Baical, como interessara à indústria japonesa desprovida de matérias primas. O temível precedente do Mandchoukuo leva a pensar que a aliança sino-soviética respondia a uma preocupação de segurança em relação à Rússia como igualmente em relação a outras, potências. Enfim, Pequim tão interessado como Moscovo na eliminação da influência ocidental na Ásia do Sueste, desejava que lhe reconhecessem ou delegassem de facto a direcção da propaganda e da acção revolucionária neste canto do mundo.

Na ordem económica, apenas os Sovietes e os Estados Unidos estavam em condições de fornecer aos chineses o auxílio escolhido e maciço de que careciam. Um auxílio americano podia ter sido mais importante, mais fácil de absorver pelos técnicos chineses quase todos de formação ocidental. Em contrapartida, arriscava-se a responder menos bem ao conjunto de um problema já experimentado pelos Russos por sua própria conta. À U. R. S. S., a aliança chinesa trazia naturalmente um enorme sucesso de prestígio ganhando para o comunismo a quarta parte da humanidade. O controlo da «barreira» chinesa fazia recuar o cerco americano para os arcos insulares do Pacífico ocidental. A expansão do comunismo na Ásia beneficiava a partir de agora de um poderoso apoio ainda que este devesse ser utilizado hábilmente devido às desconfianças locais em relação a um imperialismo e a um colonialismo chinês com séculos de existência.

O perigo de eles próprios criarem um perigoso rival não escapou aos Soviéticos. Estes abstiveram-se de abusar da situação para intervir nos assuntos chineses, como fizeram nos dos satélites ocidentais; mas tão-pouco deram à China o lugar privilegiado que ela esperava ocupar no «campo socialista» em razão da sua massa, das condições particulares da sua revolução, do exemplo que ela quer representar para

os países do Terceiro Mundo em vias de emancipação e de desenvolvimento. A U. R. S. S. continuou a orientar como muito bem entende a política interna e externa do bloco do Leste, tendo os interesses propriamente chineses apenas em linha de conta teórica.

A este respeito, os ressentimentos chineses são reais e diversos. A aliança russo-chinesa de 1950 não permitiu à China o acesso à independência militar, na medida em que os Russos faltaram em 1959, à sua promessa de ajudá-la a dotar-se de um armamento nuclear. Tão-pouco lhe permitiu fazer, no plano económico, os rápidos progressos com que ela contava e os Chineses tiveram de resistir às pressões dos seus aliados para evitarem a sua integração no «Comecom» e conservarem a sua independência económica.

A aliança sino-soviética também não permitiu à China realizar os seus objectivos nacionais particulares, quer se trate de completar a sua unidade tomando Taiwan quer de ocupar o seu lugar nas Nações Unidas. Finalmente, Pequim tão-pouco viu reconhecida a sua vocação particular no que respeita aos países subdesenvolvidos, quer no campo ideológico quer no de acção política, e o facto atinge pessoalmente Mao Tsé-tung, teórico da revolução nos países «coloniais» e «semi-coloniais». Enfim, a China com a aliança ganhou apenas a sua protecção

militar no sentido estrito do termo e um auxílio económico que, de resto, teve de compensar. Esta situação inferior era suportável enquanto durasse guerra fria. Aproveitando esta e o facto de o «Vento do Oriente» acabar por vencer o «Vento do Ocidente», a China podia ter esperanças de progressivamente pôr-lhe fim com o apoio soviético.

Contudo, a destalinização que surgia em 1956 e implicava já revisionismo e descontraimento, encaminhava a União Soviética numa via que deixava em suspenso ou regulava antecipadamente num sentido favorável, os problemas da China popular.

Será no terreno ideológico que os Chineses vão exprimir o seu sentido. Todos os perigos da «détente» serão analisados em diversos capítulos: natureza do «imperialismo», questão da guerra, sentido da coexistência, passagem ao socialismo, questão do Terceiro Mundo, neo-revisionismo, etc. Em linguagem simples, a «détente» compromete a segurança do movimento comunista mundial porque desmobiliza normalmente as massas revolucionárias e substitui a luta das classes, pelo humanismo, abandona os países em vias de emancipação ao «neo-colonialismo» e conduz os dirigentes soviéticos já acusados de traição, aos piores compromissos com os «imperialistas» americanos, com os

«revisionistas» jugoslavos, com os «reaccionários» indianos.

O divórcio ideológico é pronunciado. Os Chineses pretendem que a ortodoxia está do seu lado e eles próprios não concebem a sua saída do movimento comunista internacional. Quanto à solidariedade política e militar, se persiste teoricamente, enquanto o tratado de 14 de Fevereiro de 1950 não foi denunciado, ninguém seria hoje capaz de definir os limites da sua aplicação prática.

Na Ásia Oriental, a China propõe-se primeiramente eliminar a presença americana, ameaça potencial e sobretudo obstáculo à futura política de expansão. A derrota japonesa, a franqueza da Formosa, a incrível fragmentação política, étnica, linguística, religiosa dos países do Sueste asiático facilitariam consideravelmente o regresso da preponderância chinesa a estas últimas regiões onde já se encontraram tantos impérios terrestres ou marítimos. Mas o Império americano do Pacífico tomou aí o lugar da Índia, do Islão, da Europa, e assim os Estados Unidos, inimigos ideológicos, aparecem igualmente como o inimigo nacional. Do mesmo modo que a política dos Sovietes se esforça por eliminar os Estados Unidos da Europa, por quebrar a O. T. A. N., por impedir a unidade europeia, os Chineses querem esforçar-se por eliminar os Estados Unidos da Ásia, por que-

brar a O. T. A. S. E., por impedir uma aproximação entre os Estados asiáticos.

O Japão, grande potência por si só, é o ponto de apoio mais sólido de Washington ⁽¹⁾. Trata-se de evitar o seu rearmamento, se possível de neutralizá-lo, se possível ainda de levá-lo ao campo comunista. Apesar da ausência de relações diplomáticas oficiais, a propaganda chinesa a este respeito é particularmente activa. É favorecida por certas correntes japonesas anti-americanas e neutralistas, pela atracção que a China exerce sobre certos meios de negócios japoneses. Permutam-se numerosas missões de um lado e doutro; contudo, seja por cálculo, seja por ódio mal extinto, seja por retorno a uma atitude histórica, os Chineses mostram em geral mais condescendência do que pressa. Por seu lado, os Japoneses são demasiado conscientes da sua dependência em relação aos Estados Unidos em matéria de segurança e de economia para ousarem uma verdadeira aproximação, mas não podem deixar de desejar cada vez mais vivamente uma normalização das suas relações políticas e sobretudo económicas com Pequim. Pode-se pensar que esta normalização prepa-

(1) Um tratado de aliança nipo-americano foi concluído em 1951 depois da assinatura do Tratado de Paz com o Japão, em S. Francisco.

raria em alguns domínios industriais precisos uma estreita cooperação da técnica japonesa e dos recursos chineses.

Na Coreia, o retorno a uma situação sensivelmente análoga à que prevalecia antes de 28 de Junho de 1950 é, sem dúvida, um fracasso para o campo comunista. Em contrapartida, é um sucesso para a China que substitui de facto a sua influência à dos Russos na Coreia do Norte e reencontrou assim, sob outras formas, a sua posição tradicional anterior à guerra sino-japonesa de 1895. Uma revisão da história antiga da Coreia mostraria que a situação presente teve precedentes numerosos e duradouros. Os Chineses esforçam-se sem grandes possibilidades de sucesso e, provavelmente, sem convicção, por modificá-la por diversas iniciativas: retirada das suas tropas (1958), proposta de reunificação por meio de eleições, etc. A sensibilidade dos Americanos quanto a um problema que já lhes custou uma guerra deixa poucas possibilidades de um eventual compromisso. Enfim, é evidente que a questão coreana está estreitamente ligada à da presença americana no Japão. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ As divergências ideológicas e a feição tomada pelos assuntos internos chineses afastaram muito sensivelmente a Coreia do Norte da China no

Na Formosa, a persistência do governo nacional apresenta mais inconvenientes políticos que verdadeiros perigos militares. Ao manter-se no poder, o governo nacional justifica a intervenção americana nos assuntos chineses, afasta Pequim do Conselho de Segurança das Nações Unidas, serve de ponte de ligação a numerosos chineses do Ultramar, priva a China de uma região economicamente desenvolvida e, com os tempos, arrisca-se a fazer-lhe perder definitivamente a própria Formosa.

Esta eventualidade poderia ser o resultado da teoria «das duas Chinas» sustentada por numerosos Estados (com exclusão das duas partes e, de momento, dos Estados Unidos) ou do aumento da influência dos Taiwan de origem, muito pouco interessados na reconquista do Continente.

Em ambos os casos, um particularismo local pode levar a uma separação ilimitada. Esta perspectiva incita sem dúvida Pequim a provocar periodicamente tensões em torno das ilhas costeiras (Quemoy e Matsu) e de Taiwan para afirmar os seus direitos, incluindo o de conquista pelo recurso à força. Contribui também para ex-

decurso destes últimos anos. O desenvolvimento do poderio político e económico japonês está em vias de aproximá-las de novo.

plicar as suas aberturas em vista de uma «libertação pacífica» que deixaria provisoriamente nos seus lugares as suas autoridades actuais, inclusivamente o próprio presidente Chiang Kai-shek. Um entendimento deste género acompanhado de uma neutralização militar da ilha é, sem dúvida, impensável enquanto o generalíssimo estiver no poder; não há a certeza de que os seus sucessores não se resolvam a isso antes que a sua influência desapareça perante as influências locais.

O advento de um governo comunista na China não podia deixar de causar sérias inquietações nos países do Sueste asiático tanto mais que, em 1949, estes se achavam quase todos em estado de instabilidade política ou de guerra civil (Birmânia, Vietname, Malásia) e, por vezes, mesmo ainda sob controlo ocidental. Contudo, a Revolução Chinesa não excedeu os seus limites nacionais mesmo na Birmânia do Norte onde problemas de fronteira e a presença das tropas nacionalistas do general Li Mi forneciam fáceis pretextos para a sua intervenção. Se as clássicas denúncias do colonialismo e do imperialismo foram frequentes, o auxílio logístico fornecido ao Vietname e aos insurrectos da Malásia nunca foi oficialmente reconhecido. Foi em nome da paz que os Chineses quiseram justificar a sua presença na Conferência de Genebra onde o seu papel foi, no conjunto, moderador.

É a partir desta Conferência que a China Popular assume um papel político mais activo na Ásia do Sueste sob a forma de encorajamento ao neutralismo. No momento em que se instala um regime comunista no Vietname do Norte, Pequim procura tranquilizar. Os «Cinco Princípios» afirmados no decurso da visita do Sr. Chou En-Lai a Delhi e a Rangun (Junho de 1954) serão confirmados e ampliados na Conferência de Bandoeng (18 de Abril de 1955). «O espírito de Bandoeng» esforçar-se-á por tornar-se sinónimo de paz e de solidariedade asiática e opor-se-á ao da O. T. A. S. E. acusado de perpetuar o imperialismo e de provocar a guerra.

Com efeito, Bandoeng é uma réplica à O. T. A. S. E. (Organização do Tratado da Ásia do Sueste) criada por iniciativa dos Americanos, em 18 de Setembro de 1954, em Manila, para responder às inquietações de certos Estados, para impor um limite preciso à expansão, para mostrar às nações asiáticas a vida de uma comunidade defensiva.

Depois de Manila e Bandoeng, Pequim dará provas de uma maleabilidade ainda mais activa, acolhendo, um por um, com fausto, todos os leaders do mundo asiático, estendendo a mão aos regimes mais conservadores, aos mais ligados ao Ocidente como os do Sião e das Filipinas, multiplicando os empréstimos à Birmânia, ao Cambodja, esforçando-se por solucionar deli-

cados problemas, como o das fronteiras birmanesas ⁽¹⁾, o dos nacionais chineses na Indonésia ⁽²⁾, tentando, numa palavra, tirar à O. T. A. S. E. todo o apoio moral e toda a justificação prática.

Esta política de paciência e de atenções explica-se bastante bem. O controlo directo do Sueste asiático não é absolutamente indispensável à construção económica ou à segurança militar da China. Uma política de intimidação teria todas as possibilidades de atirar para o Ocidente os pequenos Estados ainda neutros, de despertar essa consciência asiática que a China tem toda a vantagem em deixar dormir. Enfim, salvo no Vietname do Norte, nenhum dos Estados da Ásia do Sueste dispõe de um partido bastante forte numericamente e bastante experimentado ideologicamente para garantir que uma revolução não acabe por ir contra o seu objectivo. O exemplo da Indonésia é, a este respeito, particularmente flagrante e constitui uma pesada perda para a política chinesa nesta região do mundo.

Os apelos ao neutralismo, a penetração económica, a sedução das colónias chinesas, e, con-

⁽¹⁾ Este problema foi resolvido pela assinatura do tratado sino-birmanês de 1 de Outubro de 1960.

⁽²⁾ Tratado sino-indonésio de 22 de Abril de 1955.

vém não o esquecer, a propaganda através do exemplo dos progressos económicos realizados pela própria China são os meios hoje postos em acção para adormecer as desconfianças, conservar o Sueste asiático nas suas divisões, enquanto se aguarda que o aumento do poderio chinês ou que as circunstâncias internacionais permitam realizar novas tentativas. Contudo, estas acham-se seriamente comprometidas pelo espectáculo da desagregação interna, de que a China acaba de ser teatro e também pela intransigência de que este país deu mostras no respeitante a uma regulamentação oficial do caso vietnamiano. Para dizer a verdade, este excedeu o âmbito regional para tornar-se um dos principais elementos da querela sino-soviética tanto no plano ideológico como no político na medida em que faz da China o campeão do extremismo revolucionário e compromete ou retarda uma aproximação russo-americana.

Desde a sua tomada do poder, os Comunistas chineses afirmaram a sua vocação mundial por um lado no domínio ideológico, por outro no domínio diplomático, reivindicando para o seu país a qualidade de membro permanente do Conselho de Segurança reconhecida à China pela Carta das Nações Unidas, em 1945.

No domínio ideológico, como se viu atrás, os Chineses gabam-se de representar o marxismo-leninismo ortodoxo e esta pretensão torna

já virtualmente Pequim um dos pólos da revolução mundial ⁽¹⁾.

No domínio político e na medida em que se liberta cada vez mais da direcção soviética, a China tende a tornar-se o chefe de fila de um futuro «terceiro bloco» e esforça-se por influenciar um certo número de países da Ásia, da África e até da América latina.

A vocação mundial chinesa encontra incontestavelmente uma parte da sua inspiração na herança tradicional. Durante dois ou três milénios, com efeito, pretendeu simultaneamente o domínio do mundo conhecido e o monopólio da civilização. O internacionalismo marxista, o universalismo confuciano ainda muito próximo, encontram-se na mesma afirmação nacional.

A posse de um armamento nuclear importante dará um dia à China os meios de uma política independente e a possibilidade de negociar a sua adesão a grandes acordos de desarmamento; Taiwan, o Sueste Asiático, a neutralização do Japão figurarão então entre os principais objectivos das suas negociações. Alguns

⁽¹⁾ No início do século XX o marxismo desenvolveu-se já para entrar na etapa do leninismo. Na nossa época, continuou a desenvolver-se para entrar na do pensamento de Mao Tsé-tung (*Diário do Povo* de 18 de Maio de 1967).

anos separam-nos ainda desta perigosa realidade. Entretanto, o verdadeiro problema da China é antes de tudo o da sua construção interna, o da passagem de uma enorme massa territorial e humana, do estádio tradicional ao moderno, quer se trate de mentalidade quer de vida material. Evidentemente a solução dada a este problema consagrará ou desacreditará definitivamente o modelo chinês e decidirá, do mesmo golpe, as ambições mundiais chinesas.

A DEFESA NACIONAL

A guerra é a forma mais elevada da luta das classes.

(MAO TSÉ-TUNG)

A alma do exército é o seu sistema de comissários políticos

(CHOU EN-LAI)

A obra mais considerável do Partido Comunista no domínio militar é provavelmente o enaltecimento do ofício das armas. Foi facilitado pela existência duma longa e gloriosa tradição militar que os letrados haviam pouco a pouco conseguido desacreditar e fazer esquecer, e permitido pela formação política dada aos combatentes.

Contudo, desde 1949, a «linha militar geral», tem variado tanto como a linha política geral.

Partido, pelo outro, e, se parece ter geralmente sustentado os primeiros, também teve os seus dissidentes.

Teòricamente, os efectivos do Exército Popular da Libertação são inesgotáveis. Com um número anual de cinco milhões de recrutas, poderia contar com 80 a 100 milhões de combatentes. De facto, as reservas intruídas são muito inferiores a este número, dado a longa duração do serviço (4 anos no exército de terra, cinco anos na aviação, 6 anos na marinha) não permitir chamar anualmente senão 800 000 recrutas que são, em compensação, cuidadosamente escolhidos.

As forças armadas de hoje (Exército, Aviação, Marinha, Segurança pública) totalizam cerca de três milhões de homens, repartidos por treze regiões militares, mas convém acrescentar-lhes uma imensa milícia organizada no escalão das divisões administrativas e que pode agrupar uma vintena de milhões de indivíduos, em princípio, todos voluntários e politicamente seguros. Embora muito mal armada, a milícia representa, pois, uma importante força auxiliar de reserva. Em caso de guerra nuclear, o seu papel pode ser capital no interior do país visto a comumidade popular que lhe serve de base corresponder a uma verdadeira unidade autónoma de sobrevivência pelos seus próprios meios: administrativos, económicos, militares. Enfim, em

Com a lei sobre o serviço militar obrigatório (30 de Julho de 1955) e o decreto sobre o restabelecimento da hierarquia dos graus e das patentes (8 de Fevereiro de 1956), o primeiro exército revolucionário, o dos veteranos da guerra civil, vasta infantaria camponesa de disciplina igualitária, acabara. O Exército Popular da Libertação tornara-se um exército nacional, mais ou menos organizado segundo o tipo soviético. A eliminação do marechal P'eng Teh-huai e do seu chefe do Estado-maior, em 1959, marcou o início de um retorno à tradição: preponderância do político sobre o profissional, abolição dos postos militares no dia 1 de Junho de 1965, mais importante papel do exército na vida política, administrativa e económica nacional, movimento para «aprender com o exército» ⁽¹⁾. Actualmente o Exército representou um factor de grande importância na confrontação entre Mao Tsé-tung e o grupo da Revolução Cultural por um lado, e o aparelho clássico do

(¹) No que respeita a doutrina militar, ver o artigo de Lin Piao de 3 de Setembro de 1965 *Viva a vitoriosa guerra do povo* e o de Ho Lung, *A tradição democrática do exército popular da libertação da China* (1 de Agosto de 1965), os editoriais de 1 de Agosto de 1966 do *Diário do Povo* e do *Jornal do Exército*.

teoria pelo menos, os «guardas-vermelhos» ou o que deles resta consideram-se uma reserva do Exército e certos, com efeito, recebem uma instrução militar elementar.

A política militar está teoricamente nas mãos de um Conselho de Defesa Nacional (uma centena de membros) mas, na realidade, depende do «Comité para os Assuntos Militares», do Comité Central do Partido que serve de organismo director ao ministério da Defesa Nacional (ministro Lin Piao, chefe de estado-maior Huang Iung-sheng).

O exército de terra, cerca de 2 600 000 homens, compreende uns quarenta exércitos de três divisões. No total cerca de 140 divisões, seis das quais blindadas, seis a oito de artilharia, duas outras de cavalaria, duas aerotransportáveis e algumas unidades independentes. As divisões, (cerca de 17 000 homens), próximas do tipo soviético, modernizam-se lentamente.

As forças aéreas de combate são geralmente avaliadas em pouco mais de 2000 aparelhos MIG 17 na grande maioria, MIG 19 (300 a 500), talvez uns trinta MIG 21 ou derivados deste tipo. Para o bombardeamento cerca de 450 I, 28 (1). Fábricas aeronáuticas chinesas constroem caças de reacção e aparelhos de treino.

(1) Uma versão chinesa do Tu 16 estaria em vias de produção.

As forças navais continuam fracas e sem grande tradição. Compreendem cerca de 250 000 toneladas de pequenas unidades de superfície, umas três dezenas de submarinos oceânicos da classe W e um ou dois submarinos da classe G equipados para o lançamento de mísseis.

Supõe-se que as forças não convencionais comportam uma reserva de uma centena de bombas atómicas ou termo-nucleares. Os Chineses dispõem já de mísseis de alcance intermédio (cerca de 1200 Km) e disporão, cerca de 1972 ou 1975, de mísseis intercontinentais.

A educação política que fez a força do velho exército de «Libertação» está altamente desenvolvida no novo e os comissários ou instrutores políticos descem até ao escalão das companhias. Dependem do Departamento Político (chefe: Li Te-sheng) cujo aparelho está em relação com o do Partido nos diversos níveis (1).

Os elos exército-população são muito estreitos: partida de recrutas e regresso de soldados dão lugar a manifestações patrióticas locais enquanto que as famílias dos «chamados» são largamente auxiliadas pelas colectividades. É pre-

(1) Existem em cada companhia, «Comités Revolucionários», animados pelas células do Partido. Aliás cerca de 1/3 dos quadros e da tropa são membros do Partido Comunista.

ciso, finalmente, frisar o grande papel que as unidades militares assumem na edificação da economia nacional, sobretudo no domínio da construção dos caminhos de ferro e no da colonização de novos territórios.

Por isso o regime trouxe ao domínio militar uma ordem e uma eficácia que nem as unidades formadas pelos conselheiros alemães ou americanos tinham conseguido atingir, de tal modo é certo que o exército só vale pelo apoio da nação.

CONCLUSÃO

Em período revolucionário, a situação muda rapidamente; se o conhecimento dos revolucionários não mudar tão rapidamente como ela, eles serão incapazes de levar a revolução à vitória.

(MAO TSE-TUNG)

Da prática

Ninguém pode duvidar que a China popular esteja em estado de revolução permanente. Estes últimos vinte anos mostram-no-la precipitando-se para um desenvolvimento económico vertiginoso que, por sua vez, implica convulsões sociais ininterruptas.

O primeiro plano quinquenal produzirá incontestáveis resultados, mesmo contando com os erros ou as alterações das estatísticas; grandes obras, caminhos de ferro, fábricas modernas, desenvolvimento das cidades são provas evidentes disso. A passagem de toda a economia industrial e comercial das mãos da burguesia para

as do Estado, o reagrupamento dos camponeses em cooperativas de produção tinham sido as condições julgadas, com ou sem razão, necessárias à sua realização.

Apenas concebido, o segundo plano quinquenal que pretendia, todavia, como o primeiro, duplicar a produção, foi considerado inferior às exigências nacionais e internacionais. Metamorfoseou-se em «campanhas de salto para a frente» que se propõem duplicar ou até triplicar o seu ritmo.

Por sua vez, estas campanhas forçadas engendraram novas formas sociais que já nenhum precedente liberal ou socialista recorda. É principalmente a «comuna popular», unidade camponesa, artesanal, operária, militar, crisol das iniciativas locais e quadro para a mobilização total dos trabalhadores, que aparece mais como uma unidade de produção imposta por objectivos económicos do que como o esboço de uma sociedade comunista ideal com avanço sobre a própria sociedade soviética.

Contudo, os pesados reveses económicos dos anos 1959-1962, por um lado, e pelo outro, a preocupação de manter o espírito revolucionário no grau mais elevado, trouxeram à luz do dia, numa confrontação por muito tempo indecisa, duas correntes pré-existentes no seio do Partido. A primeira, seguida pela maioria do aparelho, queria fazer evoluir a China sob o signo do rea-

lismo e do comedimento; a segunda, a de Mao Tsé-tung e da Revolução Cultural, conseguia em nome dos princípios e do dinamismo revolucionários, lançar as massas numa nova mobilização física e psicológica.

Em última análise e qualquer que seja o papel dos homens, uma e outra mais não fazem que traduzir as dificuldades de um problema fundamental, o da modernização da China.

No domínio económico, nomeadamente, os dados são dramáticos:

- uma agricultura insuficiente para alimentar uma população em rápido crescimento (107 milhões de hectares cultiváveis para 120 milhões de fogos rurais);
- uma base industrial demasiado fraca para assegurar o seu auto-desenvolvimento a um nível conveniente e até para assegurar o desenvolvimento da população agrícola pelo aumento dos rendimentos;
- um grande atraso científico e técnico.

A amplidão e as dificuldades dos problemas internos da China, a sua procura de novas estruturas, não devem fazer perder de vista o factor internacional cada vez mais importante que, apesar de tudo, ela representa.

Do mesmo modo que se ajusta mal no interior às exigências das sociedades industriais,

também se ajusta mal ao mundo exterior com o qual as suas relações nunca se estabeleceram numa base de igualdade desprovida de complexos. Habituada a dominar ou a sofrer, pretendendo servir de exemplo a países subdesenvolvidos, mas, ao mesmo tempo, querendo ser colocada entre as grandes potências modernas, acha-se numa contradição fundamental. Esta exprime-se actualmente por um desafio ideológico e político, lançado a todos os seus grandes vizinhos, a todas as grandes potências, por um extremismo revolucionário levado à escala mundial «sob a grande bandeira vermelha do pensamento-maotsetung».

Este desafio é perigoso na medida em que a China de hoje é um mundo fechado, atormentado por dificuldades económicas crescentes, inteiramente na mão de dirigentes ideológicos sem o contrapeso de uma opinião pública que é mantida na ignorância da situação geral mundial e dos efeitos dum conflito nuclear.

É mais perigoso ainda na medida em que a pobreza da China não impede de se equipar com armas supremas.

O isolamento que a China se impõe, a sua evolução a contracorrente dos grandes estados modernos que se sabem, de boa ou má vontade, condenados à coexistência pacífica, é sem dúvida para além das suas peripécias internas, o

problema que mais directa e mais gravemente nos respeita.

É este isolamento que é necessário romper sem demora a fim de integrar este grande país, com todo o capital de valores tradicionais e modernos que representa, no mundo de hoje. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Sobre as origens da civilização chinesa e toda a sua evolução histórica até à Revolução de 1911, encontram-se publicados nesta mesma colecção os volumes *A China Antiga* (n.º 123) e *A China Imperial* (n.º 130).

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA ⁽¹⁾

- Balazs, etc., *Aspects de la Chine* (vol. III), P. U. F., 1962.
- Barnett Doak: *Cadres, Bureaucracy and Political Power in Communist China*, New York 1967.
- Bianco Lucien: *Les origines de la Révolution chinoise*, Paris 1967.
- Brandt, Schwartz, Fairbank, *A Documentary History of Chinese Communism*, Londres, Allen & Unwin. 1952.
- Chao Kuo-chun, *Agrarian Policies in Mainland China*, Londres, 1960.

(¹) A obra de TUNG-LI YUAN, *China in western literature*, New Haven, 1958, constitui a bibliografia mais recente das obras estrangeiras escritas sobre a China entre 1927 e 1957. Será sempre de interesse consultá-la. O Centro de Documentação sobre o «Extremo Oriente» da Escola Prática dos Altos Estudos (VI secção), Boulevard Raspail, n.º 54, reúne mais de 15 000 volumes sobre a China contemporânea, metade dos quais em língua chinesa.

Ch'en (Jerome), *Mao and the Chinese Revolution*, Londres 1965.

Chiang Kai-shek, *Destin de la Chine*, Amiot-Dumont. — *Comment les Communistes se sont emparé de mon pays*, Morgan, 1958.

Cressey, *China, Land of the 500 millions*, New York, McGraw-Hill, 1955.

Donnithorne Audrey: *China's Economic System*, Londres 1967.

Dutt (Vidya Prakash), *China's Foreign Policy 1958-62*, Londres, 1964.

Eckstein, Galenson, Liu: *Economic Trends in Communist China*, Edinburgh University Press, 1968.

Etienne (Gilbert), *La voie chinoise*, P. U. F., 1962.

Fejtö François: *Chine — U. R. S. S.*, 2 vol. (1950-1957) (1958-1966), Paris.

Gittings John: *The Role of the Chinese Army*, 1967.

Griffith Samuel: *The Chinese People's Liberation Army*, 1968.

Guillain (Robert), *Six cents millions de Chinois*, Paris, 1956.

Guillermaz Jacques: *Histoire du Parti Communiste Chinois (1921-1949)* Payot, Paris 1968.

Hucker (Charles), *China a critical Bibliography*.

Hu Chi'ao-mu, *Thirty years of the Communist Party of China*, Foreign Language Press.

Lévy (Roger), *La Chine*, col. «Le Monde a changé», P. U. F., 1964.

Mao Tsé-tung, (*Oeuvres choisies* (4 vol.), Éditions Langues Étrangères.

Menguy (Marc), *L'économie de la Chine populaire*, col. «Que sais-je?», P. U. F., 1971.

Nagel (guias), *Chine*, Genève, 1967.

North (Robert), *Le communisme chinois*, Paris, 1966.

Pélissier (Roger), *La Chine entre en scène*, Juillard, Paris, 1963.

Pélissier (Roger), *De la Révolution chinoise*, Juillard, Paris, 1967.

Richer Philippe: *La Chine et le Tiers Monde*, Payot, Paris 1971.

Schram (Stuart), *Mao Tse-tung*, Armand Colin, 1963.

Schram (Stuart), *Mao Tse-tung*, Londres, 1966.

Schurmann (Franz), *Ideology and Organization in Communist China*, Berkeley, 1966.

Snow (Edgar), *La Chine en marche*, Stock, Paris, 1963.

Tsien Tche-hao: *La République populaire de Chine. Droit constitutionnel et Institutions*, Paris 1969.

Wu Yuan-li, *The Economy of Communist China*, 1965.

Wu Yuan-li: *The Spatial Economy of Communist China*, Londres 1966.

ÍNDICE

Introdução	9
-------------------	---

PRIMEIRA PARTE

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Capítulo I — As origens do partido comunista chinês e o período de colaboração com o Kuomintang	13
Capítulo II — Os Anos de Provação	33
Capítulo III — A Instauração do Novo Regime e a Fase «Neo-Democrática»	59
Capítulo IV — A Construção da China Nova e a Fase de Transição para o Socialismo (1953-?)	73

SEGUNDA PARTE

A OBRA DO GOVERNO POPULAR

Capítulo V — As Instituições Políticas e Administrativas	95
Capítulo VI — O Partido Comunista: Estatutos, Papel e Dirigentes	105
Capítulo VII — A Economia	119
Capítulo VIII — A População — a Sociedade Nova	143
Capítulo IX — As Relações Internacionais, a Defesa Nacional	157
Conclusão	179
Bibliografia Sumária	185

SECÇÃO I

ARTE E LITERATURA

O FILME E O REALISMO, Baptista-Bastos	2
O QUE É O BALLET, Tomás Ribas	7/8
TCHEKOV, Máximo Gorki e outros	14
A ARTE CHINESA, Gina Pischel	18
ITINERÁRIO HIST. POESIA PORTUG. ^a , J. G. Simões	31/32
TENDÊNCIAS DA ARTE DE HOJE, Gillo Dorfles	33
HISTÓRIA DA MÚSICA, Franco Abbiati	39/40
A ESCULTURA GREGA, Giovanni Beccati	49
SABER VER A ARQUITECTURA, Bruno Zevi	60/61
MEMÓRIA DOS MITOS, Armando V. Ferreira	92/93
OS MESTRES DO JAZZ, Lucien Malson	101
PORTUGAL HISTÓRICO-CULTURAL	
Hernâni Cidade (volume quádruplo)	102/103/104 *
AS FORMAS DA MÚSICA, A. Hodeir	110
DESTE MUNDO E DO OUTRO, José Saramago	126
A ARTE E A LITERATURA FANTÁSTICAS, Louis Vax	146

SECÇÃO II

FILOSOFIA E PSICOLOGIA

ENSAIO SOBRE A LIBERDADE, Stuart Mill	22
A VIDA DE MAQUIÁVEL, Giuseppe Prezzolini	42
REALISMO E EXISTENCIALISMO, Luckacs (f. m.)	66/67
A FILOSOFIA FRANCESA CONTEMPORÂNEA I	
Frederico Valentini	68/69
IDEM, (II volume)	70/71
A LÓGICA DIALÉCTICA, Joja	78
A PSICANÁLISE, António Miotto	81
A MULHER, ESSE ENIGMA, Pierre Vachet	86/87
A EDUCAÇÃO DOS PAIS, André Isambert	140/141/142
HISTÓRIA DO LIVRE-PENSAMENTO, Albert Bayet	143
OS TEMAS ACTUAIS DA FILOSOFIA, Émile Bréhier	150
AS ACTIVIDADES INTELECTUAIS, Pierre Oleron	154

SECÇÃO III HISTÓRIA E GEOGRAFIA

A REVOLUÇÃO FRANCESA, A. Manfred (f. m.)	3/4
HISTÓRIA DO FASCISMO ITALIANO, P. Chabod	11/12
O CINCO DE OUTUBRO, Jacinto Baptista	35/36
A VIDA DO ANTIGO EGITO, B. Rachewiltz	37
A ALEMANHA NAZI, Enzo Colloti	43/44/45
OS ÁRABES, F. Gabrielli	46
HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE ORIENTAL	
V. Diakov (fora do mercado)	47/48
HISTÓRIA DA GRÉCIA ANTIGA, A. Berguer	57/58
HISTÓRIA DE ROMA, V. Diakov	63/64/65
BIOGEOGRAFIA MUNDIAL, André Cailleux	97
GEOGRAFIA BOTÂNICA, Jules Carles	109
A CHINA ANTIGA, Jacques Gernet	123
O ESTADO DE ISRAEL, André Chouraqui	128
A CHINA IMPERIAL, Denys Lombart	130
A CHINA POPULAR, Jacques Guilhermaz	238
A ESTRUTURA DA ANT. SOC. PORTUGUESA	
Vitorino Magalhães Godinho	139

SECÇÃO IV CIÊNCIAS PURAS E APLICADAS

OS OLHOS E O SOL, S. Vavilov	6
MATÉRIA E ANTI-MATÉRIA, Ginestra Amaldi	19/20
A CONQUISTA DO ESPAÇO CÓSMICO	
K. Guilzine	25
A TERRA E O PÊNDULO, F. Bubleinikov	53
A ENERGIA DO ÁTOMO, Gladkov	54/55
O CÉREBRO E O TRABALHO, Youri Frolov	62
O MUNDO DOS ULTRA-SONS, V. Kudriavtsev	85
A ATMOSFERA E A SUA VIDA, N. Kolobkov	89/90
A RELATIVIDADE, Paul Couderc	94
OS TRANSISTORES, Jacques Dezoteux	105
O CÁLCULO MENTAL, René Taton	106

AS VITAMINAS, Suzanne Gallot	111
A PREVENÇÃO DOS NASCIMENTOS, Alfred Sauvy	117
VIVA COM SAÚDE, Pierre Vachet	120/121/122
REMÉDIOS PARA A VIDA MODERNA	
P. Vachet	124/125
A POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA, Paul Chovin e André Roussel	129
O SISTEMA NERVOSO, Paul Chauchard	145
A IDADE CRÍTICA, Paul Guilly	153

SECÇÃO V CIÊNCIAS SOCIAIS

AS DOCTRINAS ECONÓMICAS MODERNAS	
G. Krestschmann	10
A TIRANIA PSICOLÓGICA, A. Devoto (f. m.)	27/28
AS RAÇAS HUMANAS, H. Nesturkh	56
SOCIOLOGIA DA LITERATURA, Robert Escarpit	73/74
O GOVERNO REPRESENTATIVO, Stuart Mill	82/83/84
AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, P. Gerbert	91
A O. N. U., Charles Chaumont	98
O DIREITO INTERNACIONAL, R. J. Dupuy	112
OS PROGRAMAS ECONÓMICOS, J. R. Bondeville	118
O PENSAMENTO JUDAICO, André Chouraqui	144
O SOCIALISMO, G. Bourgin e P. Rimbert	147
A CRISE DA AGRICULTURA, A. Trigo de Abreu	148
O DIREITO ROMANO, M. Villey	149
OS ALUNOS INADAPTADOS, P. Parent	151/2

SECÇÃO VI FICÇÃO

A VIDA DIFÍCIL, Italo Calvino	1
TEMPESTADE SOBRE A CIDADE, Máximo Gorki	13
PASTORES DE ASPROMONTE, Corrado Álvaro	17
KIRA GEORGIEVNA, Viktor Nekrassov	21
A CASA DE MATRIONA, Alex Solkenitzin	26
AS PALAVRAS SÃO PEDRAS, Carlo Levi	34
UM CASAMENTO DO APÓS-GUERRA, Carlo Cassola	41

FÉRIAS DE AGOSTO, Césare Pavese	50/51
O QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO, B. Lavrenev	59
OS AMORES DIFÍCEIS, Italo Calvino	72

SECÇÃO VII	CLASSICOS
-------------------	------------------

A FELICIDADE CONJUGAL, Leão Tolstoi	9
LÍRICA COMPLETA, Almeida Garrett (vol. triplo)	15/16 *
AS AFINIDADES' ELECTIVAS, J. W. Goethe	23/24
HISTÓRIA DE JENNI, Voltaire	30
TERESA RAQUIN, Émile Zola	38
A RELIGIOSA, Diderot	52
O SÓSIA, Dostoievski	76/77
O HOMEM E O ESPECTRO, Charles Dickens	88
A MATILHA, Alexei Tolstoi	95/96
OS LUSÍADAS, Luís de Camões	99/100
EUGÉNIE DE FRANVAL, Marquês de Sade	113
A RAPARIGA DOS OLHOS D'OURO, Balzac	119

SECÇÃO VIII	DOCUMENTOS E ESTUDOS DIVERSOS
--------------------	--------------------------------------

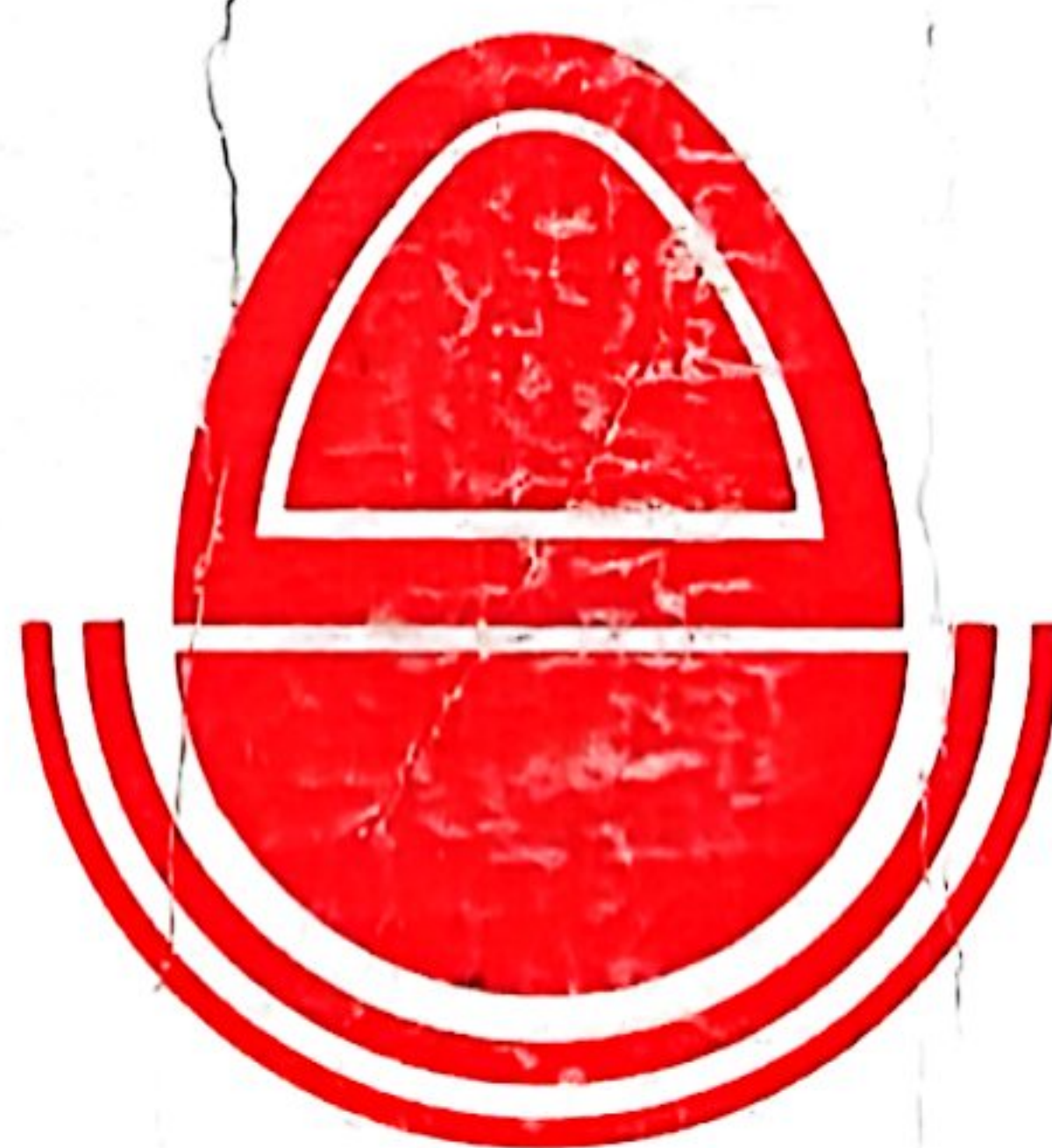
O ESPÍRITO DO LUGAR, Michel Butor	5
UMA VISÃO DA ÍNDIA, Alberto Moravia	29
O FIM DE HITLER, Elena Rzhenvskaia	75
NOTAS DE VIAGEM, Ilia Ehrenburg	79/80
CORRESPONDÊNCIA DE GUERRA I Churchill/Estaline	107/108
CORRESPONDÊNCIA DE GUERRA II Churchill/Estaline	114/115/116
OS INTELECTUAIS, Louis Boudin	217
CORRESPONDÊNCIA DE GUERRA III Churchill/Estaline/Roosevelt	131/2/3/4
O MERCADO DO TRABALHO E A MULHER Antónia de Sousa	135
EDUCAÇÃO NOVA E MUNDO MODERNO G. Mialaret	136/137

BAB

A BIBLIOTECA ARCADIA DE BOLSO É UMA COLECÇÃO DESTINADA A TODO O PÚBLICO E COBRE A GENERALIDADE DOS INTERESSES CULTURAIS DO HOMEM MODERNO.

CRIADA EM FUNÇÃO DA ERA EM QUE VIVEMOS, O SEU FORMATO DE BOLSO PERMITE UMA BOA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO EXÍGUO DE QUE HOJE DISPOMOS. AS SUAS CARACTERÍSTICAS ENCICLOPÉDICAS RESUMEM AO ESSENCIAL E AO INDISPENSÁVEL O TEMPO CONSAGRADO A LEITURA, CONSIDERANDO IGUALMENTE O PROBLEMA MUITO IMPORTANTE DO PODER DE COMPRA.

VINDO A ABRANGER TODOS OS RAMOS DO CONHECIMENTO, A BAB PRETENDE INFORMAR EM TERMOS CONCISOS, CLAROS E ACTUAIS COM O OBJECTIVO PROGRESSIVO DE INVENTARIAR A CULTURA UNIVERSAL.



- I - ARTE E LITERATURA
- II - FILOSOFIA E PSICOLOGIA
- III - HISTÓRIA E GEOGRAFIA
- IV - CIÊNCIAS PURAS E APLICADAS
- V - CIÊNCIAS SOCIAIS
- VI - FICÇÃO
- VII - CLÁSSICOS
- VIII - DOCUMENTOS E ESTUDOS DIVERSOS